

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

Máximo Alfonso Rodrigues Billacrês

CIRCUITO ESPACIAL DE PRODUÇÃO DE CARNE BOVINA NO ESTADO DO
AMAZONAS

MANAUS
2013

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

Máximo Alfonso Rodrigues Billacrês

CIRCUITO ESPACIAL DE PRODUÇÃO DE CARNE BOVINA NO ESTADO DO
AMAZONAS

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação
em Geografia da Universidade Federal do Amazonas,
como parte dos requisitos para obtenção do Título de
Mestre em Geografia, com orientação do Prof^o. Dr.
Ricardo José Batista Nogueira.

MANAUS
2013

Máximo Alfonso Rodrigues Billacrês

CIRCUITO ESPACIAL DE PRODUÇÃO DE CARNE BOVINA NO ESTADO DO
AMAZONAS

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação
em Geografia da Universidade Federal do Amazonas-
UFAM. Área de concentração: Amazônia- Território e
Ambiente

Banca examinadora:

Prof^o. Dr. Ricardo José Batista Nogueira
(Orientador/PPGEO-UFAM)

Prof^a.Dra. Lisandra Pereira Lamoso
(Membro Titular/UFAM)

Prof^o.Dr Reinaldo Corrêa Costa
(Membro Titular/ INPA)

Ficha Catalográfica
(Catalogação realizada pela Biblioteca Central da UFAM)

Billacrês, Máximo Alfonso Rodrigues

B596c

Circuito espacial de produção de carne bovina no estado do Amazonas / Máximo Alfonso Rodrigues Billacrês. - Manaus: UFAM, 2013.

146f. il. color.

Dissertação (Mestrado em Geografia) — Universidade Federal do Amazonas, 2013.

Orientador: Prof. Dr. Ricardo José Batista Nogueira

1. Pecuária bovina - Amazonas 2. Circuito espacial de produção
3. Agroindústria 4. Boca do Acre I. Nogueira, Ricardo José Batista
(Orient.) II. Universidade Federal do Amazonas III. Título

CDU (1997) 636.033(811.3)(043.3)



Poder Executivo
Ministério da Educação
Universidade Federal do Amazonas
ICHL/DEGEO/Programa de Pós-Graduação em Geografia
 Aprovado pela Resolução nº 009 – CONSUNI de 17/08/95, credenciado pela CAPES em set/2000



Ata da Defesa Pública da Dissertação de Mestrado do(a) Senhor(a) **MAXIMO ALFONSO RODRIGUES BILLACRÊS**, aluno(a) do Programa de Pós-Graduação em Geografia do Instituto de Ciências Humanas e Letras da Universidade Federal do Amazonas, área de concentração em Amazônia: Território e Ambiente, realizada no dia **09 de setembro de 2013**.

Aos **nove** dias do mês de **setembro** de **2013**, às **14:30 horas**, nas dependências da Universidade Federal do Amazonas, realizou-se a Defesa Pública da Dissertação de Mestrado, intitulada **“CIRCUITO ESPACIAL DE PRODUÇÃO DE CARNE BOVINA NO ESTADO DO AMAZONAS”**, sob orientação do(a) Professor(a) Doutor(a) **RICARDO JOSÉ BATISTA NOGUEIRA (DEGEO/UFAM)**, do(a) aluno(a) **MAXIMO ALFONSO RODRIGUES BILLACRÊS**, em conformidade com o Art. 83 do Regimento Geral de Pós-Graduação da Universidade Federal do Amazonas, como parte final de seu trabalho para a obtenção do grau de **MESTRE EM GEOGRAFIA**, área de concentração em **AMAZÔNIA: TERRITÓRIO E AMBIENTE**. A Banca Examinadora foi constituída pelos seguintes membros: **Professor(a) Doutor(a) RICARDO JOSÉ BATISTA NOGUEIRA, Orientador(a)/Presidente (DEGEO/UFAM), Professor(a) Doutor(a) LISANDRA PEREIRA LAMOSO (UFGD) e o(a) Professor(a) Doutor(a) REINALDO CORRÊA COSTA (INPA)**. O(A) Presidente da Banca Examinadora deu início à sessão convidando os membros da Banca e o(a) Mestrando(a) a tomarem seus lugares. Em seguida, o(a) Senhor(a) Presidente informou sobre o procedimento do exame. A palavra foi facultada ao(a) Mestrando(a) para apresentar uma síntese do seu estudo e responder às perguntas formuladas pelos membros da Banca Examinadora. Após a apresentação e arguição pelos membros da Banca Examinadora, esta se reuniu onde decidiu, por unanimidade, que o(a) aluno(a) foi **“Aprovado”**. A sessão foi encerrada. Eu, **Maria das Graças Luzeiro**, Secretária do PPG-GEOG, lavrei a presente ata, que vai assinada por mim, pelos membros da Banca Examinadora e pelo(a) Mestrando(a). Manaus (AM), **09/09/2013**.

Banca Examinadora	Rubrica	Conceito
Prof(a) Dr(a) Ricardo José Batista Nogueira Orientadora/Presidente (DEGEO/UFAM)		“APROVADO”
Pro(a) Dr(a) Lisandra Pereira Lamoso Membro Titular (UFGD)		“APROVADO”
Prof(a) Dr(a) Reinaldo Corrêa Costa Membro Titular (INPS)		“APROVADO”
 Maximo Alfonso Rodrigues Billacrês Mestrando		
	 Maria das Graças Luzeiro Secretária do PPG-GEOG	

Dedicatória

À minha mãe pelo apoio de sempre, pelo modelo de pessoa que me serve de exemplo e inspiração.

AGRADECIMENTOS

À Deus pela força, sabedoria, paciência e muito mais.

Ao professor Doutor Ricardo José Batista Nogueira pelas orientações e conversas geográficas.

Ao professor Doutor Reinaldo Corrêa Costa pelas conversas e preocupações com minha pesquisa, sempre contribuindo com textos e explicações.

À professora Doutora Cecília Verônica Nunez pela ajuda financeira para a realização do trabalho de campo em Boca do Acre.

Aos amigos do Laboratório de Estudos Sociais (LAES) que com conversas e companheirismos contribuíram para a realização deste trabalho, principalmente a: Marciclei Bernardo (o MC), a Fúlvia Maria (o Fulvão), a Tiago Rodrigues (o Todynho), a Denise Cruz (chocolate), a Bárbara Ferreira (Barbarão), a Talita Carvalho (Talitex), a Victória Lima (grande Jael), a Erika Freitas (Carniça)

Aos amigos da UFAM, com ênfase a: Luciana Moura (bixão) que me atura (como ela mesmo diz!) há seis anos, a Patrícia Kalinca pelos momentos de risos e ao José Rodrigo (qualhada).

Ao Augusto Tavares (o feio) por conseguir dados importantes e ao Rogério Marinho por dispor de seu tempo livre para confeccionar os mapas deste trabalho.

Ao meu pai, a minha tia Neuria Myriam pela ajuda financeira para eventos e aos meus primos (Mama, Carlos, Lucas, Kássio e Kaike), juntamente com meu tio Saul pelas brincadeiras.

Aos meus irmãos Luiz e Marcelo pelos momentos de palhaçada para distração. Ao meu compadre e cunhado Rafael (o mais querido) pelo apoio, a minha comadre e irmã Thays Estéfane por me acolher em sua casa e por ler o meu trabalho.

À Jéssica Emiliane (a pequena) pela preocupação e carinho.

À Coordenação de Aperfeiçoamento do Ensino Superior (CAPES) pelas bolsas concedidas.

Ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFAM.

RESUMO

Este trabalho partiu da hipótese que as forças centrífugas (verticalidades), no Circuito Espacial de Produção de carne bovina no Estado do Amazonas se apresentam como mais rentáveis que as forças centrípetas (horizontalidades), pois, as verticalidades foram historicamente determinadas. Se não fosse assim, por que Boca do Acre, localizado no Sul do Estado- onde as relações de mercado são mais intensas, abastece Manaus? Desta forma para atender o objetivo geral do trabalho que é: analisar a bovinocultura de corte no Estado do Amazonas e sua dinâmica recente, destacando-lhe a evolução espaço-tempo a situação atual e as perspectivas. Iniciam-se a discussão pela categoria de Formação Sócio-Espacial, onde se percebe que a pecuária bovina no primeiro momento não aparece com ênfase no comércio exterior, tendo somente importância interna para a produção de alimentos e transporte de cargas, possuindo importância na valorização do espaço interior. Por meio do Circuito Espacial de Produção foram identificadas as etapas pelos quais passa a produção de carne bovina até chegar ao consumo final, e apresenta Boca do Acre como o maior rebanho bovino do Estado do Amazonas, sendo o que abastece a capital do Amazonas com carne bovina. Manaus se apresenta como o principal destino dos produtos agropecuários, sendo identificadas três redes: a *mais que direta, direta, indireta*, onde Manaus se apresenta como polarizador. Os dados obtidos foram possíveis, por meio do trabalho de campo, principalmente no município de Boca do Acre-AM detentor do frigorífico matadouro como Serviço de Inspeção Federal (SIF) o FRIZAM. Sendo assim, o Circuito espacial de produção de carne bovina contribuiu para definir alguns conteúdos da dinâmica do território amazonense como o abastecimento de produtos, a origem da carne, a oferta de serviços e a criação de normas necessárias à produção.

Palavras Chave:

Formação Sócio-Espacial, pecuária bovina, Amazonas, Circuito Espacial de Produção, Redes, Boca do Acre, Manaus

RÉSUMÉ

Cette étude a émis l'hypothèse que les forces centrifuges (montants), la production de l'espace Circuit de bœuf dans l'Etat d'Amazonas se présentent comme plus rentable que les forces centripètes (horizontalité), par conséquent, les montants ont été historiquement déterminées. Si ce n'était pas le cas, pourquoi Boca do Acre, situé dans le sud de l'Etat où les relations commerciales sont plus intenses, les fournitures Manaus? Ainsi, pour atteindre l'objectif global de ce travail est: analyser les bovins de boucherie dans l'Etat d'Amazonas et sa récente dynamique, soulignant son évolution l'espace-temps de la situation actuelle et les perspectives. Commencez la discussion en catégorie Formation socio-spatiale, où l'on se rend compte que le bétail au premier n'apparaissent pas en mettant l'accent sur le commerce extérieur, ayant uniquement importance interne à la production alimentaire et le transport de charges, ayant une importance dans l'appréciation de l'espace intérieur. Grâce circuit de production de l'espace identifié les étapes par lesquelles passe la production de viande bovine pour atteindre la consommation finale, Boca do Acre et se présente comme le plus grand troupeau de bovins dans l'Etat d'Amazonas, et qui alimente la capitale de l'Amazonas au boeuf. Manaus est présenté comme la principale destination des produits agricoles, être identifié trois réseaux: plus directe, direct, indirect, Manaus où est présenté comme polarisant. Les données ont été possibles, à travers le travail de terrain, principalement dans la ville de Boca do Acre-AM titulaire réfrigérateur abattoir comme Service fédéral d'inspection (SIF) le FRIZAM. Ainsi, Circuit production de viande bovine spatial a contribué un peu de contenu pour définir la dynamique du territoire amazonien comme la fourniture de produits, l'origine de la viande, de la fourniture de services et la création de normes nécessaires à la production.

Mots-clés:

Formation socio-spatiale, bétail, Amazon, Circuit espace de production, réseaux, Boca do Acre, Manaus.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1: Áreas de Pecuária Bovina.....	33
FIGURA 2: Ciclos Econômicos e a Pecuária.....	41
FIGURA 3: Distribuição Espacial de rebanho bovino.....	50
FIGURA 4: Projetos de Colonização na Amazônia Legal.....	53
FIGURA 5: Abatedouros Bovinos com SIF na Amazônia Legal.....	57
FIGURA 6: Divisão do Brasil em Circuitos Pecuários.....	66
FIGURA 7: Origem dos bovinos abatidos pelo Amazon Boi em Manaus.....	71
FIGURA 8: Quantidade de bovinos destinados a Manaus.....	72
FIGURA 9: Fluxos de produção da Carne Bovina.....	75
FIGURA 10: Distribuição Espacial dos Estabelecimentos Agropecuários.....	76
FIGURA 11: Posição do Brasil na Produção e Exportação mundial de Carne bovina.....	77
FIGURA 12: Demonstra a inter-relação dos itens de análise propostos por Santos (1997) no Circuito Espacial de Produção e os recursos como fatores básicos de Sanchez (1991) no processo produtivo.....	80
FIGURA 13: Densidade Bovina no Estado do Amazonas-AM, 2009.....	86
FIGURA 14: Situação Atual da Febre Aftosa no Estado do Amazonas.....	87
FIGURA 15: Desmatamento na Amazônia.....	90
FIGURA 16 – Área de atuação do projeto <i>Semeando Sustentabilidade em Apuí</i>.....	91
FIGURA 17: Zona Livre de Febre Aftosa, com reconhecimento da OIE, 2011.....	92
FIGURA 18: Fluxos da produção pecuária na sub-região do Purus. Com destaque para o fluxo de Boca do Acre. Um dos principais circuitos de Carne Bovina destinada a Manaus.....	94
FIGURA 19: Demonstração do Circuito de Carne Bovina de Boca do Acre Manaus.....	96
FIGURA 20 : Caracterização Territorial de Boca do Acre.....	97
FIGURA 21: Flona Iquiri e o seu entorno.....	98
FIGURA 22: A carne bovina na feira municipal.....	104

FIGURA 23: Produtos Bovinos derivados.....	109
FIGURA 24: Mapa do uso da terra em 2009 da sub-região do Purus.....	112
FIGURA 25: Circuito Espacial de Produção de Boca do Acre à Manaus.....	113
FIGURA 26: Os modos de transporte.....	116
FIGURA 27: Trajeto de Boca do Acre a Manaus.....	117
FIGURA 28: Relação entre Formação Sócio-espacial e combinação sócio-espacial do Circuito Espacial de Produção da Carne Bovina de Boca do Acre à Manaus.....	125
FIGURA 29: Origem dos bovinos abatidos em Iranduba.....	127
FIGURA 30: Quantidade de bovinos destinados a Iranduba.....	128
FIGURA 31: A dinâmica das regiões de Krugman (2002).....	131

LISTA DE TABELAS

TABELA 1: Região Norte- Rebanho Bovino.....	86
TABELA 2: Destino do Boi Vivo de Boca do Acre.....	99
TABELA 3: Empresário rural de pecuária de estrada-terra firme-várzea.....	103
TABELA 4: Produtores rurais e suas propriedades.....	106

LISTA DE SIGLAS

ADAF-Agência de Defesa Agropecuária e Florestal do Amazonas

CODESAV- Comissão de defesa sanitária animal e vegetal

IBGE- Instituto brasileiro de Geografia e Estatística

IDAM- Instituto de desenvolvimento agropecuário e florestal no sustentável do Estado do Amazonas

IDESAM- Instituto de Conservação e Desenvolvimento Sustentável do Amazonas

MAPA- Ministério de Agricultura, Pecuária e abastecimento

SEMMA- Secretária Municipal de meio ambiente

SENAR- Serviço nacional de aprendizagem rural

SEPROR- Secretária de produção rural

SIE- Serviço de Inspeção Estadual

SIF- Serviço de Inspeção Federal

SIM- Serviço de Inspeção Estadual

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	16
Capítulo 1	
A PECUÁRIA E FORMAÇÃO SOCIAL BRASILEIRA: UMA SÍNTESE ESPAÇO TEMPORAL DA PECUÁRIA BOVINA.....	21
Na ótica da Formação Sócio-Espacial.....	22
Formação Colonial.....	26
A pecuária colonial.....	32
Economia política do Espaço Colonial.....	37
“O caminho cria o tipo social”: Vias de Comunicação e transporte no espaço de Domínio colonial brasileiro.....	42
Um salto no tempo e no espaço.....	44
Visões da Amazônia Brasileira: Consequências de uma economia política do Estado-Nação no espaço regional.....	52
A pecuária bovina na Amazônia brasileira: uma síntese na geografia histórica da região.....	57
Capítulo 2	
CIRCUITO ESPACIAL DE PRODUÇÃO DE CARNE BOVINA NO ESTADO DO AMAZONAS.....	62
A carne bovina é uma mercadoria qualquer?.....	63
Circuito Espacial de Produção da pecuária.....	68
Amazonas: muito espaço para pouco boi.....	85
Boca do Acre: a boca que mastiga a carne para Manaus.....	93
“A mão que leva a carne à boca”: um breve comentário sobre o transporte de Boca do Acre à Manaus.....	114
Capítulo 3	
MANAUS E SUAS REDES.....	122

CONSIDERAÇÃO FINAIS.....	134
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	137
ANEXOS.....	145

INTRODUÇÃO

Qual a origem da carne que você come? É uma pergunta cotidiana que pode ser respondida virando a embalagem do produto. Mas, talvez, você não possua a resposta sobre o “por trás” do processo de produção; o desvendar do fetichismo da mercadoria é um processo que necessita de investigação, análise.

Neste trabalho houve uma preocupação para o esclarecimento dessa pergunta que parece ser cotidiana, normal e fácil de ser respondida, contudo, ela apresenta mais do que uma simples resposta: Essa carne vem de Boca do Acre, esse ‘picadinho’ vem de Apuí; entretanto, ela não responde: qual a raça do animal?, o tipo de manejo do boi, o que acontece com o “resto” do animal, os agentes envolvidos, o modo de transporte. De modo geográfico ela não responde a organização espacial do processo de produção-circulação-distribuição-consumo. Isso ocorre, pois, para o consumidor final não é interessante.

Ocorreu também uma inquietação a que tipo de Geografia (Geografia Urbana, Geografia Política, Geografia Econômica, Geografia Agrária) recorrer para possuir tal esclarecimento, mas como a realidade não se preocupa com as divisões da ciência, então a proposta foi trabalhar com o conceito geográfico de Harvey, onde: “O conhecimento geográfico trata da descrição e análise da distribuição espacial das condições (criadas pelo homem ou existentes na natureza) que forma a base material para a reprodução da vida social. Também procura compreender as relações entre essas condições e a qualidade de vida social sob um determinado MODO DE PRODUÇÃO” (BOTTOMORE, p. 162, 2001).

Os estudos de Milton Santos foram, por vezes, bastante utilizados, explorados; em alguns momentos divergindo de seus argumentos, em outros estabelecendo concordâncias, principalmente para a definição da categoria de Circuitos Espaciais de Produção (CEP). “Estes seriam as diversas etapas pelas quais passaria um produto, desde o começo do processo de produção até chegar ao consumo final” (p.49, 1997). Observando vários itens distintos, assim, sobre a matéria-prima, mão- de- obra, estocagem, transporte, existência ou não de monopólio e consumo.

O espaço como conceito chave da Geografia se coloca aqui não como “fixo, morto, estático” como criticou Foucault- a autores que faziam tal abordagem-, e sim como ativo, além do que, acredita-se que esta categoria esconda de nós relações de poder e disciplina da vida social. E ao instigar esta categoria consegue-se desvendar tais relações.

Partimos da hipótese que as forças centrífugas (verticalidades), no Circuito Espacial de Produção de carne bovina no Estado do Amazonas se apresentam como mais rentáveis que as forças centrípetas (horizontalidades), pois, as verticalidades foram historicamente determinadas. Se não fosse assim, por que Boca do Acre, localizado no Sul do Estado- onde as relações de mercado são mais intensas- abastece Manaus?

Estas forças espaciais estão relacionadas com as lógicas de localização, apoiando-se em Santos (2012) entendemos que as forças centrípetas resultam do processo econômico e social que estão subordinadas nas regularidades do processo de produção, conduzindo a uma horizontalização, onde extensões no espaço são formadas de pontos que se agregam sem descontinuidade. Enquanto as forças centrífugas se apresentam como um processo que conduz as verticalizações dando conta de outros momentos da produção (circulação, distribuição e consumo), desta forma consideradas como fatores de desagregação, quando retiram à região os elementos do seu próprio comando, a ser buscado fora e longe dali. “Mas, em todos os casos, sobre as forças centrípetas, vão agir forças centrífugas.” (SANTOS, p.287 2012). Esta última ocorre em diversas escalas, no nosso caso será analisada numa escala estadual.

Temos o conhecimento da existência da pluralidade de definições do termo *agronegócio*, mas acreditamos que a definição oficial disponibilizada pelo IBGE- como: “Atividade econômica que articula a agropecuária com a indústria, envolvendo tanto a produção propriamente dita quanto à coleta, o armazenamento, o beneficiamento e a distribuição dos produtos, bem como os equipamentos e técnicas necessários para o desenvolvimento agropecuário”- se apresenta como a mais ajustada para colocarmos que esta atividade não se adéqua a realidade amazonense, porque este termo possui a conotação de ser a principal atividade econômica de um determinado local, ou seja, há produção e organização do espaço para tal atividade. E como no Amazonas esta não é a principal atividade econômica, não houve, neste trabalho a preocupação com este termo. Entretanto, houve a preocupação com o modo como os frigoríficos se valeram das estratégias comerciais, logísticas (com ênfase sobre o FRIZAM) para tal atividade.

O objetivo geral deste trabalho é: analisar a bovinocultura de corte no Estado do Amazonas e sua dinâmica recente, destacando-lhe a evolução espaço-tempo a situação atual e as perspectivas, tendo em vista, a dinâmica territorial do estado, por meio, das exigências do Circuito Espacial de produção de carne bovina destinados a capital, Manaus.

Iniciamos a discussão pela categoria de Formação Sócio-Espacial, que diz respeito aos caminhos da realização e evolução dos modos de produção e quando um destes modos de produção se realiza, nunca é de forma absoluta, mas sempre uma formação sobre a qual incide um conjunto de variáveis. (GALERA, 2011).

O primeiro capítulo intitulado de *Pecuária e Formação Social brasileira: Uma síntese espaço-temporal da pecuária bovina*. Por meio da construção de um arcabouço histórico-geográfico nos possibilitou problematizar o processo de formação sócio-espacial da região amazônica, onde se analisou a influência direta e indiretamente da pecuária nesse processo e as conseqüências para o Estado do Amazonas.

O Segundo capítulo, intitulado de *Circuito Espacial de produção de carne bovina no Estado do Amazonas*, teve como meta identificar as etapas pelos quais passaria a produção de carne bovina desde o começo até chegar ao consumo final, observando os itens propostos por Santos (1997) para tal categoria; e apontando as infraestruturas espaciais existentes que influenciam no Circuito Espacial e identificando seus principais impactos.

O terceiro capítulo, *Manaus e suas redes*, visou verificar as redes geográficas nas quais a capital amazonense participa ou não, observando os motivos de sua participação ou ausência. Com isso, apontando os detentores de poder em cada rede e suas informações.

Os dados obtidos foram possíveis, por meio, do trabalho de campo, principalmente no município de Boca do Acre-AM, o qual possui o maior efetivo de rebanho bovino do Estado do Amazonas e é detentor do frigorífico matadouro como Serviço de Inspeção Federal (SIF) o FRIZAM. Isto possibilitou o desenvolvimento do segundo capítulo, pois em Boca do Acre houve entrevistas abertas com os produtores rurais- possibilitando identificar suas características-, com o presidente do Sindicato dos Produtores Rurais e com o gerente do frigorífico matadouro Frizam, o que tornou possível identificar o trajeto de carne bovina do município à Manaus.

Foi realizado também um trabalho de campo em Manaus, no frigorífico-matadouro Amazon Boi tornando possível identificar as origens dos bovinos que são abatidos na capital; com isso observou-se a dinâmica local para a atividade de bovinocultura de corte. Além do mais, a investigação no Amazon Boi esclarece a presença e o papel dos marchantes ou marreteiros, agente social ausente em Boca do Acre.

Ainda identificou-se uma rede de bovinos entre Iranduba (AM) e Manaus, no qual apresenta uma nova dinâmica da atividade, onde toda a carne produzida em Iranduba é destinada à Manaus. O que assume relevância é à origem dos bovinos para serem abatidos no Manausfrigo, localizado em Iranduba.

Ainda foram analisadas as falas dos agentes do Estado para tal atividade como Idam/Sepror, Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento-MAPA, Codesav, Senar. Com o intuito de averiguar as suas ações, e de aprofundar o conhecimento e a dinâmica da atividade.

Nossa pesquisa nas instituições, frigoríficos-matadouros e com os agentes envolvidos, nos mostrou que a capital Manaus é o destino mais lucrativo para os envolvidos, por possuir as principais atividades comerciais e de serviços, bem como possuir terminais de transporte interurbanos e intraurbano. Com isso, sendo uma área central, produto de uma economia de mercado.

Desta forma, Manaus se constitui um importante local de acumulação do capital e onde as condições de força de trabalho podem mais plenamente ser realizadas, sendo assim, o fluxo de capital permite integrar Manaus a diferentes locais.

CAPÍTULO 1

PECUÁRIA E FORMAÇÃO SOCIAL BRASILEIRA: UMA SÍNTESE ESPAÇO-TEMPORAL DA PECUÁRIA BOVINA

Primeiramente, um esclarecimento teórico-metodológico adotado torna-se importante, pois os resgates históricos realizados nesse trabalho são essenciais para a compreensão do temário tratado. Parte-se da História não como uma ciência central, mas de auxiliar importância para a compreensão geográfica, porque não há, como aponta Moraes e Costa (1993), nenhum conhecimento efetivo do real que não seja histórico.

Com isso, compreender o fenômeno (que nesse caso é o circuito espacial de bovinos- com ênfase na pecuária de corte) só pode ser entendido quando se aborda a origem e o desenvolvimento no processo histórico. Desta forma, estudam-se os *processos* na ótica da *formação*, para conhecer os traços fundamentais da totalidade, para apreender os aspectos particulares, ou seja, aquilo que Moraes e Costa (1993) colocam como “Visualizar a totalidade para compreender a particularidade” (p.60)

Assim, partindo do materialismo histórico dialético (pois, é preciso afirmar o método) é possível, ao modo de ver, fazer um diálogo da Geografia com a História no temário *circuito espacial de bovinos*, contudo, dando ênfase no aspecto geográfico e usando a história, neste momento como método e objeto.

A relação Geografia - História traz a tona o significado da categoria *tempo*. O *tempo* na História é dividido por periodizações, enquanto na Geografia por espacializações, ou seja, a configuração espacial do fenômeno em cada momento histórico.

Nesta perspectiva, para análise o ponto *Formação Colonial* é importante, pois, entender a configuração espacial da sociedade colonial é uma forma de interpretar a gênese do fenômeno de circuito bovino no território nacional (visando à totalidade) para aproximar-se do circuito bovino na região amazônica e no estado do Amazonas (captando a particularidade). Justificando-se, pelo fato de, a distribuição espacial da pecuária bovina no Brasil- enfaticamente no estado do Amazonas- é resultado de uma formação sócio-econômica do Estado-Nação, onde se formaram os processos determinantes que estruturaram o circuito espacial da carne bovina no Brasil. Neste sentido, lembrando a afirmação de Santos (2008) quando este diz que: “Os recursos totais do Estado-Nação são, na verdade, indivisíveis, seja o capital, a população, seja força de trabalho, a mais-valia etc. Em cada período histórico esses recursos combinam-se e distribuem-se de maneira diferente” (p.43-4).

Autores como Caio Prado Jr, Celso Furtado, Manuel Correia de Andrade e outros já trataram e temporalizaram a combinação e a distribuição dos recursos no processo de formação do Brasil em cada momento histórico. Abordando numa totalidade o Estado-Nação.

A categoria *Formação Social*, ao lado do modo de produção e espaço como coloca Santos (2008) são interdependentes, sendo assim as etapas *produção, circulação, distribuição e consumo* se mostram históricas e espacialmente determinadas num movimento de conjunto, e isto através da Formação Social.

Na óptica da Formação Sócio-Espacial

De acordo com Santos (1985):

O espaço deve ser considerado como uma totalidade, a exemplo da própria sociedade que lhe dá vida. Todavia, considerá-lo assim é uma regra de método cuja prática exige que se encontre, paralelamente, através da análise, a possibilidade de dividi-los em partes. Ora a análise é uma forma de fragmentação do todo que permite, ao seu término, a reconstituição desse todo. (p.5)

Com isso, o espaço sendo o exemplo da própria sociedade que lhe dá vida, é preciso identificar a formação desta sociedade, porque o seu processo é caracterizado pela combinação de relações anteriores com relações atuais, sendo assim, forma um conjunto espacial específico.

Isto ocorre, porque cada sociedade ocupa um determinado território, no qual, são regidas as suas leis, as suas normas, de laços de corporação e troca; neste contexto, se inscrevem num determinado espaço, transformando-o, conforme as suas práticas coletivas, mas também, individuais. Sendo assim:

Toute société est organisée selon un système social qui s'exprime par la nature des relations entre ses membres et para les pratiques sociales qu'ils entretiennent. Elle est organisée selon une structure sociale qui suppose une répartition de ses membres en groupes sociaux marqués par des cohésions ou des contraintes communes. (BAUD, BOURGEAT, BRAS ; 2008 p.480)¹

Desta forma, as relações dentro de uma determinada sociedade são obtidas a partir de um determinado momento ou conjuntura histórica, no qual, pode-se identificar as relações concretas de uma sociedade, por meio de sua 'formação social'. Esta expressão como aponta

¹ Toda sociedade é organizada conforme um sistema social que se expressa pela natureza das relações entre seus membros e as práticas sociais que eles mantêm. Segue-se uma estrutura social que assume uma distribuição de seus membros com coesões sociais ou marcados por constrangimentos comuns. (tradução do autor).

Lacoste (2005) - ou a formação socio-espacial de Santos (2008) - cunhada por certos marxistas, tem grande interesse geográfico, pois “ Se a Geografia deseja interpretar o espaço humano como o fato histórico que ele é, somente a história da sociedade mundial aliada à sociedade local pode servir como fundamento da compreensão da realidade espacial e permitir sua transformação a serviço do homem” (SANTOS, 2008 p.22).

A ênfase dada na *História* ocorre, pois de acordo com Moraes (2002):

Em primeiro lugar, cabe assinalar que o universo da história é, a meu ver, muito mais amplo que o da geografia, e que, nesse sentido, a própria geografia é vista como um produto da história. Seja a geografia material objetivada no espaço terrestre, seja o discurso geográfico acerca de tais realidade, ambos constituem elementos do fluir histórico, sendo por eles explicáveis. Logo incluem-se na história, não podendo portanto reporta-se a ela como um outro. Tal alerta é importante num momento em que um historicismo é considerado por alguns autores pós-modernos como o grande empecilho ao desenvolvimento da análise espacial no âmbito das teorias sociais críticas (Edward Soja chegando a propor um “materialismo geográfico” profundamente anti-historicista). Aqui, reafirma-se a historicidade como caminho de entendimento dos objetos e processos sociais, entre eles os referentes à geografia; (2002 p. 25-6)

A formação sócio-espacial é derivada do conceito marxista de formação econômico-social que, é a combinação de diversos tipos de relações sociais, permitindo compreender o específico e o geral de cada sociedade. Contudo, esta interpretação não é unanimidade visto que Andrade (1995) aponta que não é realista a idéia de transplantar para a história brasileira os esquemas de modo de produção, porque é um conceito teórico elaborado em virtude de outra realidade, sendo assim, admitindo que tivesse havido um período feudal no Brasil ou modos de produção secundários; a interpretação de Andrade (1995) da história brasileira é feita com conceitos ligados a formação econômica social, que parte das transferências dos sistemas europeus, em decadência ou em ascensão e de sua adaptação a realidade encontrada no continente americano. Desta forma:

O conceito de modo de produção está ligado a um modelo explicativo, isto é, um conjunto coerente de hipóteses nascidas da consideração de elementos comuns a uma série de sociedades que se consideram pertencentes a um mesmo tipo. Pelo contrário, o conceito de FES está sempre ligado a uma realidade concreta, suscetível de localização histórico-temporal (J.G.GARAVAGLIA, 1974 *apud* SANTOS, 2008 p.27)

Como a história não se escreve fora do espaço e não há sociedade a-espacial, Santos (2008) interpreta a categoria FES como auxílio para uma formação de uma teoria válida do espaço. Pois, “Aceitá-la sem levar em conta o espaço levaria aceitar o erro da interpretação

dualista das relações Homem-Natureza. Natureza e espaço são sinônimos, desde que se considere a Natureza como uma natureza transformada, uma *Segunda Natureza*, como Marx a chamou.” (SANTOS, 2008 p.22).

Sendo assim, no circuito espacial bovino no Brasil (e em qualquer outro circuito espacial de produção) o “Modo de produção, formação social, espaço - essas três categorias são interdependentes” (IBID, 2008 p.27). Pois, o modo de produção é um conjunto articulado de relações sociais, permitindo periodizar a história humana; a formação social constitui o instrumento legítimo de explicação da sociedade e do espaço respectivo assimilando a história da produção e a história do espaço humano em uma história só, a da sociedade global (IBID, 2008); e o espaço como uma instância na qual se relaciona com instância econômica e social. (SANTOS, 2008).

Neste contexto, de *formação*, história humana e história da produção; o *Território*, *Mercado e Estado* aparecem como convergentes (ARROYO, 2004). Como processo histórico perfeitamente datado. Segundo Arroyo (2004) pode-se pensar na convergência destas três categorias a partir do momento que surge na Europa uma nova forma de economia que é um capitalismo concorrencial, e uma nova estrutura política, principalmente o do absolutismo ou da oligarquia centralizada, geralmente personificada num Estado territorial, este momento é entre o século XV e XVIII.

De acordo com Andrade (1995) a idéia de território não deve ser confundida com a de espaço ou de lugar, estando muito ligado a idéia de domínio ou de gestão de uma determinada área. “Assim, deve-se ligar sempre a idéia de território à idéia de poder, quer se faça referência ao poder público, estatal, quer ao poder das grandes empresas (...) ignorando as fronteiras políticas” (IBID p.19). Sendo assim, de acordo com Arroyo (2004) se pensarmos o “território” como um conceito que supõe o exercício do poder e que implica um processo de apropriação, de delimitação e controle, está enfatizando sua dimensão política e, se, além disso, for pensada a legitimidade desse poder está próxima de sua dimensão jurídica; com isso, a dimensão político-jurídica do território está associada a existência do “Estado”.

Assim sendo, conforme, Santos (2008):

A existência de um Estado atribui a Formação Social um quadro jurídico, político, fiscal, financeiro, econômico e social definido, tudo isso tendo como consequência o fato de que a estrutura econômica e social própria de cada país se torna um dado ainda mais específico, através de suas próprias

transformações operadas sob o impulso de um sem-número de fatores internos e externos (p.235-6)

“O contexto histórico dos séculos XVI e XVII encoraja os pensadores e administradores a definir novos parâmetros de ação. O sistema interestatal moderno que surge nessa época oferece uma *raison d'état* alternativa que gira em torno da economia em lugar da *raison d'état* tradicional, que se apoiava na política, na guerra e na glória do rei” (ARRYO, 2004 p.61). E mais “uma *raison d'état* não suprime a outra. Elas coexistem - ainda hoje -, ora predominando uma, ora a outra, conforme o rincão do planeta e o período histórico. Conforme, sobretudo, a forma de construir a hegemonia que cada império escolha” (p.62)

Neste contexto de *raison d'état*, o desenvolvimento do circuito espacial² de bovino de corte no Brasil tem a sua construção baseada historicamente na ocupação territorial como forma de abastecer os centros urbanos em surgimento e desenvolvimento:

A permanência da pecuária nas áreas próximas às de agricultura trouxe problemas de convivência, de vez que o gado era solto e destruía as plantações, fazendo com que o Governo estabelecesse os criadores de gado deviam interiorizar-se ficando com áreas de criação distantes das áreas agrícolas. Isso contribuiu para a expansão do povoamento para o interior e para a ocupação de grandes espaços, interligando as várias regiões do país (ANDRADE, 1995 p.45)

Num contexto de economia-mundo a bovinocultura de corte brasileira cumpriu e cumpre um papel importante ocupando regiões novas e/ou ainda vindo a substituir atividades anteriormente existentes, especialmente as voltadas ao mercado interno. (MICHELS, 2000); fazendo com que “O território, hoje, pode ser formado de lugares contíguos e de lugares em rede” (SANTOS, 2008 p.139)

A expansão da bovinocultura de corte no Brasil se deu, historicamente, a partir dos centros urbanos, com a ocupação territorial de regiões próximas. Nos dias atuais, este movimento permanece, embora, com alterações e complexidades, mas a lógica é mesma: a bovinocultura de corte ainda tem sua expansão pautada na ocupação de terras, mesmo porque seu caráter é predominantemente extensivo. (MICHELS, 2000).

Segundo Moraes (2002), a geografia emerge em todas as épocas históricas e em todas as sociedades, porque se refere à relação inelutável dos seres humanos com meio que os abriga. “Pode-se, portanto, dizer que em qualquer período da história e em qualquer

² Neste contexto histórico pode-se pensar em circuito regional de produção, pois, as verticalidades (que dão ênfase ao circuito espacial) eram rarefeitas.

agrupamento humano existe uma geografia (material e discursiva) que compõe parte da cultura de cada grupo social e de cada civilização” (p.28); ou como afirma Lefevbre “De fato, toda sociedade produz ‘seu’ espaço, ou, caso se prefira, toda sociedade produz ‘um’ espaço” (LEFEVBRE, 2008 p.55)

Sendo assim, como:

A história do território brasileiro é, a um só tempo, una e diversa, pois é também a soma e a síntese das histórias de suas regiões. Para entendê-la no seu processo e na sua realidade atual, um esforço de periodização é essencial. Trata-se de encontrar e desenvolver nexos horizontais e verticais. (SANTOS e SILVEIRA, 2008 p.23)

Partindo dessas perspectivas o estudo Formação Colonial nesse primeiro momento coloca-se com ênfase introdutória nesse trabalho.

Formação Colonial

O espaço territorial brasileiro tem em sua estrutura as marcas da colonização, ou seja, sua formação espacial é dependente, sendo “um espaço onde o impacto das forças externas é preponderante em todos os processos. Por este motivo, sua organização do espaço é dependente” (SANTOS, 2008 p.45). O domínio colonial como causador desta organização é uma materialização destas forças externas, pois as sociedades coloniais se configuravam para atender as necessidades da metrópole, atendendo um Estado de dominação burguesa. Sendo assim, o ato de “Produzir é produzir espaço” (SANTOS, 2008), nas sociedades de domínio colonial a produção era a produção do espaço para a metrópole. A explicação de Moraes (2011) parece ser a mais adequada quando afirma que “a colonização é- em essência- um processo de extensão, constituindo uma modalidade particular de relação sociedade-espaço, marcada pela conquista domínio e exploração econômica de novas terras” (p.71).

Sendo, portanto, a colonização uma forma social capitalista (de economia política) como fenômeno histórico, na evolução da formação capitalista nas sociedades pré capitalistas. Lembrando que o capitalismo não surgiu simultaneamente em todos os lados e pontos do planeta, sendo a colonização, um instrumento de sua expansão; onde ele (o capitalismo) se adapta os modos de produção que são estranhos a ele (MORAES, 2011).

As criações das formas espaciais estão relacionadas com a estrutura econômica vigente no momento histórico, sendo resultado de um processo de *valorização do espaço* (MORAES, COSTA 1993). Interpreta-se, então, a colonização como uma manifestação desse

processo de valorização, no qual, o circuito espacial de bovinos está implicitamente inserido, pois este faz parte do processo unitário e contraditório de *valor do espaço* e de *valor no espaço*. Combinando “Assim, a relação sociedade-espaço é, desde logo, uma relação valor-espaço, pois substantivada pelo trabalho humano” (IBID, 1993).

O *valor do espaço*, a sua preexistência está ligado a tudo o que está contido no espaço, relacionando a uma utilidade, a um trabalho, portanto, a um *valor de uso*, sendo o espaço uma condição geral de produção, possuindo assim um valor intrínseco, uma riqueza natural. Como a distribuição natural não ocorre de forma homogênea na superfície “As desigualdades naturais da superfície da terra, sobrepõem-se as desigualdades de alocação do trabalho” (IBID, 1993 p. 124). Ressalvando o que Smith (1998) destacava: “A sociedade é interna a natureza (...) embora elas não sejam de forma alguma idênticas” (p.50). De forma resumida, o valor do espaço, em todas as suas formas de manifestação, aparece ao processo de produção com um valor contido. Enfim, o espaço concreto (com seus recursos naturais ou construídos) tal como ele se apresenta para a produção.

O *valor no espaço*, por outro lado, como colocaram Moraes e Costa, diz respeito às condições espaciais universais de reprodução dos modos de produção. Ou seja, é a própria espacialidade contida nos modos de produção, aqui, não confundindo o *valor* materialmente com o de produto. Ressalta-se que o *valor* não é uma coisa nem uma propriedade intrínseca das coisas, mas sim é uma relação social de produção; distinguindo-se de *preço* que é um custo unitário de alguma coisa expresso em dinheiro, tornando mais desenvolvida uma das diversas relações de valor.

A retomada desta discussão de *valorização do espaço* ocorre, pois qualquer relação da sociedade e espaço é uma produção de valor. No qual, o próprio *sentido* da colonização está inserido; isso lembra Lefebvre (2008), quando este aponta que “... toda sociedade produz ‘um’ espaço” (p.55). A lembrança ocorre, pois, toda a produção do espaço, está ligada, ao valor de uso e ao valor de troca, sendo ele um condicionador, um produto, um fator para a produção.

O sentido da colonização (Povoamento, exploração, estratégia, enquadramento) está relacionado a esta valorização, num primeiro momento com o objetivo de explorar os valores do espaço (recursos naturais) para posteriormente utilizarem os valores no espaço (comércio externo). A própria colonização brasileira está inserida neste contexto, pois como mostra Prado Jr (1979):

No seu conjunto, e vista no plano mundial e internacional; a colonização dos trópicos toma o aspecto de uma vasta empresa comercial, mais completa que a antiga feitoria, mas sempre que o mesmo caráter que ela, destinadas a explorar os recursos naturais de um território virgem em proveito do comércio europeu. E este é o verdadeiro sentido da colonização tropical, de que o Brasil é uma das resultantes; ele explicará os elementos fundamentais tanto no econômico como no social, da formação e da evolução histórica dos trópicos. (p.31)

(...) Se vamos a essência de nossa formação, veremos que na realidade nos constituímos para fornecer açúcar, tabaco, alguns outros gêneros; mais tarde ouro e diamante; depois algodão, e em seguida café para o comércio europeu. Nada mais que isto. E com tal objetivo, o objetivo exterior, voltado para fora do país e sem atenção a considerações que não fossem de interesse daquele comércio, que se organizarão a sociedade e a economia brasileira (p.31-2)

No que foi apontado, percebe-se a preocupação com o valor do espaço brasileiro e a organização social para o valor no espaço. A pecuária bovina, neste primeiro momento, não aparece com ênfase para o comércio exterior, tendo, somente importância interna para a produção de alimentos e transporte de cargas, sendo assim, sem importância na valorização do espaço para o exterior, mas com importância na valorização do espaço interior.

A pecuária na valorização do espaço interno acompanha o processo de povoamento no Brasil colônia, que conforme Prado Jr (1979), a colônia possuía 3.000.000 de habitantes com uma distribuição irregular. Formação de núcleos densos, mas separado um dos outros por longos vácuos de povoamento ralo, se não inexistentes. Prado jr, também percebeu uma semelhança entre a distribuição do povoamento no início do século XIX com o princípio de século XX; com exceções e remodelações que sofreram o centro sul do país, bem como as regiões dos altos afluentes do Amazonas que formara o território do Acre, que não fazia parte do Brasil, nem se achava ocupada. Vários fatores foram determinantes para a dispersão do povoamento: 1) A extensão da costa que coube a Portugal na partilha de Tordesilhas, o que obrigou, para uma ocupação e defesa eficientes, encetar a colonização simultaneamente em varias partes dela. Foi o tal objetivo da divisão dos territórios de capitânicas, o que de fato permitiu garantir à coroa portuguesa a posse efetiva do longo litoral. 2) para a expansão interior a existência de dois fatores: 2.1) o bandeirismo predador de índios, prospector de metais e pedras preciosas abriu caminhos e explorou terras e repeliu as vanguardas da colonização espanhola concorrentes. Posteriormente, as explorações das minas, descobertas sucessivamente a partir dos últimos anos do século XVII, e fixou núcleos estáveis e definitivos em Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso; 2.2) O outro fator são as missões católicas catequizadoras, isto no extremo-norte, na bacia amazônica, sendo provocada pela política da

metrópole, tão ativa neste setor e sustenta pela exploração dos produtos naturais da floresta Amazônica: cacau, salsaparrilha e outros (PRADO JR, 1979). Essas duas ações “Embora simultânea, a ação espacial dos jesuítas vai no sentido contrário ao da disponibilização bandeirante”, contudo, essas ações se combinam como políticas espaciais, mas, “...a bandeirante elimina e a jesuíta preserva a presença indígena na colônia” (MOREIRA, 2011 p.14). 3). Outro fator, este sendo local, atuou no sertão do Nordeste, um dos maiores centros agrícolas do litoral da colônia, Bahia e Pernambuco, consumidores de carne que viria dos rebanhos por aquele sertão que iriam ocupando-o.

Prado Jr afirma, que estes fatores, foram condicionados em grande parte pela inércia castelhana. Em resumo a ocupação efetiva do interior encontra-se: o caso de São Paulo, plantando de início no planalto e arredado da costa; encontra-se a marcha progressiva das fazendas de gado no sertão nordestino; e a lenta e escassa penetração da bacia amazônica.

A rápida e a intensa dispersão pelo interior ocorrem na primeira metade do século XVIII, quando o ouro descoberto em Minas Gerais, Cuiabá (Mato Grosso) e Goiás desencadearam o movimento. Foram muitos os imigrantes que saíram dos estabelecimentos agrícolas do litoral empobrecendo a agricultura litorânea, que assistiu então, o seu primeiro encerramento do ciclo de prosperidade. Mas, o problema tem curta duração, pois, em meados do mesmo século as minas começaram a dar sinais de decadência que se concretiza no terceiro quartel do século. Fechando a corrente para o interior e abrindo para o litoral, prevalecendo à agricultura.

Outra região que toma destaque é o Campo de Goiatazes, embora, afastado do mar, os campos ofereceram condições favoráveis que no século XVII começaram a ser aproveitados, primeiro pela pecuária que constituiu sua atividade econômica pioneira servindo de abastecedouro de mercado próximo do Rio de Janeiro, depois pela agricultura, indo à cana.

Já o povoamento da Amazônia encontrou fácil acesso, condicionado pela rede hidrográfica de comunicações que ofereceu o grande rio e seus tributários. O que de início favoreceu o povoamento da região foi o fato de sua soberania. Os portugueses se instalaram na foz do rio Amazonas em 1616, expulsando ingleses e holandeses, contudo, as dúvidas eram com a Espanha. Com o fim da união ibérica, Portugal já havia firmado sua soberania, pelo fato do avantajado populacional, e de início de ocupação. Sendo um atributo para o uso e abertura de novos territórios.

A penetração de criadores de gado para o interior, como se observou, foi determinada por vários fatores, mas existem outros como a necessidade de manter o gado afastado das áreas agrícolas litorâneas; e a ocupação holandesa que acelerou ainda mais a transferência de criadores de gado das áreas próximas à costa para o Sertão, utilizando os rios, sobretudo o São Francisco como conduto da penetração. Com a expulsão dos holandeses, já era expressivo o povoamento do sertão e grupos organizados, lá haviam derrotados indígenas e conquistando áreas de pastagem. (ANDRADE, 1995)

Esta expansão foi muito favorecida pelas condições naturais e econômicas. Do ponto de vista natural, o clima semi-árido dificultava a proliferação de verminoses e de epizootias; além disso, havia uma pastagem natural boa para o gado, no período das chuvas, e “ilhas” úmidas nas margens dos rios e nas serras para onde ele poderia ser levado no período seco. Do ponto de vista econômico, os pecuaristas contavam com um mercado certo na área agrícola, que seria abastecido de carne de couro e de animais de trabalho. (IBID, 1995).

Formou-se assim, no nordeste semi-árido uma sociedade pecuarista, dominada por grandes latifúndios cujos detentores quase sempre viviam em Olinda ou Salvador, delegando a administração da propriedade a empregados e nas quais havia sítios que eram aforados a pequenos criadores que implantavam currais. Era uma economia inteiramente voltada para um mercado distante, situado no litoral, para onde a mercadoria se autotransportava em boiadas conduzidas por vaqueiros a centenas de léguas. No percurso havia pontos de repouso e de engorda, pois, a caminhada provocava uma queda de peso dos animais. Alguns núcleos urbanos hoje existentes, como Jacobina, se desenvolveram em virtude deste sistema de repouso dos animais. (IBID, 1995).

Ao mesmo tempo em que a pecuária comanda a ocupação no Nordeste semi-árido, ela teve o mesmo papel na Campanha Gaúcha. Na região nordestina o sistema pecuário sofreria um grande impacto a partir dos meados do século XVIII, com o estímulo dado a produção de algodão. Mas, a restrição das áreas de pastagens não trouxe prejuízos aos criadores que também eram plantadores de algodão, porque as lavouras, após as colheitas deixavam no solo os “retalhos” que serviam de alimentos e suplementos para o gado. (IBID, 1995).

Até o presente momento, foram identificadas algumas formas de uso do espaço territorial brasileiro, nos períodos que Prado Jr denomina de: Ocupação efetiva (1530-1640); expansão da colonização (1640-1770); e o apogeu da colônia (1770-1880). *Usos* que a atividade pecuária, com importância de consumo interno está inserida, num sistema triádico

de *Terra. Território e Senhorio*. Dessa forma, como coloca Ruy Moreira (2011), os reajustes espaciais colocados se deram em três faixas de paisagens geobotânicas: a faixa costeira de mata tropical; a interiorana de vegetação campestre e a setentrional da mata equatorial.

Qual a relevância dessas faixas de paisagens na análise do processo de formação colonial? É que elas geraram uma nova forma espacial de interligação, de integração com a natureza, colocando-a como um elemento essencial para a ontologia da sociedade, por meio: da entrada do colono português com o seu modo de vida monocultor e mercantil exportador numa reprodução do modo de ocupação indígena; com a lavoura ocupando as áreas de mata do litoral; a pecuária as de formação aberta campestre da hinterlândia; além do extrativismo da mata equatorial. Além de fornecerem uma ligação espacial. Onde:

Em qualquer forma de sociedade, o processo do trabalho é transformação da natureza em produtos úteis aos homens. Produzem-se meios de subsistência e meios de produção que se destinam a produzir homens vivos. Parte da reprodução é destinada ao consumo humano e parte é reintroduzida no ciclo produtivo seguinte. (MOREIRA, 2009 p.72)

Por exemplo, a dispersão mineradora foi brusca e violenta, que arrastou o homem do litoral, para a hinterlândia, não havendo contigüidade na sua expansão, com isso, os núcleos mineradores vão surgir muito distantes dos pontos de partida das correntes migratórias. Conforme Prado Jr (1979), essa articulação das minas com o litoral, não respeitam o traçado das primeiras vias utilizadas para alcançá-las.

Núcleos de povoamento tiveram origem em atividades auxiliares da mineração ou que elas substituíram quando começou a decadência das explorações na segunda metade do século XVIII. As regiões mineradoras não eram favoráveis nem à agricultura nem à pecuária; com isso o abastecimento da população teve de recorrer, a princípio, a territórios não muito próximos; a carne, por exemplo, principal fonte de alimentação da colônia, foi fornecida pelo gado que vinha das fazendas estabelecidas ao longo do curso médio do rio São Francisco (Bahia). Estimuladas pelo mercado próximo, as fazendas subiram mais à margem do rio, alcançando o território que é hoje mineiro.

Povoou-se assim, uma área contígua ao norte dos centros mineradores; ao sul deles, na bacia do Rio Grande, instala-se de permeio com os estabelecimentos mineradores locais, outro centro pastoril. Constituiu o que hoje se denomina Sul de Minas. (PRADO JR, 1979). O segundo grande núcleo de povoamento, em ordem cronológica, derivado da mineração, foi o de Mato Grosso, enquanto, o de importância foi o de Goiás. Descobriu-se o ouro precisamente

em Cuiabá em 1718, porém, os aluviões e as jazidas eram escassas comparadas as de Minas Gerais, com isso, o movimento da população foi menor, contudo, a decadência foi mais rápida e acentuada. O terceiro grande núcleo de povoamento resultante da mineração foi em Goiás; a decadência é no mesmo período das outras, contudo, sendo mais acentuada e sensível, pois, nada veio suprir o esgotamento dos aluviões auríferos. (*IBID*, 1979)

Diferentemente da mineração, as expansões das fazendas de gado ocorreram em áreas contíguas, fornecendo a ligação espacial (comentada anteriormente). Afirma-se que a pecuária se deve a ocupação de boa parte do território da colônia, se expandindo, sempre por contigüidade, apresentando uma horizontalidade; centros que apresentam alguma erradicação a tal atividade correspondem a algum núcleo agrícola, ou minerador. A formação dos núcleos, de erradicação, ligava-se a eles, imediatamente, uma zona de criação destinada a abastecê-los com gado e carne.

Os principais e mais antigos daqueles núcleos agrícolas, que são os do litoral do nordeste açucareiro, desde Pernambuco até a Bahia, determinaram as mais notáveis zonas criatórias; seguindo mais para o sul, as regiões pastoris de Minas Gerais; e o extremo-sul do Paraná ao Rio Grande do Sul, estabeleceram a última zona de criação, que se destinaram a abastecer os centros agrícolas do litoral sul da Colônia, com ênfase, no Rio de Janeiro. (*IBID*, 1979).

A pecuária colonial

Autores como Prado Jr (1979) e Celso Furtado (2004) deram ênfase na pecuária da região Nordeste e no extremo-sul, devido a maior intensidade nestas áreas. A Região amazônica para a atividade pecuária foi vista como um fundo territorial³, para contrastar-se com o uso dos territórios exercidos por tal atividade, isto pode ser confirmado quando Castro ([1946]2007) expõe um mapa onde apresenta a base alimentícia das áreas brasileiras, sendo a área amazônica a única a não ter a carne na base alimentar (FIGURA 1). No entanto, os primeiros registros de gado na região remontam ao século XVII, mais precisamente em 1644 quando desembarcaram em Belém as primeiras cabeças, quatro décadas depois a ilha de Marajó já contava com extensos latifúndios que se prestavam a criação animal. Prado Jr já havia afirmado que a ilha Joanes era o único local favorável a tal atividade.

³ Moraes (2011) faz uma discussão de fundos territoriais com o território usado.

No entanto a consolidação da pecuária na Amazônia ocidental remonta ao século XVIII, densamente ligada as atividades que estavam em alta no país, sobretudo, a mineração. Na periferia das vilas onde os mineradores assentavam-se, a agricultura e a pecuária de auto-sustento passaram a se desenvolver contribuindo decisivamente para a fixação dos mineradores da terra. Este processo ocorreu primeiramente na área onde hoje se situa o estado de Mato-Grosso, na região da cidade de Cuiabá. Nesta mesma época, o incremento da atividade mineradora no Centro-Oeste em substituição à produção açucareira nordestina deslocou o centro decisório político e econômico da região nordeste para o sudeste, que passou a abastecer as minas e a estimular às atividades econômicas nas regiões de mineração, sobretudo, a agricultura e a pecuária. (REZENDE *apud* GOMES 2011).

Sendo assim, a região Amazônica, ao contrário das outras regiões (Nordeste, Centro e Sul) não fica a margem do sistema, que constitui o todo da colônia; mas, se torna periférica em relação ao papel da pecuária no processo de povoamento. A região amazônica é vista por Moreira (2011), como um espaço paralelo, na formação espacial brasileira. “Correndo por fora das interações internas, entre os outros recortes do espaço o ciclo das drogas, organizado à base de aldeamentos jesuítas na faixa geobotânica do sertão amazônico” (MOREIRA, 2011 p.62).

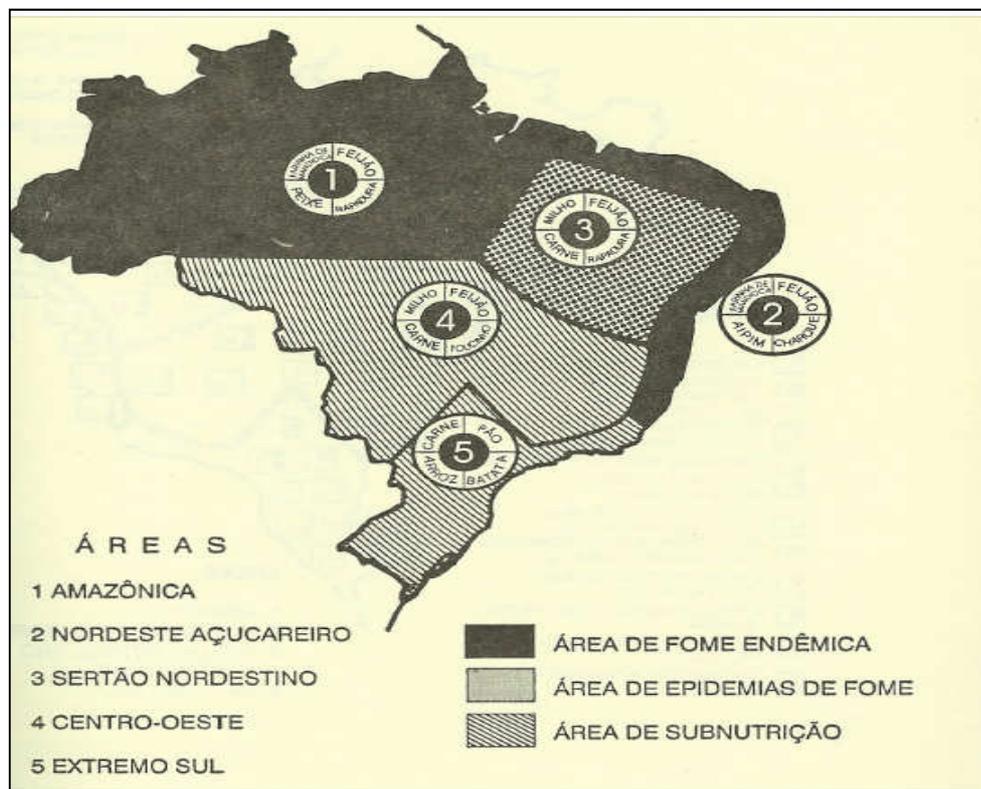


FIGURA 1: Áreas de Pecuária Bovina: O mapa acima demonstra as áreas alimentares do Brasil, pode perceber que a única área que não apresenta a carne bovina ou seu derivado (charque) na base alimentar é a área amazônica, com isso sendo considerada pela atividade de *fundo territorial*. A figura representa, também, as áreas com base alimentar com a presença de carne bovina, as áreas que tiveram a atividade pecuária mais acentuada, no período colonial. (Título adaptado) **Fonte:** Castro (2007).

A atividade agropecuária se apresenta na região combinada com a atividade de extrativismo localizada nas várzeas do delta, onde se concentravam dois terços da população e de onde partiam as invasões de extração na mata. Nesta organização do espaço amazônico, o extrativismo é a principal atividade econômica da região; a agropecuária agia de modo subsidiário, enquanto fonte e meio de subsistência da população envolvida no extrativismo. Dessa forma, o extrativismo como uma atividade fluida coabita no espaço amazônico com as áreas fixas de agropecuária, e só se confunde com ela numa totalidade por ser toda a encarnação do modo espacial de vida da comunidade do aldeamento indígena. (IBID, 2011).

A atividade pecuária na região Amazônica tomará destaque a partir do segundo quartel do século XX, mais precisamente, no final da década de 1960, consequência da política federal, que tinha a finalidade de colonizar a região. Esse assunto será tratado posteriormente.

Retomando o papel da pecuária, na dispersão do povoamento interior, segundo a análise de Moreira (2011), esta atividade adaptou-se a tríplice diversidade da faixa campestre, exprimindo as formas das leis do rendimento decrescentes e da renda diferencial⁴. O espaço pastoril se diferencia dos demais (espaço de plantations, espaço da mineração) devido a sua forma específica segundo os grandes sertões que a faixa campestre se divide: o nordestino, o central e o sulino.

O sertão nordestino é porção menos beneficiada das três, se contrapondo o desfavor morfoclimático e a favorabilidade locacional. A atividade pecuarista nasceu junto à fazenda de lavoura, sendo expulsa para o interior, mas, a fazenda de gado mantém-se a ela ligada por seu papel de mercado consumidor. A interiorização se dá por Pernambuco e Bahia como maiores centros de irradiação. Sendo assim, as fazendas vão se dispersando de dois modos: de um lado, por contigüidade, fato que as faz manter contato entre si e com os centros de origem; por outro lado, numa relação de afastamento em sua disputa de terras e cursos d'água, fato que as mantém distanciadadas em suas fronteiras de domínio. Sendo assim, em pouco tempo, seja no “Sertão de dentro” em terras da Bahia, seja no “sertão de fora” em terras alongadas de Pernambuco ao Ceará, Piauí e Maranhão (como Prado Jr coloca de *terras de bons pastos*), todo o sertão nordestino se torna um espaço de fazendas de gado. (MOREIRA, 2011).

⁴ Leis do rendimento decrescentes: Ao se aumentar o fator variável (mão-de-obra), sendo dada a quantidade de um fator fixo, a produtividade marginal do fator variável cresce até certo ponto e, partir daí, decresce até tornar-se negativa. Vale apenas se mantiver um fator fixo (portanto, só vale a curto prazo)
Renda diferencial: decorre da diferença entre o preço individual de produção do capital particular que dispõe de uma força natural monopolizada e o preço de produção do capital empregado no conjunto do ramo da atividade considerado

O sertão Central é uma porção mais racionada, domina uma imensa paisagem das chapadas de topo plano e vegetação aberta dos cerrados, onde o recurso em espaço, água e pasto equilibra o enorme distanciamento dos centros de consumo do litoral, numa espécie de renda diferencial de fertilidade e localização de revés. Sua origem foi à atração da mineração do século XVIII, carreando em grande escala para o seu mercado a pecuária nordestina e sulina. Colocando o sertão nordestino e sulino em contato natural com o sertão central, onde a calha topográfica do vale do São Francisco comanda a movimentação dos extremos para o centro, sendo, o eixo de avanço do gado nordestino, e a depressão periférica eixo de avanço de gado sulino.

Com a crise da mineração, a interação pastoril decaiu e as fazendas se tornaram uma economia autossuficiente em todo o planalto. Localizadas próximo ao Rio de Janeiro (campo de Goiatazes) a pecuária progride e avança; usando um sistema mais desenvolvido de criação, as fazendas de gado aí obtêm maior produtividade, pelo uso de cercados, parcelamento interno de criatório e produção simultânea de carne e leite. (IBID, 2011).

O sertão sulino é a porção naturalmente mais favorável; a qualidade dos pastos compensa a distância dos centros de mercados, esta compensação se dá, no entanto, pela importação da técnica de produção do charque. É para aí que vai migrar a indústria do charque surgida no Ceará com a expansão do gado entre o sertão nordestino e os centros de consumo da zona da mata no século XVII. (IBID, 2011)

Desta forma, percebeu-se como a pecuária atuou em diversos pontos do espaço territorial brasileiro, com diferentes relações, mas com a mesma meta que é a de abastecer os centros de mercado próximos. Estes centros, que por sua vez, atuam em circuitos de mercadorias, no qual, incorpora os homens e a natureza como condição necessária e suficiente para a sua expansão, onde a pecuária bovina acompanha os deslocamentos, e mudanças. Onde o espaço se apresenta como resultante/determinante dessas relações. (MOREIRA, 2009).

A pecuária então no *território colonial* brasileiro acompanhou os *assentamentos coloniais*, servindo de apropriação em alguns casos de *territórios usados*, e de frentes de expansão em *fundos territoriais*⁵. “Passo no qual a pata do boi pontilha o território colonial de fazendas e cidades que vão se estabelecer nas áreas arbustivo-herbáceas do interior e formar a

⁵ Sobre esta discussão de *Território Colonial, Territórios Usados e Fundos Territoriais* ver Moraes (2011): Geografia Histórica do Brasil: Capitalismo, território e periferia.

retaguarda das fazendas de lavoura e engenhos do litoral, e fincar as raízes da organização da interação do espaço entre esses lugares” (MOREIRA, 2011 p.65-6).

Desta forma, analisar o papel da pecuária colonial, naquilo que Moraes (2002) identificou como um processo de valorização do espaço tornou-se como já apresentado, essencial, pois, esta atividade na colônia auxiliou os processos mais específicos de valorização, como: apropriação dos meios naturais; transformação dos meios naturais; reapropriação dos meios já transformados; apropriação do espaço produzido. Sendo todos resultados de um processo social, comandado pelos movimentos da sociedade.

Com isso, a *apropriação dos meios naturais* na colônia teve na pecuária, uma atividade de instrumento introdutório, ou secundário, em novos espaços; por exemplo, as expedições dos bandeirantes e dos jesuítas. Por conseqüência, a partir de certo grau de intervenção colocaram-se novas qualidades e novas relações nesses espaços apropriados, por meio da *transformação dos meios naturais*, originadas pela agricultura que mobilizaram a superfície da terra como um meio de produção; nesse caso, a pecuária aparece com uma organização espacial agregada nas áreas de plantations. A *reapropriação dos meios já transformados* acontece de forma simultânea, pois os grupos sociais se apresentam em espaços já qualificados como *segunda natureza*. Na *apropriação do espaço produzido*, ela (a pecuária) se apresentou como um auxiliar na reorganização do espaço colonial, tendo sua função relacionada à organização social vigente; por exemplo, a mineração reorganizou o território colonial - que antes com as plantations tinha as demais frações organizadas ao seu redor, inclusive as fazendas de gado, sendo localizadas ao litoral, próximo aos portos flutuantes – onde, a interiorização teve na pecuária uma simbiose com produção de territórios na hinterlândia da colônia.

Esses processos específicos de *valorização do espaço* colocam a pecuária, no processo de colonização, pois esta atividade está implícita a tal processo de expansão de terras, onde ela acaba aparecendo em fronteiras de ocupação espacial, devido a sua peculiaridade de autotransporte e sua adaptabilidade a novas estruturas de terras incorporadas ao patrimônio da sociedade que se expande no processo colonizador, como foi apresentado acima, com as plantations, mineração entre outros.

Economia política do Espaço Colonial

Sabe-se que o processo de *colonização* é um processo de extensão de terras, de expansão de poder ou como coloca Moraes (2002), tendo “por origem a expansão territorial de um dado grupo humano, que avança sobre um espaço novo com o intuito de incorporá-lo a sua área de habitação” onde “a Colônia expressa a instalação do elemento externo, do que chega àquele espaço” (p.77). Mas cabe colocar que a colonização é, também, um processo de relação social, sendo uma estratégia de expansão do capital, no qual, acata ordens de poder da metrópole. Por que falar de uma economia política do espaço colonial, já que o assunto é o circuito espacial de carne bovina? Porque a pecuária está implicitamente envolvida neste processo; onde obedecendo a ordens da metrópole de interiorização do espaço territorial da colônia, a pecuária aparece como o instrumento de fronteira de ocupação, além de servir, como coloca Prado Jr (1979) um importante papel na alimentação da colônia, que no século XVIII, por exemplo, mais de 20.000 bois eram consumidos somente na cidade da Bahia, e em Belém do Pará com 13.000 habitantes, 1828, consumia 11.000 cabeças de gado⁶. Sendo assim, obedecendo a ordens externas, o espaço territorial da colônia se reorganiza para atender as necessidades da metrópole, com isso uma política, uma estratégia.

Sendo assim, o espaço colonial se apresenta como um *espaço político* (LEFEBRVE, 2008). Do qual, é dotado de estratégias; podendo ser analisado pelas três dimensões de planificação do espaço, como colocados por Lefebvre, que são: o material, o financeiro e espaço-temporal.

O *espaço político material* da colônia se apresenta quantificável nas toneladas de ouro e pedras preciosas descobertas na colônia. O *espaço financeiro* se apresenta nos elevados custos de produção, destes produtos descobertos; desta forma estas duas planificações aparentam dependência uma da outra. A terceira planificação (*espaço-temporal*) é independente das outras, se apresentado no espaço colonial com as localizações dos centros de gravidade da colônia, onde os conhecimentos das redes de troca, dos fluxos atuam ao redor desta gravidade; contudo, dependendo, da organização espacial vigente como *plantations* (que teve o centro de gravidade em Salvador, onde os pontos comerciais e a própria localização da produção se apresentava próximo a portos fluviais) e as áreas de mineração (que incentivaram a interiorização, e a mudança do centro de gravidade para o Rio de Janeiro. A pecuária

⁶ Caio Prado Jr (1979). Formação contemporânea do Brasil.

aparece nesta organização com a função de abastecer os núcleos de mineração, pois, se localizavam próximos).

Como foi colocado e analisado anteriormente, a pecuária foi uma das principais atividades da colônia, no entanto, como ressalta Prado Jr, a única afora destinada aos produtores de exportação, não ostentando os lustres dos feitos políticos, nem apareceu na primeira ordem dos acontecimentos do país, recalcada aos íntimos dos sertões, escondeu-se à vista, na intensa vida do litoral, os engenhos, canaviais, e outras grandes lavouras; e não teve os atrativos do ouro e dos diamantes; contudo, além do papel que representa na subsistência da colônia, ela realizou conquistas de territórios para o Brasil, pois, por natureza a pecuária necessitava de muito mais espaço, e com isso era realizada extensivamente, sem estabulação, silagem e outros processos de criação intensiva. Desta forma, o gado era mais ou menos deixado a “lei da Natureza”, onde foram-lhe dispensados muito poucas atenções, com o maior cuidado, consistindo em evitar seu extravio e reuni-lo para ser utilizado. (PRADO JR, [1942]1979). Com isso “A pecuária prosseguia por toda a parte, adentrando nas áreas de frentes pioneiras e nos interstícios dos vários sistemas produtivos. A cada um desses produtos correspondiam espaços de produção e circulação (alguns bem dispersos, outros muito concentrados) e estruturas urbanas hierarquizadas em redes que demandavam os portos litorâneos (destino de qualquer mercadoria produzida para exportação)” (MORAES, 2011 p.115).

“A economia política do espaço, é de fato uma economia implicando uma política, a saber, uma ou várias estratégias” (LEFEBVRE, 1979 p.131). Que no espaço colonial brasileiro seria o *sentido* dado por Prado Jr, de *empresa comercial*. A economia política do espaço implica varias estratégias proporcionando uma *geopolítica do capitalismo*, pois, a colonização é uma estratégia de expansão do capitalismo, sendo dependente da forma de circulação (HARVEY, 2005), já que, este não surge de forma simultânea em todas as partes.

Moraes (2011) faz uma distinção de *capital* e de *capitalismo*, que neste, momento, é importante para análise da espacialidade do modo de produção no espaço colonial. O *capital* elege lugares para a sua aplicação e fixação, pousando em lugares selecionados nos quais passam a ter nos estoques de capitais ali incorporados elementos para a sua caracterização, enquanto, o *capitalismo* visa à exaustão, como um sistema econômico busca submeter a sua lógica todos os lugares possíveis, e nesse sentido é exaustivo na sua espacialização; o seu movimento contínuo, complexo e múltiplo vai se conformando na apropriação dos lugares,

reordenamento dos territórios e no uso dos recursos naturais; desta forma o capitalismo cria formas capitalista de valorização do espaço, se relacionado com formas que lhe são estranhas, contudo, que se relacionam diretamente com a lógica própria do capital na esfera da circulação, um exemplo, dado pelo próprio Moraes (2011) são as plantations coloniais, que no Brasil colônia, durante um período foi o epicentro⁷ da organização espacial.

Nos espaços periféricos (Brasil Colônia como análise) as formas de valorização do espaço não são o modelo de valorização capitalista de espaço, pois, a espacialização do capitalismo, vai reviver, criar ou assimilar elementos estranhos a sua essência original, onde - inicialmente- no espaço colonial brasileiro “O perfil estrutural (...) em reconstituição se combina fortemente com os modos de vida dos grupos humanos, natureza e homem, acabando por se confundir em seu processo de formação pelo compartilhamento comum desse convívio de cunho natural-social” (MOREIRA, 2011 p.28). Assim revelando nessa adaptação/dominação toda a particularidade do processo histórico em seus movimentos contraditórios. Mas, como essas formas que são estranhas ao capitalismo se relacionam diretamente com esse modo de produção, por meio, da esfera da circulação, emprestam-se neste trabalho os dez aspectos importantes da circulação do capital de Harvey (2005)⁸ para análise do espaço colonial brasileiro.

1) Conforme Harvey a continuidade da circulação do capital se baseia na expansão ininterrupta do valor das mercadorias produzidas; no espaço colonial brasileiro derivava especialmente do próprio caráter da colonização, organizada na base da produção de gêneros tropicais e metais preciosos para o fornecimento do mercado internacional (PRADO JR, 1979); 2) Harvey aponta que na produção, o crescimento se realiza por meio do trabalho vivo, no espaço colonial brasileiro esse trabalho vivo foi realizado por escravos africanos e índios, além de outros imigrantes; 3) no qual, se associam na origem do lucro, que por sua vez ocorre com a exploração do trabalho vivo, 4) Em consequência, a circulação do capital se baseia na relação entre classes (fazendeiro e escravo), onde a circulação do capital impõe a compra e a venda da força de trabalho como mercadoria; 5) Essa relação de classe significa oposição, antagonismo e luta. Nesse caso, Ruy Moreira (2011) apresenta o que denomina de *contraespaços*, como por exemplo: confederação dos tamoios, contraespaço tapuío, contraespaço palmarino, as guerras guaranílicas, cabanagem, palmares entre outros; 6) Conforme Harvey, o modo capitalista de produção é tecnologicamente dinâmico. O

⁷ Como aponta Moreira (2011)

⁸ No livro: A produção capitalista do espaço

dinamismo no espaço colonial brasileiro ocorre nos engenhos, nos canaviais e outras grandes lavouras; 7) Estas mudanças, conforme, Harvey requer investimento de força de trabalho, esses investimentos, no Brasil Colônia são na compra e venda de escravos; 8) A circulação do capital é instável, incorpora contradições poderosas e destrutivas, que conferem sua inclinação crônica para a crise (HARVEY, 2005).

Já no espaço colonial brasileiro, podemos citar como exemplo, a agricultura litorânea que teve seu declínio e ascensão relacionada ao surto da mineração; 9) É o que Harvey denomina de *superacumulação*, ou seja, é quando a crise se manifesta como condição que os excedentes tanto do capital como de trabalho, que o capitalismo precisa para sobreviver, não podem mais ser absorvidos; o exemplo do espaço colonial brasileiro foram o surto da mineração e, por fim 10) Os excedentes que não podem mais ser absorvidos são desvalorizados.

A característica de *circulação* do capitalismo, na esfera do espaço colonial tem sua relação com o *tempo* local da colônia (tempo da periferia)⁹, no qual, a existência de ritmos próprios, mais lentos, dado pela contínua necessidade de ajuste estrutural em face de novidades introduzidas pelo centro (metrópole). A cada mudança de renovação na produção da metrópole correspondia a reordenamentos nas funções das economias da colônia, com a entrada de adaptações nos seus espaços produtivos. “Por essa razão ocorrem periódicas reinstalações das relações capitalistas renovadas nas periferias, que se apresentam localmente como sucessivas ondas modernizantes, operadoras das adaptações locais à nova funcionalidade central do sistema” (MORAES, 2011 p.30). Esses ajustes muitas vezes ocasionam mudanças locais nesses espaços, onde envolve deslocamentos das áreas de interesse do capital e da localização dos equipamentos produtivos; essa mobilidade espacial de produção induziu a relação do tempo periférico pela apreensão de *ciclos*, cada um com sua espacialidade própria. (MORAES, 2011 p.30).

Assim, as vias coloniais de desenvolvimento do capitalismo foram estruturando seus espaços de manifestação como se a história econômica fosse migrando pelo território, formando um mosaico de assentamentos produtivos, geralmente associados a localizações de circulação, ou a presença local de certos recursos naturais específicos, sendo assim, na colonização a cada período econômico corresponderia à incorporação de uma determinada

⁹ Moraes (2011) apresenta essa discussão em *Geografia histórica do Brasil*, no qual ele faz uma aproximação da relação periferia-centro.

área geográfica, sendo um *produto dominante* o estruturador da economia e do território. (IBID, 2011). E a pecuária? Ela se expande no espaço territorial brasileiro acompanhando cada ciclo econômico (FIGURA 2) formando o seu próprio espaço de ação e produção, podendo ser considerado como *rugosidades*, pois, oferecem “... sem uma tradução imediata, restos de uma divisão do trabalho internacional, manifestadas localmente por combinações particulares do capital, das técnicas e do trabalho utilizado” (SANTOS, 2008 p.173). Sendo assim, fornecem resquícios de como tal atividade se formou, e consolidou-se no espaço territorial brasileiro.

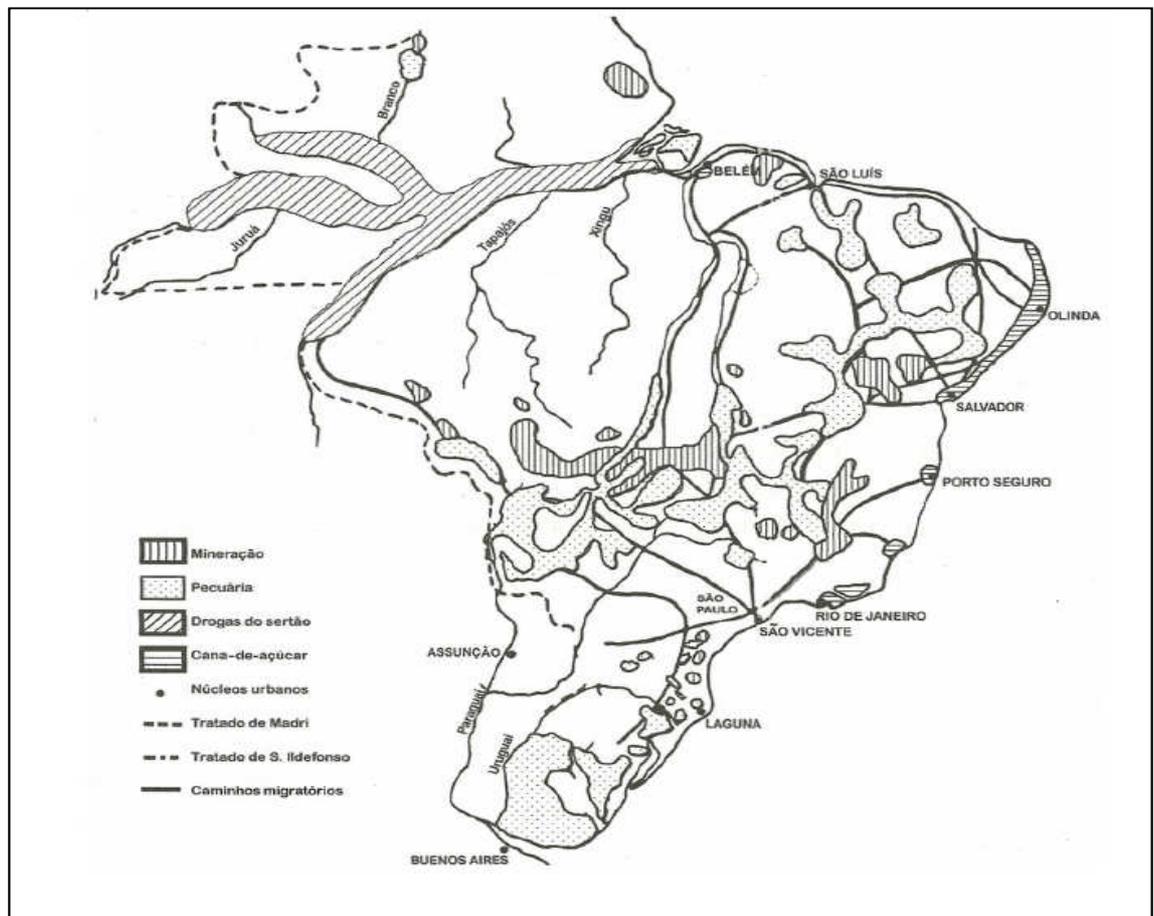


FIGURA 2: Ciclos Econômicos e a Pecuária: Demonstra a distribuição da pecuária bovina, acompanhando cada ciclo econômico e as rotas de circulação colonial. Com destaque para a sua interiorização no Nordeste, no Sul e no Planalto Central. (O Título foi adaptado)

FONTE: Ruy Moreira (2011)

*“O caminho cria o tipo social”: Vias de Comunicação e transportes no espaço
Domínio colonial brasileiro*

Ao se produzir, ou consumir um espaço para produção; se produz e se consome *valor de uso*, no qual se adquire uma *distância*, essa por sua vez, torna tal lugar mais ou menos desejável. Essa *distância* apresenta-se como um intervalo de *tempo* entre espaços.

De fato, aqui o *tempo* entra em cena, embora, o espaço, ao mesmo tempo programado e fragmentado, tenda a eliminá-lo. Compra-se um *emprego do tempo*, ou seja, simultaneamente uma economia do tempo (distância curta ou grande) e uma aprazibilidade. O espaço envolve o tempo. Por mais que se o ignore, ele não se deixa reduzir. É um tempo social que é produzido e reproduzido através do espaço (LEFEBVRE, 2008 p.128-9).

De acordo com Harvey (2005) Marx não estava equivocado ao priorizar o tempo em relação ao espaço, pois, o propósito da circulação do capital deve ser controlar o “tempo” do trabalho excedente e transformá-lo em lucro do tempo de rotação socialmente necessário. Desta forma, do ponto vista de capital, o espaço aparece em primeiro lugar como uma barreira a ser superada; com isso, o capitalismo é caracterizado por um esforço permanente de superação de todas as barreiras espaciais. No entanto, isso denota que esses objetivos só podem ser alcançados por meio da produção de configuração espaciais fixas e imóveis, como um sistema de transporte; onde a organização espacial é necessária para superar o espaço. (HARVEY, 2005). Neil Simth (1988) argumenta que com o desenvolvimento das forças produtivas sob o capitalismo, a lógica que preside a localização geográfica afasta-se cada vez mais das considerações naturais. No período colonial brasileiro, o contrário ocorreu, as condições naturais se apresentavam lógicas as localizações, com isso, os fatores distância e a proximidade das matérias-primas se tornavam obstáculos naturais.

Prado Jr (1979) já considerava a influência das comunicações e dos transportes sobre a formação do país, onde no Brasil Colônia as considerações naturais como: relevo acidentado, de coberturas florestais, nos pontos estratégicos de difícil penetração, com uma linha costeira tão parcamente endentada e rios de cursos cheios de acidentes; resultou comunicações difíceis que fixou relações da colônia a um ritmo lento.

O desenvolvimento de comunicações acompanhou naturalmente a progressão do povoamento, que se instala primeiramente no litoral, espalhando por eles núcleos mais ou menos afastados do mar, e posteriormente penetra o interior. As vias de comunicação têm estas mesmas direções, em seguida ela corresponderá a outro movimento, mas, de sentido oposto, partindo de núcleos já constituídos no interior procurando saídas mais rápidas para o

litoral; por exemplo, os centros mineradores de Minas Gerais, que alcançados inicialmente via São Paulo, e logo em seguida, Bahia, procurarão logo em seguida saídas para o Rio de Janeiro; e muito depois, Espírito Santo, Ilhéus. Estas vias foram independentes entre si, contudo dando disposições fragmentárias de comunicações. As vias de comunicação foram realizadas, sobretudo e quase unicamente, por vias fluviais, onde pela navegação de cabotagem acompanhou a costa brasileira. As vias terrestres foram paralelas, pois, ofereciam obstáculos muitas vezes intransponíveis. (PRADO JR, 1979).

Na comunicação interior, ao analisar a obra de Prado Jr (1979) é possível apresentar as seguintes linhas: 1) é a rede hidrográfica do Amazonas, que embora se ligasse sem continuidade ao litoral, assimilando-se com isso aos sistemas litorâneos, obtendo tais proporções ocupa tamanha área que passou a ser incluído na circulação interior; 2) O sul e o setor nordeste da colônia, toda a área que compreendia a Bahia e o Maranhão encontrava-se o nó principal das comunicações no Piauí, esta região era constituída pelos roteiros do comércio de gado, onde o Piauí em todo o nordeste era a principal fonte de abastecimento. Esta linha de comunicação era particularmente a mais notável da colônia, pois, por aí, os primeiros sertanistas e suas fazendas de gado iam da Bahia e do São Francisco, penetrando o Piauí no século XVII e colonizando seu território, posteriormente, por este caminho, circulava o gado consumido pelo recôncavo baiano.

As linhas de comunicação criadas no sertão nordestino foram destinadas, maiormente, à condução do gado, que criados nas varias regiões do sertão, demandava os mercados de carne do litoral, mas além desta função, elas articulavam o sertão e ligavam as populações estabelecidas, onde estas vias de comunicação contribuiram para os elementos dispare que entraram na composição da população sertaneja e que foram aos poucos se comunicando e colocando-se em contato; 3) Outra via, que também, se destinava ao gado era a que descia o Campo de Boiatacazes pelo trajeto do Rio de Janeiro, que é por onde iam as boiadas que abasteciam os campos; 4) Outra via é a que levava o gado de Minas Gerais a Ilhéus; 5) As vias de comunicação a Goiás foram três que se abriram: a via com São Paulo, a via mineira e a via baiana. Além destas cogita-se em utilizar a via fluvial Araguaia-Tocantins; 6) A via que Mato Grosso fazia pelo roteiro fluvial do Rio Tietê e a navegação da bacia do Paraná, este divisor de águas se variavam também por terras, canoas e cargas transportadas em carros de boi; 7) e as vias de comunicação do Extremo-Sul, a mais rudimentar e simples, e também, de menor importância histórica. As estradas serviam para a condução do gado que abasteciam os

núcleos do litoral e se transportavam os gêneros de exportação de Curitiba, sobretudo, a erva-mate.

Com o exposto, no período colonial, os meios de transporte e condução por terra foram naturalmente restritos, dado aos tipos da estrada; o gado como gênero do comércio colonial a solução para ele era fácil, pois, ele mesmo se transportava e graças a ele é que se tornaram possíveis os imensos trajetos de rotas comerciais. Com isso, o transporte que tem por função encaminhar qualquer coisa (mercadorias, pessoas...) por meio do espaço, consolidando as trocas, desta forma, a colonização articulou internamente o território brasileiro, aproveitando os afluentes amazônicos e ligando os núcleos interiores, substituindo as ligações feitas antes pelo mar.

Um salto no tempo e no espaço

Agora, partimos de uma análise de estrutura espacial brasileira do século XX, com ênfase pós-Segunda Guerra mundial, enfaticamente a partir década de 1960, o leitor, talvez se indague: Por que deste salto temporal-espacial? A resposta é pela “colonização” da Amazônia brasileira, esta região sendo vista como *fronteira econômica*, onde a atividade da pecuária bovina foi fortemente incentivada. Uma preocupação com este movimento é pelo fato dos interesses políticos e econômicos (nacionais e internacionais) terem criado rugosidades e reajustados rugosidades antigas. Como a “região” amazônica não possui existência autônoma, uma breve discussão, do papel do Estado, se torna importante, pois, se não ela seria uma “abstração se tomada separadamente do espaço nacional considerado como um todo” (SANTOS 2008 p.43).

Desta forma, partindo de uma concepção marxista de Estado, que está voltado, como uma instituição, que acima de todas as outras, tem como função assegurar a dominação e a exploração de classe. (BOTTOMORE, 2001). Analisa-se o espaço territorial brasileiro como uma formação sócio-econômica dependente, onde a sua organização do espaço é dependente, pois, acredita-se numa autonomia relativa de suas funções e de uma tendência economista de suas ações.

Esta concepção marxista de Estado que o vê como um instrumento de uma classe dominante, designada em virtude de sua propriedade dos meios de produção e do controle que sobre estes exerce (BOTTOMORE, 2001); é visto no período de 1960-1970 como forças *externas* que possui sua própria lógica, no qual, são internas as instituições e empresas

interessadas. Cabe ressaltar, que o Brasil desde a metade dos anos 70 experimentou uma integração e desintegração no contexto da economia mundial (SMITH, 1988), que influenciou na organização espacial do território nacional, reproduzindo e ampliando as desigualdades no território. Com isso, a dialética do espaço- parafraseando Santos (2008)- do “Terceiro mundo se dá então entre o Estado-Nação e as atividades modernas, principalmente as empresas multinacionais e os monopólios”. (p.46); que no Brasil ocorreram de forma intensiva e acelerada neste período, principalmente, pós-guerra. Desta forma, os setores na economia nacional e internacional se concentraram e centralizaram-se em certas regiões, gerando uma divisão territorial do trabalho, sendo esta a chave da garantia e da apropriação do espaço pelo capital, criando o “espaço do capital” (MOREIRA, 2009).

O espaço do capital é, assim, a um só tempo uma relação econômica e de poder. Economia e política. O poder econômico que o capitalista exerce sobre sua fábrica e que prescreve como mando político sobre o todo da sociedade. (IBID, 2009 p.80).

A diferenciação do espaço nacional de acordo com a divisão territorial do trabalho, conforme Smith (1989) é profundamente sensível ao ritmo da expansão e da crise do capitalismo. Desta forma, ratifica-se a assertiva de Santos e Silveira (2008, p.260) de que: “O território mostra diferenças de densidades quanto às coisas, aos objetos, aos homens, ao movimento das coisas, dos homens, das informações, do dinheiro e também quanto às ações”. Essas diferenças seriam a concretude da sensibilidade da expansão ou da crise, proporcionando, uma gama de classificações, como zonas de densidade e rarefação; de fluidez e viscosidade; espaços de rapidez e lentidão; espaços luminosos e espaços, opacos, espaços que mandam e espaços que obedecem (SANTOS e SILVEIRA, 2008). Os espaços da pecuária bovina acabam se encaixando a tais classificações, pois, como uma mercadoria e resultado de relações sociais (como: comercial, política) ela acaba se sensibilizando aos ritmos do capital.

Michels (2000) analisando o desenvolvimento histórico da pecuária bovina no Brasil apresentou que, em poucas exceções ou momentos de crise internacional a carne brasileira alcançou de forma significativa os mercados internacionais, pois de forma geral, a cadeia produtiva da carne bovina esteve restrita ao mercado interno, devido a fatores como ocupação do território, a formação de grandes regiões produtoras vinculados ao mercado interno como fornecedoras - no início, de charque para núcleos urbanos em formação e, posteriormente, de gado em pé para abate nas regiões próximas aos centros urbanos.

Mamigoniam (1986 *apud* MICHELS, 2000) ao abordar o processo de desenvolvimento da pecuária na região Centro-Oeste aponta a lógica voltada para o mercado interno, pois ele demonstra que a abertura das fazendas do sul de Mato Grosso no século XIX esteve ligada a expansão de três áreas pecuárias distintas: norte de Mato Grosso, Minas Gerais e Rio Grande do Sul, sendo a primeira responsável pelo povoamento do Pantanal, enquanto as outras desbravaram o planalto, os mineiros se localizando nos cerrados e os gaúchos nos campos de Vacaria, no extremo sul. Sendo assim, emprestando, as classificações apresentadas acima, a pecuária se localizava próxima ou nas zonas de densidade.

“A concentração regional de capital é resultado direto da tendência para a centralização espacial, mas não é um processo tão separadamente definido quanto na escala urbana, há muito mais coisas envolvidas” (SMITH, 1998 p.207). Um exemplo foi a concentração espacial, na região do Brasil Central, onde a economia de indústria frigorífica ganhou dimensão política, uma vez que foi capturado pelo Estado no sentido de propiciar a sustentação do desenvolvimento industrial brasileiro, revelando uma situação de deficiência no atendimento de ambos os mercados, sobretudo o interno sempre em crescimento. Tratou-se de uma enlaça política da produção pastoril de corte por parte do poder público, tendo em vista a execução das estratégias para a busca do desenvolvimento econômico nacional. Desse modo discursos como o “de garantia de acesso ao consumo da carne bovina as categorias sociais de baixa renda” tornaram-se sinônimo do desenvolvimento econômico brasileiro. (BENITEZ *apud* MICHELS, 2000).

A intensificação da carne bovina brasileira no comércio internacional ocorreu no período entre as guerras mundiais, sendo a primeira exceção do produto no mercado externo:

Após a Primeira Guerra, a pecuária de corte começou a ganhar importância cada vez mais profunda dentro da economia agrícola nacional. O Rio Grande do Sul e a região Centro-Oeste começaram a atender o mercado internacional europeu, sempre em quantidades crescentes, enquanto, porções menores eram destinadas ao mercado interno. Aos poucos, as exportações foram ganhando importância, substituindo, inicialmente, a queda das exportações de café e borracha (BENITEZ *apud* MICHELS, 2000 p. 89).

Entre os meados da década de 10 e final dos anos 30 a produção de carne brasileira esteve mais voltada para o mercado externo, entretanto, a partir de 1935 os representantes da economia de mercado começaram a dividi-la com o mercado interno as atenções destinadas ao mercado externo, em virtude da sua crescente importância, reflexo do desenvolvimento econômico brasileiro. Mas, após a Segunda Guerra, considerando o reinício dos fluxos

comerciais entre os países, retomou-se o debate no Brasil quanto à priorização da produção para o mercado interno em crescimento ao mercado externo, e o Estado de caráter autoritário reformista, modernista, planejado, organizado após 1964, desmobilizou o debate e reformulou a política de exportação condicionando-a a redução dos preços dos bovinos para o abate no mercado interno (IBID, 2000)

Assim sendo, o conflito entre os interesses sobre o mercado externo versus interno foi sendo controlado pelo governo, de caráter autoritário, praticamente impondo que a produção se voltasse para o mercado interno, com demanda crescente, devido ao grande processo de urbanização. Os padrões de consumo da carne no Brasil, diferentemente das importadas, não incluíam exigências quanto à aspecto, forma. Normalmente, o consumo se dava na forma de charque (IBID,2000). Dessa forma, observa o Estado como um agente ou instrumento subordinado à forças externas, mas como uma instituição independente, com interesses e propósitos próprios; servindo aos interesses da classe dominante que se associam aos que controlam o Estado e os que possuem os meios de atividade econômica (BOTTOMORE, 2001).

Então, o desenvolvimento histórico da cadeia produtiva da carne bovina brasileira originou-se com conflitos diversos entre os agentes e também, com a tentativa de intervenção governamental para regular essas relações, sobretudo com o objetivo de atender as demandas do mercado interno. A carne para o mercado interno teve papel significativo até os anos 90, pois, houve conflitos entre o governo e os pecuaristas em relação ao abastecimento deste mercado (interno). Estes conflitos não eram relativos a mercados, mas ao preço pago pelos animais, pela indústria frigorífica, considerando o tabelamento de preços impostos pelo governo federal. Para o mercado externo, a venda da produção brasileira de carne bovina, por muito tempo, foi pouco significativa, com exceção durante as grandes guerras mundiais. Nossa produção formou-se e desenvolveu-se para atender, predominantemente, o mercado interno. (MICHELS, 2000).

Observa-se, então, que o Estado se modifica, ou altera sua função, de acordo, com as determinações políticas e econômicas que envolvem o capital, usufruindo de seus poderes, promovendo ideologias, que não são de fato para favorecer a sociedade, e sim beneficiar grupos econômicos que associam seus ideais aos do Estado, e este por sua vez, cria condições espaciais para que os grupos econômicos possam atingir suas metas. A pecuária bovina como apresentado acima foi influenciada por estas ações do Estado com grupos econômicos

nacionais e internacionais, sendo, por certo modo, sua organização espacial no Brasil, atualmente, promovida por estes fatos. Internamente, um Estado-Nação subdesenvolvido como é o Brasil, apresenta desigualdades de desenvolvimentos regionais, no qual, criam-se pólos de desenvolvimento e áreas subdesenvolvidas, pois, o próprio capital utiliza seu movimento de “vaivém”¹⁰ no espaço territorial determinado.

No caso, como a produção da pecuária bovina, nesse período do século XX, como anteriormente, esteve voltado para o mercado interno, principalmente para abastecer os núcleos urbanos que estavam em processo de crescimento no Brasil, dilatavam e ao mesmo tempo integravam o espaço brasileiro, formando uma configuração espacial na divisão territorial do trabalho, na indústria como epicentro. O exemplo das indústrias frigoríficas no Centro-Oeste, que foi proporcionada uma dimensão política, com o objetivo de atração do desenvolvimento industrial brasileiro.

Neste sentido, houve uma combinação desigual de configuração espacial de desenvolvimento, ligado a emergência da indústria no processo de acumulação primitiva, sendo avançada no Centro-Sul, truncada no Nordeste e inviabilizada na Amazônia, desembocando um espaço monopolista. (MOREIRA, 2011).

A ação estrutural do Estado é aqui essencial. Primeiro como veículo de transferências financeiras entre os lugares plantacionistas. Segundo, como agenciador de infraestrutura a serviço dessa transferência. E terceiro, como instância de decisão da escolha do lugar da polaridade. A acumulação desigual tem origem na fase da acumulação primitiva, com a ajuda das mãos generosas do Estado. Primeiro com a política de ágios que transfere lucros regionais para a acumulação paulista. Segundo com a convergência da infraestrutura para a continuidade estrutural dessa transferência. E terceiro com a eleição de São Paulo como centro de concentração qualitativa (IBID, 2011 p.122)

Assim, o Estado é caracterizado como força econômica significativa, diretamente envolvida na acumulação do capital, se relacionando de alguma forma com uma fração do capital, neste caso, o capital monopolista, que é representado pelas empresas gigantes e pelos grandes grupos financeiros. (BOTTOMORE, 2001). A pecuária bovina acompanhou essa desigualdade espacial, sendo sua própria distribuição influenciada por este processo (FIGURA 3). Pois é bom ressaltar, que o desenvolvimento não se propaga de forma difusa pelo espaço, como afirmava Perroux, mas, que se concentra em certos pontos, criando

¹⁰ Neil Smith (1988).

desequilíbrios em relação às áreas vizinhas, talvez, propagando-se posteriormente, a partir desses núcleos, pelas diversas áreas.¹¹ Com isso:

Nos países subdesenvolvidos, o problema dos desníveis de desenvolvimento regional tem origem bem diversa e apresenta características próprias em cada um deles. Geralmente, nesses países as áreas especializadas em produtos de exportação, em consequência do investimentos de capitais estrangeiros, crescem economicamente por estes setores atingidos por estes capitais, atraem habitantes, obtêm elevada renda per capita e se distanciam das áreas dedicadas a outras atividades econômicas, sobretudo de subsistências. Cria-se desse modo, dentro de um mesmo país, uma dualidade, áreas ou regiões econômicas com diversidade de nível de desenvolvimento tal que fazem com que as mesmas se distanciem no tempo e no espaço. (ANDRADE, 1987 p.53).

Isso aconteceu no Brasil, onde os espaços econômicos- estes, onde quem possuía as decisões eram as grandes empresas- encontrava no lado do Estado, uma remodelação do espaço geográfico para dotar certas partes do país das condições de circulação indicadas como indispensável para a abertura ao comércio externo. Com isso, enfatizando que “Nos países de maior extensão territorial e que também são países com grandes disparidades regionais e de renda, o processo de criação de fluidez é seletivo e não igualitário” (SANTOS, SILVEIRA, 2001 p.261). Desta forma, a década de 70 vai encontrar a indústria concentrada num pólo. E ao mesmo tempo a agricultura em franca marcha de disseminação, por conta dessa concentração da indústria na região sudeste a concentração de população também se concentra nas cidades desta região, configurando o espaço em mal equilíbrio, a solução encontrada foi a desconcentração da indústria e a modernização e disseminação da agricultura em que a indústria se aproxima da terra e encontra a agricultura. (MOREIRA, 2011; SANTOS, SILVEIRA, 2001).

E como será visto posteriormente, a Amazônia se transforma numa “fronteira” ao mesmo tempo agrícola, mineral e energética, onde recebe uma intensidade de atividades que nela se instalaram a partir dos anos 60, primeiramente no arco de interseção com o Centro-Oeste, com maior concentração na porção oriental, em função da rodovia Belém-Brasília; depois, no seu próprio âmbito florestal, com a derrubada da mata para dar lugar nos anos 70 a pastos implantados por capitais vindo do sudeste para a instalação de grandes fazendas de gado, que, por sua vez teve um importante papel na organização do espaço brasileiro

¹¹ Adaptado do livro de Manuel Correia de Andrade- Espaço, polarização e desenvolvimento: Uma introdução a economia regional.



FIGURA 3: Distribuição espacial de rebanho bovino: Este mapa apresenta a distribuição espacial de bovino por biomas no país no ano de 2008. O cerrado que concentrava (e ainda concentra) a maior parte do rebanho bovino do País, seguido pelo bioma amazônico, com destaque para o Estado do Pará, como detentores dos maiores números de cabeças de gado. O Amazonas apresenta um “vazio” de bovino, com exceção do sul do Estado.

FONTE: ftp://geofp.ibge.gov.br/atlas/atlas_nacional_do_brasil_2010/3_sociedade_e_economia/atlas_nacional_do_brasil_2010_pagina_229_evolucao_do_rebanho_bovino_nos_biomas.pdf

A pecuária bovina brasileira teve um importante salto no começo dos anos 60 e no começo dos anos 80, onde em vinte anos, o rebanho bovino dobrou quantitativamente. Mas, a progressão numérica é bem diferente conforme as regiões. Em 1940, o essencial da pecuária bovina era elevado na região Sudeste, em torno de São Paulo e Minas Gerais, em seguida os pampas da região Sul e o sudeste Semi-Árido. A região Centro-Oeste era ainda pouco representada e o norte amazônico praticamente inexistente. Esta primeira progressão foi sensível ao sudeste do país, devido o desenvolvimento industrial desta região. A região Sul, nos anos 60 e 70 aumentou seu rebanho, por conta da introdução de matadores de exportação, notavelmente para a Europa. A pecuária do Centro-Oeste começaria a se desenvolver fortemente com a colonização agrícola, sendo essencialmente desenhada ao crescimento da pecuária bovina nos anos 80 e 90. E a emergência da região Norte, como uma região de pecuária importante.¹² A evolução da pecuária bovina acompanhou a abertura de novos pastos, com sua intensificação, e notavelmente com a introdução de novas estradas, onde o Estado criava condições para a instalação de empresas internacionais, sendo assim, exercendo sua função; pois existem necessidades nacionais, cuja satisfação interfere na organização do espaço do local, tais como as estradas, os impostos, política comercial e o protecionismo, lembrando que a resposta desta satisfação é sempre num ponto preciso do espaço regional¹³. (SANTOS, 2008).

Partindo desta argumentação, analisaremos a seguir a ação do Estado no espaço regional amazônico, principalmente, os pontos precisos que foram a resposta as satisfações nacionais, que tiveram como alicerces ideologias estatais. A formação da pecuária bovina neste processo, também, será observada; pois, como no planalto central, em períodos anteriores, o gado bovino será um instrumento de colonização, principalmente no sul amazônico.

¹² Baseado no *Le dossier Économique de l'élevage* intitulado *Brési: Le Zébu conquérant* do Institut de l'élevage em 2004.

¹³ Discussão baseada no livro *Por uma Geografia Nova*.

Visões da Amazônia brasileira: Conseqüências de uma economia política do Estado-nação no espaço regional

O que falar da Amazônia brasileira? Principalmente na percussão da temática de pecuária bovina? Sabe-se que é um macrodomínio¹⁴, nos dizeres de Ab’Sáber (2003), destacada pela extraordinária continuidade de suas florestas, sendo, um domínio de terras baixas florestadas, disposto em anfiteatro, enclausurado entre a grande barreira imposta pelas terras cisandinas e pelas bordas do planalto brasileiro e Guianense. Mas o que isso representa na pecuária bovina? A organização desta atividade foi pela “... produção de espaços antrópicos sobre as heranças da natureza na região” (AB’SABER 2003, p.74).

Analisando o Estado-Nação como um espaço¹⁵, este se apresenta como um espaço político, carregado de estratégias e ideologias¹⁶. Sendo desta forma, carregado de contradições espaciais, porque é criada sua produção tanto concreta quanto mental, e é um espaço específico, portanto, qualificado. O espaço nacional brasileiro, não escapou a tal regra de contradição, usando de estratégias e ideologias para dissimular tais aberrações.

Estes equívocos espaciais podem ser relacionados às questões da *terra*, esta vista, como lucro extraordinário¹⁷. A partir da década de 70, se acentua os conflitos de terra no Brasil, principalmente pela alta concentração da propriedade da terra, pois, havia (e há) “Pouca gente com muita terra (...) e muita gente com pouquíssima terra”, nas palavras de Martins (1985), que ainda enfatiza que a distribuição desigual tem uma história no Brasil e que as transformações econômicas que ocorreram se deve a uma legislação fundiária que força a expulsão, que dificultou o acesso a propriedade da terra, dando ênfase a um personagem principal nessas lutas o *posseiro*, pois, no Brasil não se vendia terra e sim título de propriedade.

Martins (1985) ainda observa duas formas de acesso a terra nesse período. De um lado o proprietário, o empresário capitalista, que com o título na mão explora economicamente a sua propriedade em estilos de grandes fazendas; e do outro lado, em áreas mais pobres, o posseiro, que podia durante anos permanecerem na terra, mas futuramente eram expulsos. A

¹⁴ O uso do termo *domínio*, ao invés de *região*, é pelo fato, de se acreditar que o primeiro é mais conveniente para designar unidades físicas, estruturais, climáticas e morfológicas. É, também, o termo que deveria ser empregado a propósito dos fenômenos ligados à atividade humana, como domínio de trigo, domínio de vinho e domínio da pecuária. Enquanto, o segundo termo, Esta associado a idéia de organização realizadas pelo homem na superfície do planeta. Esta discussão é feita por Cholley no livro de Andrade (1987).

¹⁵ Como proposto por Santos (2008)

¹⁶ Henri Lefebvre (2008): *Espaço e Política*.

¹⁷ Ariovaldo Umbelino de Oliveira (1990)

complicação ocorre a partir de 64, a partir do Estatuto da terra, quando o Estado oferece apoio econômico através de incentivos fiscais, sobretudo a partir de 66 com a legislação do SUDAM (Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia), dando apoio econômico as grandes empresas capitalistas que quisessem se instalar no campo, estendendo seus negócios; nesta forma, o governo brasileiro passa a fazer doações de recursos públicos às grandes empresas que quisessem se dedicar a agropecuária, constituindo na região amazônica, aquilo que Oliveira(1995) denomina de *Amazônia Violentada*. “O Estatuto (da terra) é concentracionista, ele não é distributivista” (MARTINS, 1985 p.71). A região amazônica foi uma área reservada para acomodar os produtores das áreas de tensão que foram removidos, devido aos conflitos. Contudo, o próprio governo produziu uma legislação de incentivos fiscais para a ocupação empresarial da região amazônica, as terras que estavam destinadas aos pequenos produtores passaram, também, a ser destinadas as grandes empresas. (FIGURA 4)

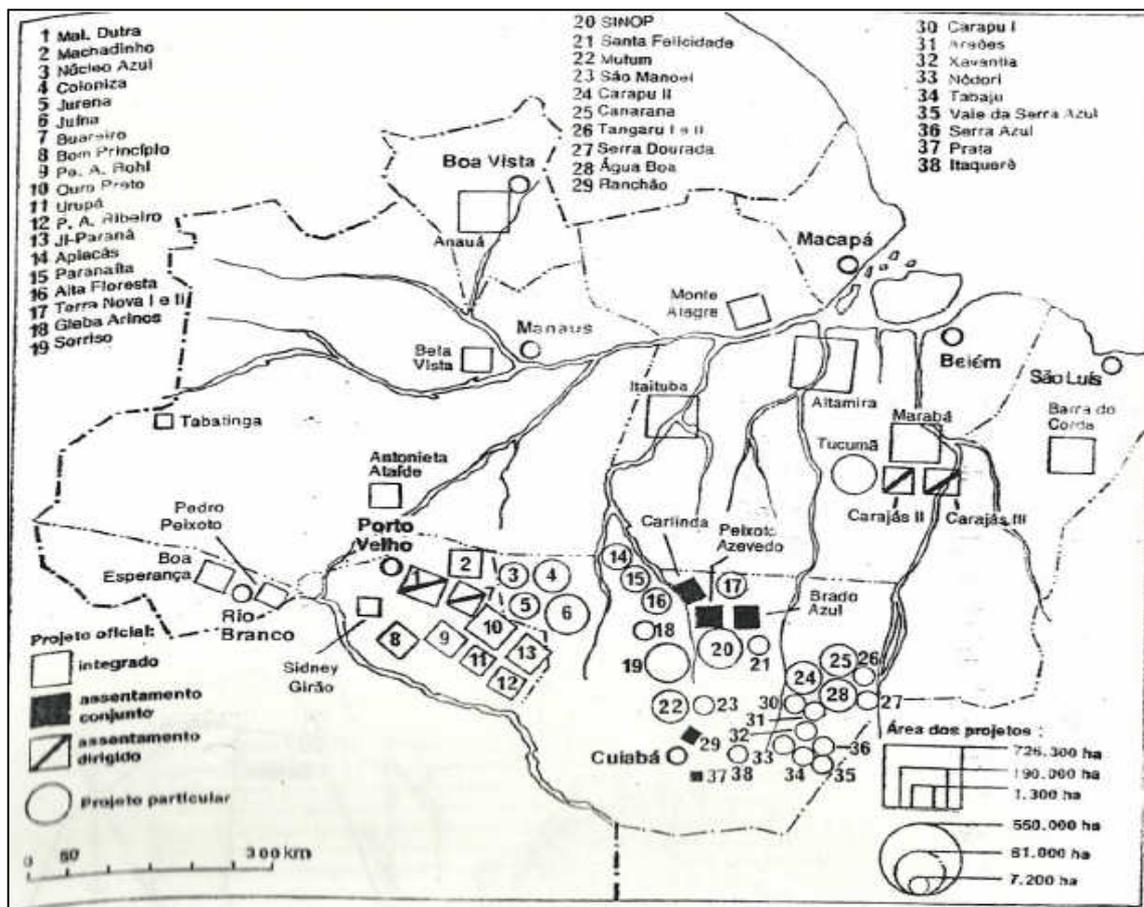


FIGURA 4: Projetos de Colonização na Amazônia Legal- Demonstra os pontos de atuação dos projetos de colonização, com destaque para o Estado de Mato Grosso e Pará, posteriormente os maiores efetivos de Rebanhos Bovinos. (Título do mapa adaptado).

FONTE: Mariana Miranda (1990)

Com isso as transformações ocorridas ocasionaram novas relações de poder, onde novos agentes passaram a ocupar o quadro regional, sendo a criação de municípios a expressão dessas mudanças. Os agentes, basicamente grupos empresariais como o Bradesco, Volkswagen descobriram sua vocação para a pecuária e com os incentivos fiscais se estabeleceram na região. Desta forma, “Talvez nenhum adjetivo tenha se difundido mais para a Amazônia como o de uma ‘região de fronteira’” (NOGUEIRA, 2007 p.19). Para minimizar a situação de terras oferecidas para as grandes empresas e de terras como “solução” para os pequenos produtores que imigraram, o Estatuto da terra falou em colonização, neste processo, retiravam-se os posseiros das áreas que iriam ser colonizadas para colocar os pequenos produtores. A retirada dos posseiros se deu pelo fato destes não pagarem renda, pois, ele é um ocupante da terra, não pagando tributo. Existiam dois processos de colonização, o público (realizados pelo Estado) e o particular (realizados pelas grandes empresas), a ênfase se dava no segundo tipo, pois, alguém estava vendendo, ou revendendo as terras, recolhendo a renda fundiária, cobrando um tributo sobre a ocupação da terra. Desta forma, no governo militar conforme Becker (1990 p.12):

A Amazônia assume posição-chave frente às prioridades econômicas e geopolíticas de ordem interna e externa. No plano interno é vista capaz de promover uma solução conjunta para os problemas de tensão social do Nordeste e para a continuidade do crescimento do centro dinâmico do Sudeste, abrindo a possibilidade de novos investimentos, recursos e mercados em tempo rápido.

A abordagem acima pode ser considerada uma imagem *sobre* a região, onde aparece como uma posição-chave trazendo benefícios para a Amazônia, conforme, Hebette (2004), autor que traz imagem *da* região aponta que:

A colonização adota por objetivo, nesta altura, responder as tensões sociais crescentes, tanto no campo quanto nas cidades: no campo, onde se multiplica o número de trabalhadores sem acesso a terra; nas cidades, onde se acumulam os excedentes de mão de obra não absorvidos pela indústria. (p.83)

Como resultado deste processo, a compreensão da Amazônia no contexto do território nacional, no governo militar, passou a ser visto como um território ainda a ser ocupada, uma fronteira ainda a ser protegida e uma região ainda a ser desenvolvida, com isso, passou a abrigar distinções internas, pondo em questão a sua unidade. (NOGUEIRA, 2007). “O que faz com que os lugares se diferenciem, além da natureza, é a combinação de diversos atores sociais, coexistindo num determinado tempo histórico (...) pode dar origem a paisagens

diversas na medida em que se pode privilegiar tal ou qual atividade” (NOGUEIRA, 2007 p.24).

A colonização, de acordo com Nogueira (2007), Hebette (2004) foi um dos fenômenos mais marcantes da Amazônia, pois, com o objetivo de resolver os problemas fundiários de outras regiões, principalmente no sul, com a expansão da soja, a vinda de colonos, fazendeiros e especuladores de terra culmina com a formação de uma nova espacialidade, chocando-se com a anteriormente estabelecida, onde encontraram diversos sujeitos sociais remanescentes do ciclo da borracha, caboclos ribeirinhos, populações indígenas, com isso como aponta Gonçalves (2010) a “Amazônia é sobretudo diversidade”, pois “É como se quatro séculos de diferentes desigualdades sociais se encontrassem num mesmo espaço, a Amazônia” (GONÇALVES, 2010 p.54). Desta forma, a colonização da Amazônia é reprodução da acentuada distribuição desigual das estruturas fundiárias do Brasil.

E o que isso influenciou na pecuária amazônica? De acordo com Moreira (2012) a formação espacial inicial do Brasil teve origem na ação de dois vetores territoriais, o bandeirantismo e a expansão do gado. Diferentemente da formação inicial, o gado no processo de organização do espaço amazônico foi consequência e fator desta organização, pois ao lado da agricultura, a pecuária bovina foi um alicerce para as atividades extrativistas, porque abasteciam os mercados locais ou deslocando as mercadorias de exportação para as cidades da costa.

Os primeiros colonos, principalmente do sul, capitalizaram as terras mais férteis, com culturas de rentabilidade estáveis como: pimenta, cacau e diversas frutas. Aos colonos que vieram posteriormente, principalmente nordestinos, foram atribuídos em geral terras pouco férteis, não podendo implantar novas culturas, por este motivo foram os responsáveis pela exploração e confinamento de gado e a abertura de novas áreas.

A pecuária bovina é uma atividade que favorece a concentração fundiária e estimula o avanço da frente pioneira, porque os pequenos agricultores podem dificilmente constituir o capital bovino necessário. Para o agricultor que só tem seu trabalho, seu dinheiro é pouco; com isso, é mais fácil implementar pastagens em superfícies limpas, pois formam um rebanho. Desta forma, as explorações familiares têm assim tendência a implantar nas superfícies áreas superiores as necessidades de seu rebanho, isto por duas razões; uma parte se apropria da terra e a valoriza e; a terra de outra parte prever a área para a prática de arrendamento.

Com a política do governo militar de colonização e de povoamento da Amazônia estabeleceram-se dois tipos de agropecuária. A primeira, de fazendeiros que possuem grandes áreas superiores a 1000ha, são os que apresentam um rebanho elevado, de pecuária leiteira e de engorda. São geralmente padrões de outros negócios, como comerciantes, mas que tem investimentos em terras; eles vivem em cidades confiando seus domínios a um gerente, empregado. A segunda é de agricultura familiar, a pecuária bovina não é uma atividade como as outras, que fornecem leite e carne. Os agricultores cultivam milho, feijão e outros para o autoconsumo; eles frequentemente se beneficiam sobre qualquer cultura de renda sobre as terras mais férteis, com o lucro aumentam seu rebanho e se organizam para a produção de carne, porque a pecuária bovina é considerada uma *poupança segura*, na frente dos riscos da vida e do meio de se constituir capital.

Atualmente, o rebanho bovino amazônico, responsável pelo crescimento do rebanho nacional, está concentrado em quatro estados: Mato Grosso, Pará, Tocantins e Rondônia, sendo os dois primeiros os principais produtores. O Amazonas, ao lado de Roraima e Amapá é os que apresentam taxas de crescimento relativamente pequeno. Os frigoríficos registrados no serviço de inspeção federal estão concentrados nos principais estados produtores, indicando principais zonas produtoras (FIGURA 5). As causas para o crescimento da pecuária na região é ocasionado, segundo Arima (*et all* 2005), pelos fatores de melhor produtividade resultante das condições agroclimáticas e o relativo baixo preço das terras na região, além do mais, contou com capital disponível para investimentos na forma de crédito público subsidiado e oriundo da venda de madeira.

A Amazônia carregada de visões: da expansão contínua, de fronteiras sem limites e outros, por meio, da concorrência de espaços e de recursos naturais se apresentaram feroz neste subespaço, desde a ditadura militar que iniciou o novo ciclo de conquistas, depois do *boom* da borracha. Dentro de tal contexto, a pecuária bovina foi sensível a mudanças, apesar das incertezas das variações realizadas nesta região mostra uma relativa intensidade. Pois esta atividade num contexto geográfico e histórico se mostra funcional na ocupação e expansão da Amazônia brasileira, como analisaremos a seguir.



FIGURA 5: Abatedouros Bovinos com SIF na Amazônia Legal- Demonstra a distribuição de abatedouros bovinos, destaque para os Estados de Mato Grosso e Pará, os maiores produtores de pecuária bovina. Esta figura é de 2007, atualmente o Estado do Amazonas, possui somente um abatedouro Bovino com SIF, que se localiza no Município de Boca do Acre, no qual, é o maior detentor de rebanho bovino do Estado.

FONTE: Amigos da Terra - Amazônia Brasileira 2008 com base em dados do MAPA

A pecuária bovina na Amazônia Brasileira: uma síntese na geografia histórica da região.

Segundo Andrade (1995) a ocupação da Amazônia foi muito lenta, apesar da facilidade da navegação, mas as distâncias eram enormes, o clima muito quente e úmido, os indígenas hostis e as mais variadas moléstias atingiam os navegadores e aventureiros.

O rio e seus afluentes foram perlustrados por navegadores portugueses e espanhóis desde o século XVI, e os lusitanos levaram vantagens porque se estabeleceram na foz do grande rio, com a instalação em Belém, e passaram a fazer expedições de caça aos indígenas, muito utilizados como escravos, e a procura das drogas do sertão (ANDRADE, 1995 p.23)

Conforme Parsons (1976 *apud* COSTA e ITNHETVIN *apud* GOMES 2011) os primeiros registros de gado na região amazônica remontam ao século XVII – período que na Europa a forma econômica era de um capitalismo concorrencial e a forma política era um

absolutismo – mais precisamente 1644, quando desembarcaram em Belém as primeiras cabeças. Quatro décadas depois a ilha de Marajó já contava com extensos latifúndios que se prestavam a criação animal.

Conforme o relato de Soares (1963):

O meio amazônico, sujeito aos rigores de altas médias termométricas e excessiva umidade, não oferece condições ideais a criações de gado bovino, chegando a ser impróprio á criação do gado europeu. Tais condições climáticas favorecem a ocorrência de zoonoses e o ataque aos animais por diversos parasitas poucos comuns nas zonas de clima temperado. Além disso, a região não conta, via de regra, com boas pastagens nativas, dada a pobreza observada de seus solos (SOARES, 1963 p.165).

Deste modo, a Amazônia não oferecia condições ideais para a criação de gado bovino, pois a região não contava com boas pastagens nativas, devido à pobreza do solo e ao clima com altas temperaturas. Neste sentido a floresta era um obstáculo a criação de gado, com as árvores de grande porte impedindo a penetração de luz, não permitindo a formação de vegetação rasteira que formam as pastagens.

Josué de Castro ([1946]2007) expõe estas dificuldades:

A floresta é um obstáculo à criação de gado. As árvores frondosas, com as copas cerradas impedindo completamente a penetração da luz, não permitem o crescimento da vegetação rasteira que forma as pastagens. Por outro lado, o clima, com seu excesso de umidade, predispõe o gado à ação maléfica dos insetos transmissores de doenças que o afetam duramente (CASTRO, 2007 p. 47).

O rebanho bovino existente na região é o resultado da adaptação do gado introduzido pelos colonizadores portugueses, lançando a chamada raça crioula ou “Pé- duro”, tendo como predicado o pequeno porte e pouco peso (SOARES, 1963). Porém, o gado apresentando estes aspectos não se tornava propício para a região, pois não abastecia suficientemente os habitantes, devido a pouca carne oferecida e ao leite pouco gorduroso.

A solução foi o cruzamento do gado crioulo com mestiços de raças indianas havendo melhoras, a principal foi o aumento de peso. Soares (1963) apontou outros cruzamentos, maior ou menor com raças Guzerate, Nelore, Gir e Indubrasil. Contudo, o Zebu com fácil aclimação, devido a sua rusticidade, veio melhorar o rebanho amazônico, fazendo com que os fazendeiros de mais recursos financeiros importassem do sul do país reprodutores desta raça para melhorar os seus rebanhos.

O zebu teve maior destaque na ilha de Marajó, devido as suas características: rusticidade, saliência muscular, e fácil adaptação ao clima equatorial, tornando-se um recurso econômico sábio, pois o gado vivia na ilha, em pantanais, terras inundáveis periodicamente pelas enchentes, com isso sujeitavam os fazendeiros a longas caminhadas a procura de locais mais altos.

Os campos de Marajó, Rio Branco, Mato Grosso e Goiás eram as poucas áreas de campos abertos em que se limitava a pecuária (CASTRO, 2007). Essas áreas de concentração bovina tornavam difícil o abastecimento da região, pois criava um sério problema de transporte, que na Amazônia era um obstáculo:

Estima-se em mais de 1 milhão de cabeças a população bovina da Região Norte (1950), da qual aproximadamente 50% se encontram nos campos de Marajó e 15% nos campos do Rio branco. A ausência de charqueadas e frigoríficos na região, faz com que somente 6% do seu rebanho sejam aproveitados, pois, o gado é levado vivo aos centros de consumo e em quantidades insuficiente para abastecê-los, enfrentando as maiores dificuldades de transportes (SOARES, 1963 p. 171).

Os empecilhos encontrados, como transporte e floresta, dificultaram os abastecimentos de carne e de leite, sendo esta falta de fornecimento a deficiência da exploração pecuária na Amazônia. Segundo Castro (2007) “O leite existe apenas para algumas poucas cidades importantes, que contam com o abastecimento embora reduzido e sem controle sanitário”.

A melhora e a propagação dos rebanhos bovinos possibilitariam para a região o abastecimento de carne, leite e derivados, como contribuiria também para a economia amazônica com as exportações. As melhoras ocorreram com a introdução do búfalo de raça *bos bubalus*¹⁸, bovídeo com a capacidade de resistência ao clima amazônico, em Marajó e no território do Amapá viviam em currais de campos alagados, a beiras de lagos.

Os búfalos apresentaram maior porcentual de carne e gordura no leite, resistência as doenças na região proporcionadas pelas alagações periódicas, resistência física as áreas de pântanos, sendo indicada como as espécies mais recomendadas a criação na várzea amazônica.

Considerando estas razões, “o Instituto Agrônomo do Norte importou diretamente da Índia exemplares selecionados desses bovídeos” (SOARES, 1963), acontecendo em Marajó, principalmente, esta proliferação e até mesmo em alguns casos a substituição pelos búfalos.

¹⁸ Dado de Lucio de Castro Soares (1963), segundo o autor é uma raça indiana e introduzida no Marajó via Guiana Francesa.

No entanto, o grande obstáculo continuava a ser as precariedades dos pastos e as periodicidades das águas incorporadas com a exploração extensiva dos fazendeiros. Esta precariedade se deve em relação a campos abertos em terras firmes, pois são solos considerados pobres, ou seja, com pouco valor nutritivo para o gado. Tendo como alternativa o deslocamento do gado para as várzeas, porque era onde encontravam as melhores pastagens, no entanto, o problema das enchentes tinha que ser contornados.

Duas alternativas foram encontradas, a primeira, as longas caminhadas com o gado à procura de lugares mais altos, como citado anteriormente, e a segunda alternativa seria as marombas¹⁹. Na primeira solução, o gado é alimentado pelas pastagens de terras firmes com pouco valor nutritivo, enquanto nas marombas, o gado é alimentado com a Canarana, gramínea de grande porte, que é levado até a boca do animal para alimentá-lo. Recolhido nas marombas o gado é maltratado pela longa imobilidade, pela ausência de espaço e pela excessiva umidade e muitas vezes morrem.

A exploração extensiva também se tornava um entrave para a pecuária na Amazônia, pois havia um descuido com os cuidados veterinários, pequena parte do rebanho recebia somente estes medicamentos que protegiam contra as epizootias.

Não seria exagero dizer que não existe na Amazônia qualquer *tipo zootécnico* definido de gado e o exame das aptidões que possuem não fornece indicações de que tais tipos possam estabilizar-se em curto prazo, malgrado os serviços que hoje, com a colaboração da SPVEA, o Instituto de Zootecnia realiza em Marajó, objetivando o melhoramento do gado através de práticas de inseminação artificial e controle de epizootias (CASTRO, 2007 p. 48)

Deste modo, a pecuária na região, que é o resultado da introdução de gado pelos portugueses, teve vários empecilhos: floresta, clima, transporte. No entanto, com as adaptações, a pecuária extensiva da região tornou-se uma das principais fontes de economia da Amazônia, tendo o auxílio para seu crescimento a ocupação de novas terras.

¹⁹ Jirau onde se põe o gado por ocasião das cheias. Jangada comumente de imbaúba para o transporte do gado.

CAPÍTULO 2

CIRCUITO ESPACIAL DE PRODUÇÃO DE CARNE BOVINA NO ESTADO DO AMAZONAS

A circulação de pessoas e mercadorias que ocorrem no espaço possibilita identificar os agentes sociais, políticos, econômicos e culturais que nele atuam, descobrindo os seus interesses e suas relações com diferentes espaços, pois acredita-se, como aponta Soja (1993), que o espaço esconde conseqüências das relações de poder e disciplina aparentemente inocentes da vida social.

Dessa forma, vamos na *contra-mão* da Geografia do *mundo-como-exposição* (GREGORY, 1996), no qual, não parece se importar com as ações sociais, mas, simplesmente com a geometria espacial dos produtos em circulação.

Assim sendo, acredita-se que o *circuito espacial de produção* é a categoria que contribui para a análise da circulação da mercadoria, adicionando as relações sociais que nela estão envolvidas. A mercadoria *carne bovina*, apresenta relações específicas, no qual, a sua circulação somente de *origem* e *destino* não é possível de serem analisadas, pois, na *origem* e *destino* existe um conteúdo, uma *forma-conteúdo*.

Desta forma a pergunta: a carne bovina é uma mercadoria qualquer? Apresenta-se de forma relevante, pois ela enquanto mercadoria, na sua essência, se coloca atualmente com importância espacial, porque a sua matéria-prima, dependendo da origem, apresenta-se com *risco*, ou não, para o consumo final. Sendo assim é, um elemento ativo de mudanças no contexto social, econômico e político.

O modo como ela se apresenta no espaço amazonense é desigual, devido, a própria formação sócio-espacial do estado. No entanto, a sua *circulação* atual apresenta novos contextos, que são passíveis de análise. Desta forma, o *circuito espacial de produção* é a contribuição geográfica para a análise deste contexto.

Partimos primeiramente, da discussão de *mercadoria* da carne bovina e posteriormente, para a sua discussão no âmbito espacial. Analisando os agentes envolvidos neste processo.

A carne bovina é uma mercadoria qualquer?

A mercadoria é, antes de mais nada, um objeto externo, uma coisa, que por suas propriedades, satisfaz necessidades humanas, seja qual for a natureza, a origem delas, provenham do estomago ou da fantasia (MARX, 1999 p.57)

A citação acima coloca a carne bovina como uma mercadoria, onde sua propriedade satisfaz uma das necessidades humanas, a fome. No entanto, somente essa necessidade não a coloca como uma mercadoria, pois, para tal classificação é preciso “... produzi-los para outros, dar origem a valor-de-uso social” (MARX, 1999 p.63). Isso ocorre a partir do momento que ela apresenta valor de uso (comida) e valor de troca; ou valor de uso social (comida) para os outros. Sendo assim, a carne só é mercadoria quando tem utilidades para os outros. Pois, como Marx (1999) coloca:

As mercadorias, recordemos só encarnam valor em que são expressões de uma mesma substancia social, o trabalho humano; o seu valor é, portanto, uma realidade apenas social, só podendo manifestar-se, evidentemente, na relação social em que uma mercadoria se troca por outra (p.69)

Com isso a carne bovina como mercadoria, no sentido apresentando, possui duas características de qualquer mercadoria que são: “pode satisfazer alguma necessidade humana (...) VALOR DE USO; e pode obter outras mercadorias em troca (...)VALOR.” (BOTTOMORE, 266, 2001).

Bottomore (2001) coloca que esse VALOR torna-se visível como valor de troca, quando as mercadorias se confrontam na troca, e o valor de troca passa a ter uma existência independente de qualquer mercadoria específica como o DINHEIRO. O preço da carne bovina (vista como uma mercadoria qualquer) pode variar em relação aos seus valores, que são medidos pela quantidade de trabalho abstrato nelas contido. Contudo, atualmente, medir o trabalho abstrato de uma mercadoria tornou-se bastante complexo, devido ao aparato tecnológico envolvido na produção, e estes combinados a diferentes insumos, poderão formar um processo de produção simples ou um processo de produção múltiplo²⁰. E como o capital é o valor que se expande através do processo de produção e da troca, é necessário identificar o valor de uso específico da carne bovina (esta vista como uma mercadoria diferenciada, com suas próprias especificidades), que são: qualidades definidas pela cor, maciez, sabor e suculência e também são características determinantes na decisão de comprar carne. (FELICIO, 1998). E como ressaltou Marx (1999):

²⁰ **Processo de produção simples:** for possível produzir um único produto. **Processo de produção múltiplo:** se for possível produzir mais de um produto. (VASCONCELLOS E GARCIA 2004).

Evidencia-se que não é a troca que regula a magnitude do valor da mercadoria, mas, ao contrário é a magnitude do valor da mercadoria que regula as relações de troca. (p.85)

Outras especificações de qualidade da carne bovina (os valores de uso desta mercadoria) são os parâmetros estabelecidos a partir de critérios técnicos- como o caso das questões higiênico-sanitárias na fazenda, na indústria e no comércio. Nessa questão, o primeiro passo é descobrir o lugar de origem da matéria-prima, para poder identificar estes critérios técnicos, com isso atendendo as novas normas do consumidor (PINEDA, 2013).

A Geografia enquanto ciência, discurso e prática torna-se, neste ponto essencial, pois, a **Rastreabilidade**²¹, é nada menos um processo geográfico de identificação da distribuição espacial das condições que formam a base material para a reprodução da vida social. Neste sentido, o argumento de Gregory (1996) “... que o discurso da geografia tornou-se mais amplo do que a disciplina” (p.92) ratificou-se. A rastreabilidade de carnes requer um método para identificar carcaças e cortes em suas embalagens e configurações de transporte/estocagem, em todos os estágios da cadeia de suprimentos. (FELICIO, 1998).

Neste sentido, o discurso da geografia não está confinado a uma determinada disciplina particular, nem mesmo aos vocabulários acadêmicos especializados. Todos nós, habitualmente, atribuímos sentidos a lugares, espaços e paisagens em nossa vida diária- de diferentes maneiras e para diversos propósitos- e estas ‘geografias populares’ pessoas e publicas são tão importantes para a condução da vida social quanto nossa compreensão (digamos) biografia e história (GREGORY, 1996 p.93)

E para que o espaço não esconda de nós relações de poder e disciplina que se inscrevem na espacialidade da vida social (como argumenta Soja, 1993); a **rastreabilidade** da carne bovina torna-se essencial no momento das relações sociais geografizadas (SANTOS 1997); pois, como método geográfico, ela envolve o procedimento técnico de

²¹ Rastreabilidade representa a possibilidade de o consumidor conhecer “a vida pregressa” dos produtos e identificar os possíveis perigos à saúde coletiva a que foram expostos durante a sua produção e distribuição. Esses registros permitem identificar até mesmo a origem das matérias-primas e insumos utilizados na produção. O Serviço de Rastreabilidade da Cadeia Produtiva de Bovinos e Bubalinos (Sisbov), criado e mantido pelo Ministério da Agricultura, registra e controla todo o processo produtivo da principal fonte de proteína do brasileiro. Já o serviço de Estabelecimentos Registrados no SIF é um aplicativo que permite identificar o frigorífico de origem dos produtos embalados in natura ou dos derivados de origem animal. A avaliação técnica dos registros pode, em muitos casos, levar à aplicação de medidas preventivas, como o recolhimento da produção exposta à venda, antes que cause algum impacto à saúde pública. Os registros gerados pela indústria devem respeitar o princípio da rastreabilidade conhecido como “um passo à frente, um passo atrás”, permitindo a identificação, tanto pelos compradores dos produtos, como pelos fornecedores de matérias-primas e insumos. No Brasil, os requisitos básicos à rastreabilidade, como documentação e registros, estão previstos no item 7.7 do Regulamento Técnico sobre as Condições Higiênico-sanitárias e de Boas Práticas de Elaboração para Estabelecimentos Elaboradores/Industrializadores de Alimentos, aprovado pela Portaria 368/1997, do Ministério da Agricultura. Não há legislação específica sobre a rastreabilidade para os produtos de origem animal. (MAPA)

acompanhamento e rastreamento, que requer a rotulagem da carne com um número de referência que liga uma unidade de produto individual de ponto de venda ao animal, ou lote, do qual se originou e, obrigatoriamente, ao histórico de alimentação e saúde individual (FELICIO, 2013).

A identificação dos lugares de origem da carne bovina torna-se, desta forma, uma qualidade a mais no momento da compra. Daí ressaltando a importância espacial de produção. Pois o lugar²², como coloca Santos (2008) não pode ser visto como passivo, mas como globalmente ativo, isto porque, a produção de carne bovina segue padrões mundiais: de questões sanitárias, que influenciam no comércio.

Isto é tão essencial, que por meio da identificação da origem da mercadoria, podem-se detectar os padrões higiênico-sanitárias em que foram produzidas, influenciando neste caso, na produção, circulação e consumo no/do estado do Amazonas. Atualmente são 1,36 milhões de cabeça de gado e apenas sete abatedouros regulares, e com isto Manaus possui o risco de consumir carnes abatidas irregularmente. Do grupo de estabelecimentos regularizados, dois estão localizados em Manaus. Já as cidades de Itacoatiara, Manacapuru, Parintins, Iranduba e Boca do Acre (único com Serviço de Inspeção Federal-SIF), contam respectivamente com um abatedouro legalizado. Apuí e Humaitá possuem abatedouros municipais, mas não estão regularizados²³.

Com isso as questões sanitárias como coloca Michels (2000) dão uma nova conformação a bovinocultura de corte brasileira, moldando diretamente seu futuro. Das exigências sanitárias emergem, segundo ele, três relações espaciais que dizem respeito às restrições ao trânsito animal, produtos ou subprodutos. São elas: 1) Circuitos pecuários, 2) a classificação das unidades da federação segundo o risco da febre aftosa, 3) a zonificação quanto à presença de febre aftosa, dentro a qual se identificam: a Zona infectada, a Zona tampão, a Zona livre de febre aftosa com vacinação, a Zona livre de Aftosa sem vacinação.

Os circuitos pecuários e a classificação das unidades da federação, segundo o risco para a febre aftosa, prestam uma melhor viabilização do Programa Nacional de Erradicação da Febre Aftosa do Brasil. As Zonas infectadas, Tampão e Livre com vacinação constituem

²² Aqui não se pretende dar ênfase a categoria *Lugar*. Mas esta tornou-se adequada na discussão, pois, em campo verificou-se, aspectos de encontro e resistência, em relação a produção de carne bovina. E como coloca Santos (1985): Cada lugar, ademais, tem, a cada momento, um papel próprio no processo produtivo. Este, como se sabe, é formado de produção propriamente dita, circulação, distribuição e consumo. (p.3)

²³ <http://g1.globo.com/am/amazonas/noticia/2013/03/am-tem-136-milhao-cabecas-de-gado-e-apenas-sete-abatedouros-regulares.html>

estágios intermediários para se chegar ao objetivo final de ter a totalidade do território brasileiro como Zona livre de Febre Aftosa sem Vacinação.

A relação espacial baseada no Circuito Espacial de Produção Pecuário é definida pelas relações comerciais de bovinocultura e na qual a situação sanitária seja relativamente homogênea, no qual, os critérios adotados para a conformação dos Circuitos Pecuários foram: Similaridades técnicas de produção; trânsito de animais, produtos e subprodutos; estruturação dos sistemas estaduais de combate à febre aftosa; e números de casos registrados nos últimos anos. (MICHELS, 2000). Sendo assim, a configuração espacial do Brasil é definida em cinco circuitos, como mostra a figura 6.

O estado do Amazonas faz parte do Circuito Pecuário Norte, que também é composto por Acre, Rondônia, Roraima, Amapá, Pará e região nordeste do Tocantins. Na análise de Michels (2000) esta área possuiu 986 mil km² cobrindo 43,5% do território brasileiro, abarcando a maior parte da floresta amazônica. O número de propriedade com bovinos ainda é baixa em relação às outras regiões, mas, o número da população bovina é significativo. O trânsito de animais, produtos e subprodutos concentram-se basicamente no âmbito do próprio circuito, com exceção de Rondônia, que destina seus produtos aos circuitos pecuários Centro-Oeste e Leste.

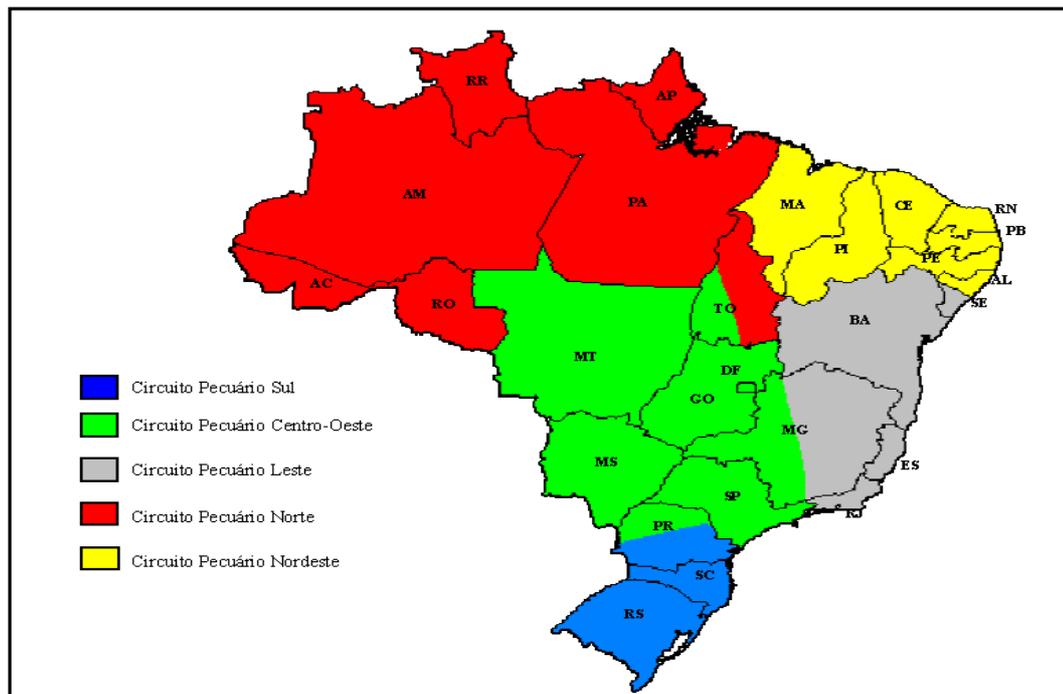


FIGURA 6: Divisão do Brasil em Circuitos Pecuários- Tomou como base a situação da bovinocultura brasileira em termos das formas de produção, das relações econômicas entre as regiões e das condições sanitárias nos diversos estados.

FONTE: Michels, 2000.

A carne bovina apresenta, então, as características que Marx (1999) propôs para a definição de Mercadoria como: valores de uso e de troca, a existência de trabalho humano abstrato, dispêndio de trabalho, e o fetichismo, pois, ela também mascara as relações sociais envolvidas no seu processo de produção. No entanto, a carne bovina, quanto mercadoria, apresenta uma característica importante no seu processo de produção, circulação, distribuição e consumo, que é justamente o que foi exposto.

A importância da identificação dos lugares de produção, principalmente, para detectar se estes lugares atendem os requisitos de higiênico-sanitários, com ênfase, na identificação de casos de febre aftosa, pois, esta se coloca como uma ameaça.

O impacto econômico seria a febre aftosa: um fator limitante para o desenvolvimento econômico da indústria animal; onera os custos públicos e privados, pelos investimentos necessários para sua prevenção, controle e erradicação; sua presença impõe a adoção de medidas sanitárias no comércio interno de animais e seus produtos não tratados, de áreas infectadas para áreas livres bem como internacional (barreiras sanitárias e comercial).

O impacto social seria: de prejudicar o consumidor e a sociedade em geral pela interferência que a enfermidade exerce na disponibilidade e na distribuição de alimentos (carne bovina) assim como, barreiras sanitárias impostas pelo mercado internacional, que afeta os produtores, empresários e famílias rurais sobre os efeitos desfavoráveis a produção, produtividade e rentabilidade pecuária; com isso incide negativamente nas atividades comerciais do setor agropecuário.

Com isso, a febre aftosa se coloca como uma ameaça espacial, pois, interfere no bem-estar da população, devido ao seu impacto sobre a economia nacional de diversos países, onde os comércios com o exterior e estabilidade dependem da confiabilidade dos alimentos de origem bovina, que devem ser oriundos de animais isentos desta enfermidade, demonstrando a estreita relação espacial que existe entre saúde pública, o ambiente e o bem-estar sócio-econômico, pois, estas influências interferem nas modificações das estruturas espaciais, como por exemplo, a criação e classificação segundo o risco de febre aftosa, zonificação.

Embora não seja o foco central deste trabalho analisar a atuação da febre aftosa, tomou-se ela como exemplo, devido, a questão higiênico-sanitária ser um requisito que se apresenta como especificidade na mercadoria carne bovina, no qual, suas características, e

principalmente, seu espaço de produção, são itens que influenciam no circuito espacial desta mercadoria. Pois:

Como os circuitos produtivos se dão, no espaço, de forma desagregada, embora não desarticulada, a importância que cada um daqueles processos tem, a cada momento histórico e para cada caso particular, ajuda a compreender a organização do espaço (SANTOS, 1985 p.3)

Circuito Espacial de Produção da pecuária

Por que *Circuito Espacial de produção* e não *Cadeia produtiva*? De acordo com Santos e Silveira (2008) para entender o funcionamento do território é preciso captar o movimento, daí a proposta de abordagem de circuito espacial de produção. “Estes são definidos pela circulação de bens e produtos e, por isso, oferecem uma visão dinâmica, apontando a maneira como os fluxos perpassam o território” (p.143). Isto não é *cadeia produtiva*? Não, a expressão *cadeia produtiva* está mais ligada ao conjunto de operações técnicas, na qual consiste em descrever as operações de produção responsáveis pela transformação da matéria-prima em produto acabado. (MICHELS, 2000). No entanto, estes dois conceitos se confundem, ou, até se relacionam, pois, são movimentos espaciais, isto é, oscilam no espaço.

Apoiando-se em Santos e Silveira (2008):

Circuitos espaciais de produção e círculos de cooperação mostram o uso diferenciado de cada território por parte das empresas, das instituições, dos indivíduos e permitem compreender a hierarquia dos lugares desde a escala regional até a escala mundial (p.144).

E de acordo com Xavier (*apud* ROLLO, 2009):

Cada circuito espacial da produção promove uma vida de relações próprias que contribui para definir alguns conteúdos da dinâmica do território como o abastecimento de insumos e produtos, a oferta de serviços, a criação de normas necessárias à produção, entre outros. (p.6)

Ao *Circuito Espacial de Produção*, acrescenta-se o fato de observar vários itens, conforme Santos (1995): a) *Matéria-prima*: local de origem, forma de seu transporte, tipo de veículo transportador e etc; b) *Mão-de-obra*: qualificação, origem, variação das necessidades nos diferentes momentos da produção e etc; c) *estocagem*: quantidade e qualidade dos armazéns, proximidade da indústria, relação entre estocagem e produção; d) *Transportes*: qualidade, quantidade e diversidade das vias de transporte e etc; e) *comercialização*:

existência ou não de monopólio de compra, formas de pagamento taxaço de impostos e etc; f) *consumo*: quem consome, onde, tipo de consumo, se produtivo e consumitivo e etc. Neste presente estudo, o movimento de produção da carne bovina estará mais ligado ao *circuito espacial de produção*, pois, esta expressão abrange a relação de trocas entre as regiões, sendo uma expressão geográfica. Contudo, o *Circuito Espacial de Produção* uma expressão que dá idéia de *movimento, deslocamento*; ao se analisar no espaço ela não se apresenta de forma pura ou independente, ela se apresenta por complementaridades e intersecções. Pois, apresenta na totalidade as etapas e sujeitos que fazem parte na produção-distribuição-circulação-consumo. Com isso, a carne bovina consumida em Manaus apresenta diversas etapas que na totalidade se complementam, pois, possui, neste caso, o mesmo destino.

Desta forma, uma etapa empiricamente observada, acontece na produção de carne bovina, na própria capital amazonense, pelo frigorífico-Matadouro Amazon Boi, no qual, relacionamos com os itens propostos por Santos (1995) obtendo os seguintes resultados: a) a matéria-prima (o boi vivo) tem origem de diversos lugares (FIGURA 7), a quantidade torna-se variável, pois não existe um número fixo de bois de cada origem para ser abatido (FIGURA8) a forma de seu transporte é por balsas (dependendo da distância geométrica do local de origem); por caminhões boiadeiros (sendo principal via de acesso a BR 174, onde a origem dos bovinos é de Roraima) e transporte a pé; b) a mão-de-obra: varia conforme o grau de qualificação do profissional. O médico veterinário responsável varia conforme a escala espacial de atuação da empresa (sendo de Serviço de Inspeção Federal, Estadual ou municipal), sendo neste caso de Inspeção Estadual. Os 107 funcionários empregados são distribuídos conforme a qualificação em 16 setores (Abates:28, Expedição: 11, Graxaria: 10, Máquinas: 4, Portaria: 4, Administração: 3, Serviço de Inspeção Estadual:7, Refeitório:3, Limpeza: 2, Lavanderia:1, Almoxarifado:1, costura:1, Manutenção:2, Curral: 1, Controle de qualidade: 1 e Buxaria: 28); C) estocagem: A capacidade do Amazon Boi é de 40 animais, distribuídos em 12 currais. A relação deste setor com a produção ocorre, pois, todos os dias, onde são abatidos em média 250 animais, sempre havendo reposição de matéria-prima. No ano de 2012 ocorreu uma maior procura nesta empresa, devido à mudança de seu Serviço de Inspeção Federal (SIF) para inspeção Estadual (SIE). Isso ocorre devido, a redução do preço de abate do frigorífico, com o SIF o preço de abate por animal era de R\$ 48,00 com o SIE foi para R\$20,00/animal. Para estocagem da carne o frigorífico-matadouro possui 4 câmeras frigoríficas, com as seguintes capacidades- Câmera de Resfriar: 200 animais, Câmera de Pulmão (setor da desossa): 60 carcaças, Câmera de Quartos: 80, Câmera de Ganxeira: 40; D)

Transporte: Como o Amazon boi é uma empresa de prestação de serviços para quem quer abater o gado, o transporte é responsabilidade do criador de gado; E) Comercialização: O Amazon Boi não possui estrutura de mercado monopólica (tanto em escala estadual, quanto municipal). Ela se caracteriza por ser uma empresa pequena, onde seu principal produto é a carne bovina (carne com osso resfriada), estabelecendo o preço na interdependência das outras empresas com uma tendência de formação de cartéis, podendo classificá-la, como participante numa estrutura de mercado Oligopólio, com base nas características de Vasconcelos e Garcia (2004), isto ocorre, pois, são as grandes redes distribuidoras como Carrefour, Friller e DB que definem os preços; F) Consumo: O produto (a carne bovina) é destinado às grandes redes de distribuição citadas anteriormente, a partir daí consumida pela população.

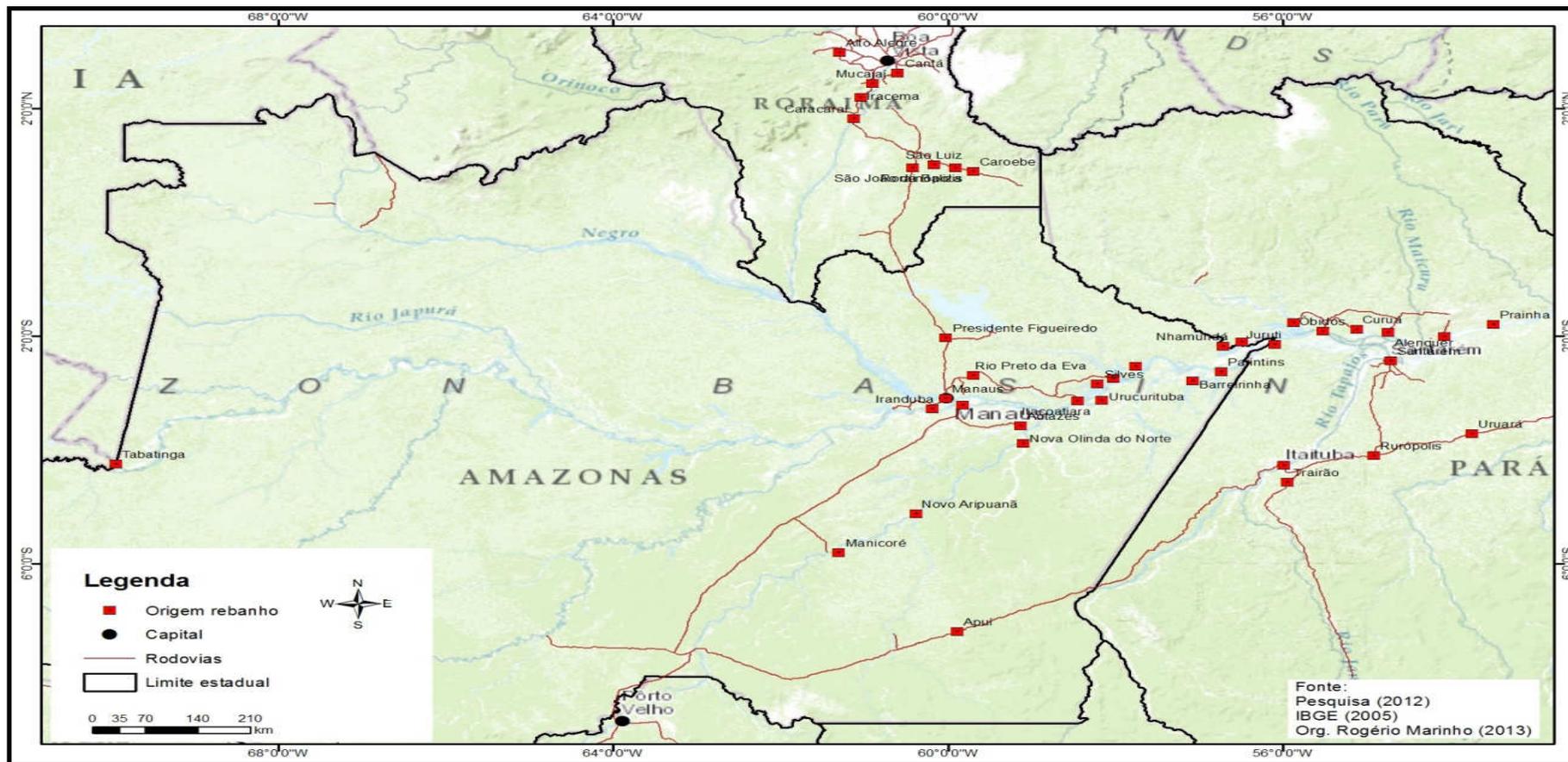


FIGURA 7: Origem dos bovinos abatidos pelo Amazon Boi em Manaus- Local de origem dos bovinos destinados a Manaus. Percebe-se que a maior relação são com os estado de Roraima e Pará

FONTE: Dados obtidos em trabalho de campo.

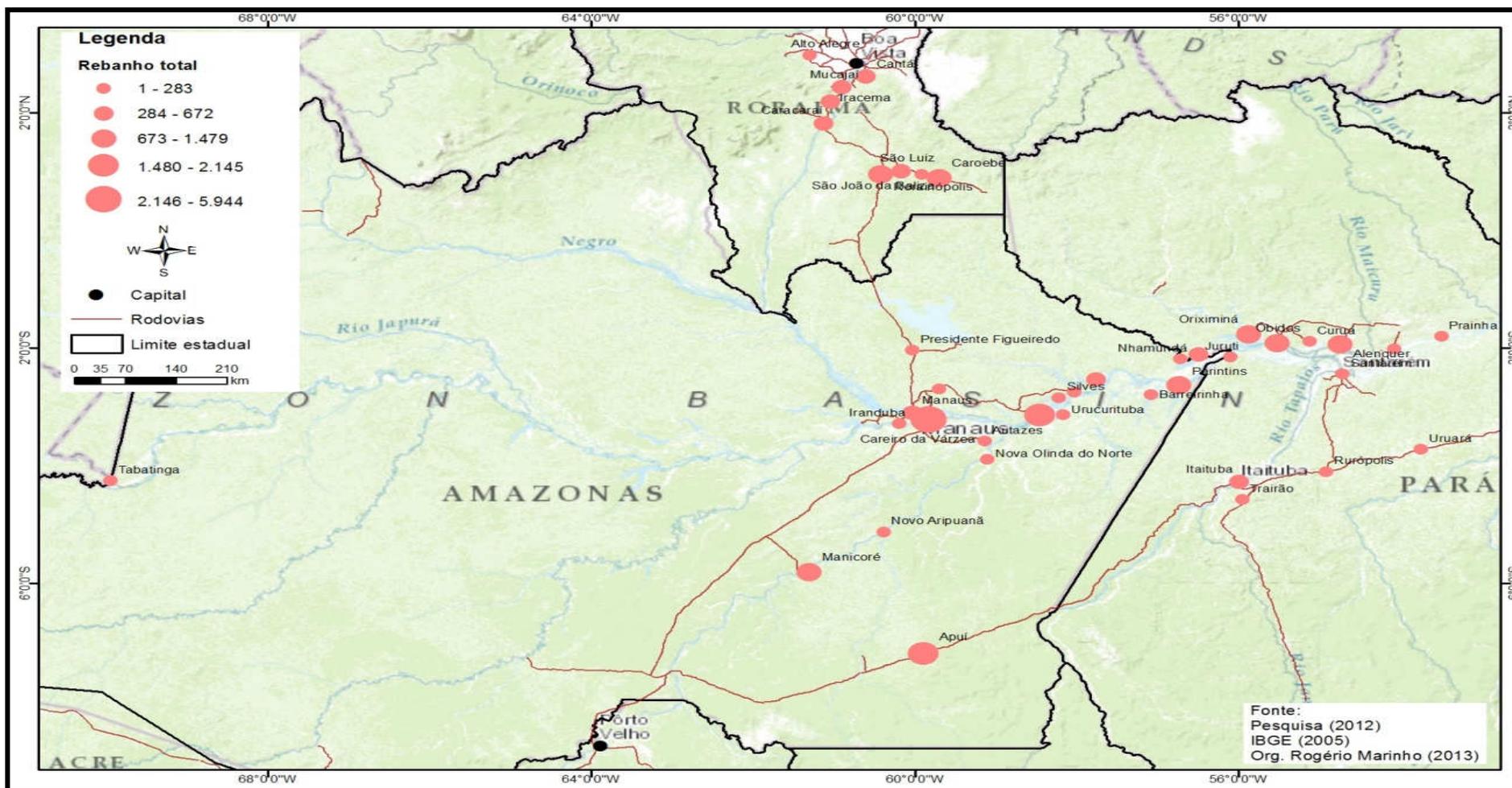


FIGURA 8: Quantidade de bovinos destinados a Manaus- Demonstra a quantidade de bovinos destinados a Manaus, com dados de Janeiro á Maio de 2012.

FONTE: Dados obtidos em trabalho de campo.

Outra etapa empiricamente observada é do próprio deslocamento da carne bovina para Manaus. Uma de que se obtém somente os dados é do Matadouro Frigorífico de Manaus S/A (Manausfrigo), localizado no município de Iranduba, possuindo o Serviço de Inspeção Federal (SIF). A outra etapa é pelo frigorífico-matadouro FRIZAM, localizado no município de Boca do Acre. Este último foi criado em 2003, sendo de administração privada em forma de sociedade. Este frigorífico possui 160 funcionários; eles terceirizam o transporte de bovinos do criador para a empresa, no qual, a média paga neste tipo de transporte é de R\$5,90 por Km. O setor de transporte de produtos beneficiados para Manaus também é terceirizado, isto ocorre, da seguinte forma, ao produzir a carne bovina, o frigorífico-matadouro faz o processo de embalagem, e em seus caminhões frigoríficos transportam em toneladas o produto pela rodovia BR 317 até Rio Branco-AC, que posteriormente pela rodovia BR364 chegam a Porto Velho-RO até uma balsa (esta por sua vez é terceirizada) que possui o preço de R\$500,00 por tonelada, no qual, se deslocam pelo Rio Madeira até o Porto do Chibatão em Manaus, a duração deste processo ocorre de oito a dez dias.

A matéria-prima (o boi vivo) do FRIZAM encontra-se no próprio município de Boca do Acre. A empresa destina seu produto principal, a carne com osso resfriada para Manaus, como já ressaltado acima, no entanto, o “resto” do animal abatido, como o couro e o sebo, são destinados para os Estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Mato Grosso. A empresa, de modo geral, não possui exclusividade com nenhum produtor, mas como ela monopoliza os produtos, pois, no Estado do Amazonas não há concorrência e no Acre há inclusão do ICMS, o FRIZAM compra 98% do boi de Boca do Acre até o sul de Lábrea. A questão do ICMS, do boi de Boca do Acre para ser abatido em Rio Branco-AC o menor preço do Estado do Amazonas é de R\$ 575,00, onde o produtor que quer abater seu animal na capital acreana, paga 12% sobre esse preço, com isso um boi para ser abatido em Rio Branco tem o preço de R\$69,00. Por este motivo, sem a inclusão de impostos, o FRIZAM, monopoliza a compra de bovinos.²⁴

O FRIZAM age no espaço bovino de Boca do Acre e amazonense como uma empresa monopolista, não simplesmente pelo fato de dominar a oferta e os consumidores, mas também, por possuir o poder social deste espaço. Tendo, como Harvey (2004) aponta, “... o dinheiro, o espaço, e o tempo como fontes interligadas de poder social” (p.208). Esta empresa é um elemento daquilo que Santos (2008) denomina de Circuito Superior, pois, detém

²⁴ O dono do FRIZAM, também é produtor rural, o maior do município. Acredita-se que o frigorífico-matadouro foi criado primeiramente para atender as suas necessidades.

tecnologia de alto nível, e principalmente, sua relação ocorre fora da cidade e da região que a abriga, conforme o destino dos produtos já apresentados acima. A sua autonomia ocorre devido às barreiras que impedem a entrada de novas firmas no mercado. Conforme, Vasconcelos e Garcia (2004), essas barreiras são: *o monopólio puro ou natural, patentes, controle de matérias-primas básicas*. O *monopólio puro* é quando a empresa já instalada opera com elevadas economias de escala e custos unitários baixos, o que possibilita a cobrança de preços relativamente baixos por seu produto, o que se torna uma grande barreira para a entrada de seus concorrentes. A *patente* é quando a empresa é a única que detém a tecnologia apropriada para produzir aquele determinado bem. E o *controle das matérias-primas básicas*, o FRIZAM detém o controle de bovinos em Boca do Acre. O FRIZAM, como o próprio município de Boca do Acre, é a prova de que o comércio de carne bovina e a criação de gado excedem os limites históricos, superando um circuito regional de produção para um circuito espacial de produção. (FIGURA 9).

Conforme Vasconcelos e Pinho (2004) a maior mobilidade de recursos entre regiões pode determinar que uma área exerça maior influência sobre as demais, em relação à atração de recursos produtivos ou domínio de mercados, em virtude de dotações de recursos naturais, tamanho de mercados consumidores, qualificação de mão-de-obra, entre outras. Neste caso, em campo observou-se que o município de Boca do Acre e sua relação com a capital Manaus é o que os economistas denominam de *espaço econômico*, pois, o conjunto de relação não está diretamente ligado à localização geográfica, e sim pelo fato de Manaus ser um espaço polarizador, onde se apresenta como um espaço econômico diferenciado, articulado de forma funcional, por ser o maior mercado consumidor do estado do Amazonas.

Essa relação demonstra os diferentes níveis de complexidade atingidos pelo aparato produtivo, e como estes atuam no espaço geográfico, por meio das implicações políticas e sociais. Sendo a forma de exemplificar o Desenvolvimento Geográfico Desigual de Smith (1988), pois, é a forma empírica de como o capitalismo produz essa desigualdade entre os espaços geográficos. Em nível de escala nacional, essa desigualdade pode ser representada pela distribuição espacial de estabelecimentos agropecuários. (FIGURA 10).

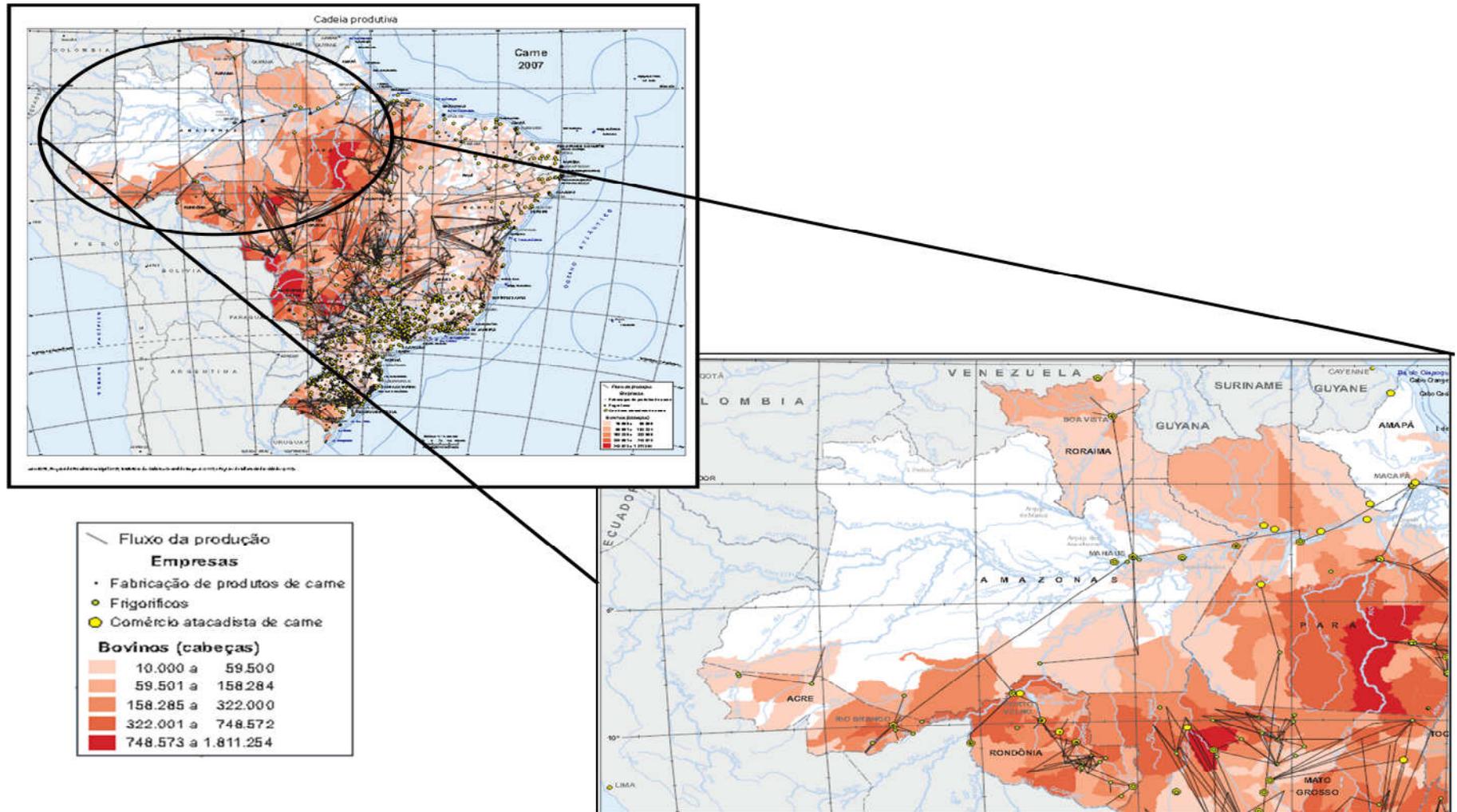


FIGURA 9: Fluxos de produção da Carne Bovina- Demonstram a superação do circuito regional de produção para um circuito espacial de produção, essa figura é do ano 2007, desatualizada, contudo, apresenta a realidade dos fluxos de produção, onde superam os limites históricos. Havendo nas palavras de Santos (2008) mais relações de verticalidades do que de horizontalidades. Em relação a Manaus, a figura apresenta relações de horizontalidades intensas, mas também, de verticalidades, principalmente, com os municípios dos estados de Roraima e Pará. O arrolamento de Boca do Acre com Manaus, pela figura, ocorre por meio do entreposto com Rio Branco-AC.

FONTE: IBGE, Pesquisa da Pecuária Municipal 2007; Estatísticas do Cadastro Central de Empresas 2007; e Regiões de influência das cidades (2008).

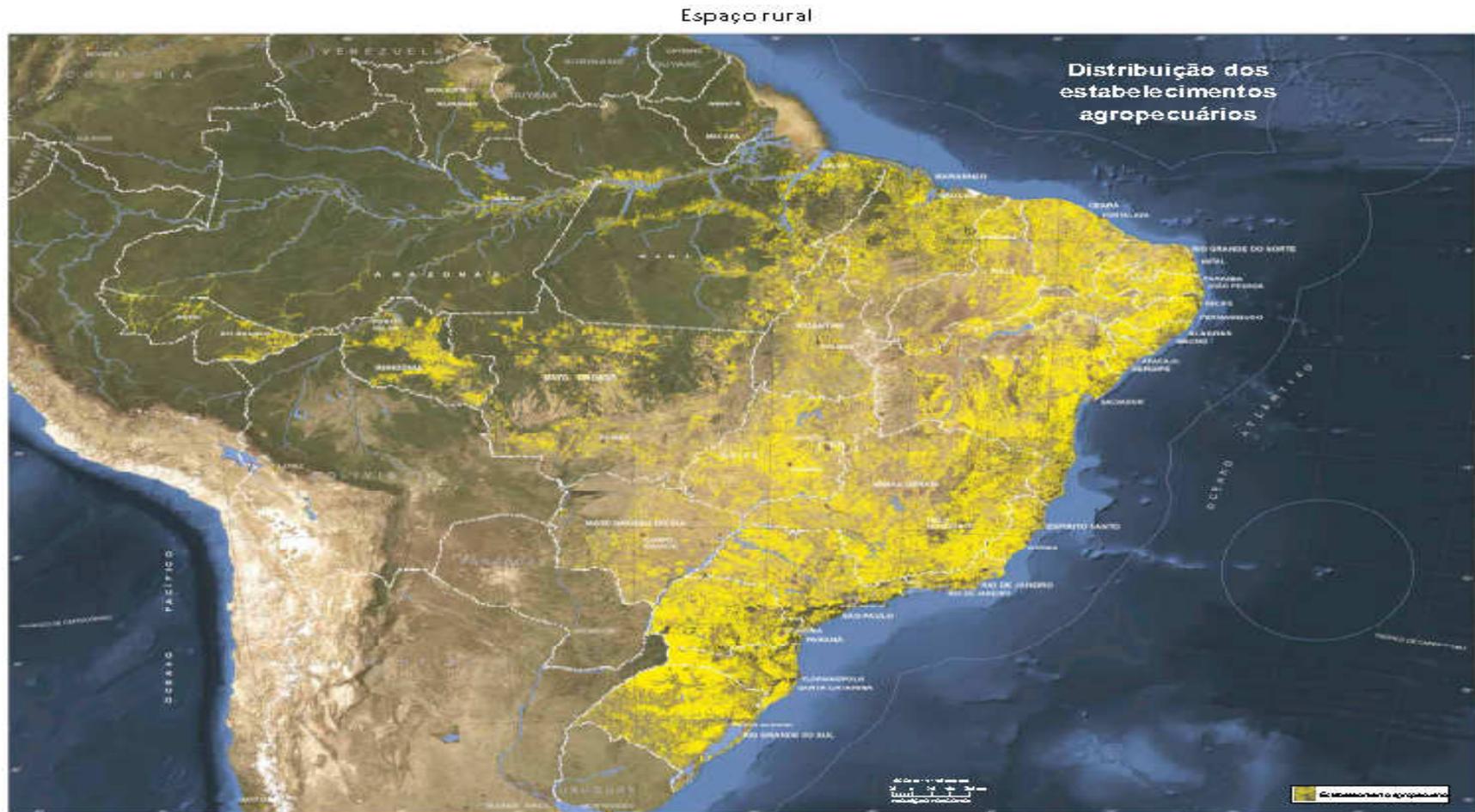


FIGURA 10: Distribuição Espacial dos Estabelecimentos Agropecuários- A figura apresenta a desigualdade geográfica do desenvolvimento capitalista no espaço geográfico brasileiro, por meio, dos níveis de interesses no aparato produtivo agropecuário, havendo, pouca intensidade no estado do Amazonas.

FONTE: IBGE, Censo Agropecuário 2006; The Next Generation Blue Marble. Imagens. Washington, D.C.: National Aeronautics and Space Administration - NASA, Earth Observatory, 2004. Disponível em: <http://www.nasa.gov/vision/earth/features/blue_marble.html>. Acesso em: 2013

O circuito espacial de produção bovina mostra o papel do Brasil no intercâmbio mundial, onde, de acordo com a ABIEC²⁵ (Associação Brasileira das Indústrias Exportadoras de Carne) (FIGURA 11) na produção mundial de carne bovina, o país se posiciona em segundo lugar, perdendo, somente, para os Estado Unidos. E, no requisito: exportação mundial de carne bovina, o país é o primeiro colocado.

NO circuito espacial de produção bovina e de carne as relações de movimento são baseadas na legislação, no requisito sanitário, na sanidade animal, na qualidade da carne, na produção animal entre outros. Nesta perspectiva, “se dan usos del espacio diferenciados entre sí, según sea el sector de actividad económica de que se trate” (SANCHEZ, 1991 p.183). Observa-se então, que o circuito espacial de produção não possui simplesmente o caráter descritivo de origem e destino, nem tampouco, de oferta e demanda; esta categoria também aborda estes fatos, contudo, com um caráter analítico de inclusão das relações sociais envolvidas no espaço.

		 					
		Produção Mundial de Carne Bovina Global Beef Production					
		(000) TON CWE					
	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011**
EUA/USA	11.318	11.980	12.097	12.163	11.891	12.048	11.946
Brasil/Brazil	8.776	9.053	9.297	9.000	9.180	9.486	9.771
EU- 27/E.U- 27	8.090	8.150	8.188	8.090	7.913	8.085	8.000
China/China	5.681	5.767	6.134	6.132	5.764	5.600	5.500
Índia/India	2.170	2.375	2.413	2.552	2.514	2.830	2.960
Austrália/Australia	2.102	2.183	2.172	2.159	2.129	2.087	2.140
México/Mexico	1.725	1.550	1.600	1.667	1.700	1.751	1.775
Canadá/Canada	1.470	1.329	1.278	1.288	1.252	1.272	1.275
Rússia/Russia	1.520	1.450	1.430	1.490	1.460	1.435	1.400
Paquistão/Pakistan	1.004	1.300	1.344	1.388	1.457	1.486	1.450
Outros/Other	12.324	12.614	12.665	12.671	12.096	11.243	11.141
TOTAL	56.180	57.751	58.618	58.600	57.356	57.323	57.358
Fonte/Source: USDA; #CNPC							
** estimativa/forecast							
		Exportação Mundial de Carne Bovina Global Beef Exports					
		(000) TON CWE					
	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011**
Brasil/Brazil	2.134	2.405	2.534	2.163	1.926	1.731	1.650
Austrália/Australia	1.388	1.430	1.400	1.407	1.364	1.368	1.350
Índia/India	617	681	678	672	609	900	1.000
Nova Zelândia/New Zealand	577	530	496	533	514	530	476
Canadá/Canada	596	477	457	494	480	523	525
Argentina/Argentina	754	552	534	423	655	298	270
Uruguai/Uruguay	417	460	385	361	376	347	350
Paraguai/Paraguay	193	240	206	233	254	296	310
EU- 27/ EU- 27	253	218	140	204	148	336	295
Nicaragua/Nicaragua	59	68	83	89	101	118	120
EUA/USA	326	441	657	911	895	1.162	1.399
TOTAL	7.314	7.502	7.570	7.490	7.322	7.609	7.747
Fonte/Source: USDA; #MDIC							
** estimativa/forecast							

FIGURA 11: Posição do Brasil na Produção e Exportação mundial de Carne bovina.

Fonte: ABIEC, 2011

²⁵ http://www.abiec.com.br/download/stat_mercadomundial.pdf

O circuito espacial de produção, dependendo das empresas que participam, pode ser de três tipos: a) macro-circuito: corresponde àquele que se realiza através dos pontos mais modernos do território, cujo alcance corresponde simultaneamente ao mercado nacional e internacional, b) meso-circuito: está restrito às fronteiras do país, a uma ou mais regiões e, c) o micro-circuito: é composto de empresas de pequeno porte, cuja capacidade de sobrevivência advém da flexibilidade que possuem de se adaptar às contingências do próprio meio ambiente construído. (SANTOS *apud* XAVIER, 2002 *apud* ROLLO, 2009). Assim sendo, o frigorífico-matadouro FRIZAM, apesar de possuir o Serviço de Inspeção Federal (SIF), no qual o habilita alcance internacional, conforme os dados empíricos se enquadra no meso-circuito, pois, a circulação de seus produtos está restrita as fronteiras do país, e o seu principal mercado consumidor é Manaus. Nesta categoria, também se enquadra o frigorífico-matadouro Amazon-Boi. O Matadouro-Frigorífico Manaus S/A se encaixa no micro-circuito, pois é uma empresa de pequeno porte, sendo flexíveis às demandas de abate, pois, há períodos em que esta empresa não funciona.

Estas diferentes escalas de circuito atendem e modelam-se às exigências postas no macro-circuito, porque ela trata da fluidez mundial e na instalação de sistemas técnicos e normativos que possibilitam a eficácia e a rentabilidade de suas ações. Assegura Michels (2000):

A abertura dos mercados mundiais vem associada à exigência de que se concretizem entre nós alterações estruturais também na produção animal, na indústria frigorífica e na distribuição, uma vez que as formas produtivas vigentes no Brasil, dada sua lógica histórica preponderantemente voltada ao mercado interno, configuraram padrões de produção e distribuição situados aquém do que é hoje demandado no mercado internacional (p.1)

Isto é, as influências da abertura do mercado mundial (macro-circuito) modelaram o sistema produtivo nacional; com isso exigências internacionais tornaram--se exigências nacionais. Neste sentido, como dito anteriormente, cada circuito espacial de produção possui vida de relações próprias, no entanto, as escalas de circuito (macro, meso e micro) são influenciadas pelas relações do mercado mundial. O caso da produção de carne bovina é um exemplo. Isto ocorre, pois “O mundo encontra-se organizado em subespaços articulados dentro de uma lógica global” (SANTOS, 1997 p.49). Com a abertura do mercado mundial, também ocorre o aumento da competitividade; e as exigências internacionais tornam-se um critério para que os que participam do *meso* e *micro* circuito possam se basear para futuramente serem inclusos no mercado mundial, pois se isso não ocorrer, à falta de

competitividade pode provocar a diminuição da demanda e uma contração do setor produtivo. Todavia, pois:

Vivemos num mundo em que a lei do valor mundializado comanda a produção total, por meio das produções e das técnicas dominantes (...). A base de todas essas produções é também universal, e sua realização depende doravante de um mercado mundial (SANTOS, 1995 p.14)

Neste contexto, Michels (2000) aponta que as transformações na bovinocultura de corte²⁶ brasileira estão preponderantemente habituadas às questões sanitárias, no entanto, não são somente elas. As mudanças alcançam outros setores, que envolvem desde o acesso a insumos importados, quanto a questões macroeconômicas. Neste estudo as questões microeconômicas, que são os comportamentos de consumidores e produtores em mercados específicos, terão uma ênfase maior, pois, é a forma de demonstrar que as mudanças ocasionadas pelas exigências do mercado mundial também influenciam de forma significativa os agentes econômicos de menor escala.

Conforme Mendes (2010):

O sistema produtivo resulta da articulação dos elementos de produção, consumo, circulação ou distribuição e gestão. Todos estes elementos estão relacionados entre si e modelam o espaço, não só porque se realizam mediante estruturas localizadas, mas também pelas relações que mantêm, e que se articulam no espaço geográfico. (p.22)

Os itens (matéria-prima, transporte, comércio...) mostrados anteriormente, que devem ser analisados no *Circuito Espacial de Produção* são internos a estes elementos do sistema produtivo; as articulações e as relações que mantêm com o espaço se devem pelo valor social que é considerado. Sanchez (1991) denomina este valor social de *recurso*; e apresenta quatro que são fatores básicos que configuram o processo produtivo que são: a) recursos humanos, b) recursos técnicos, c) recursos físicos e d) recursos de capital ou financeiro; de uma forma ou de outra, formam um ponto de inter-relação, que:

En el proceso de producción y reproducción social, aun cuando los recursos sean imprescindibles y deban ser preexistentes, no asumirán el papel de recurso activo hasta que la sociedad no les confiera tal categoría y, por tanto, hasta que no se los considere un valor de uso. Es decir, al hablar de recurso nos referimos siempre a una valoración social. Se trata de algo- persona, médio, técnica o valor acumulado-, que interesa para ser usado. Pero las mismas cosas o personas no siempre se consideran aptas para su uso. (SANCHEZ, 1991p. 175).

²⁶ Expressão usada por Michels (2000) em seu estudo sobre a cadeia produtiva de Mato Grosso do Sul.

Neste sentido, é necessário identificar o que é apto para determinado uso, pois:

La combinación de recursos humanos, técnicos, y físicos (a, b y c) configura la capacidad productiva del trabajo. Su desarrollo es el que determina el desarrollo de las fuerzas productivas. La forma de articulación entre recursos humanos y del capital (a y d) es de suma importancia por cuanto de ella se derivan las relaciones sociales de producción. (SANCHEZ, 1991p. 175).

Neste estudo, o *círculo espacial de produção* e os *recursos* de uma forma ou de outra, formam um ponto de inter-relação (FIGURA 12), na medida, que cada território aceita um sistema econômico de produção. A veracidade do ponto de inter-relação pode ser demonstrada por Hespanhol (2007), que apresenta cinco funções estabelecidas à agropecuária no processo de crescimento econômico implantados pelas políticas públicas brasileiras que são: a) liberar mão-de-obra para a indústria; b) gerar oferta adequada de alimentos; c) suprir matérias primas para indústrias; d) elevar as exportações agrícolas; e) transferir renda real para o setor urbano.

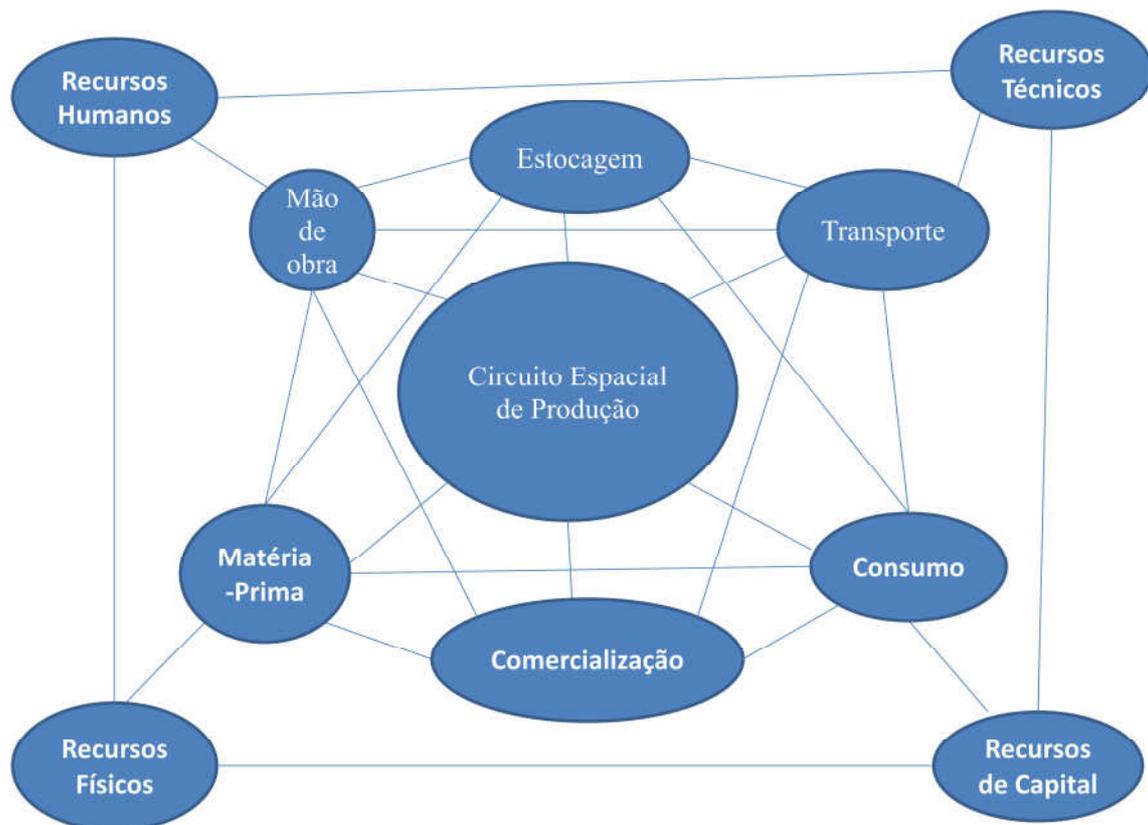


FIGURA 12: Demonstra a inter-relação dos itens de análise propostos por Santos (1997) no Circuito Espacial de Produção e os recursos como fatores básicos de Sanchez (1991) no processo produtivo.

Organização: Máximo Alfonso Rodrigues Billacrês, 2012

Desta forma:

A racionalização geográfica do processo produtivo depende, em parte, da estrutura mutável dos recursos de transporte, das matérias-primas e das demandas do mercado em relação à indústria, e da tendência inerente à aglomeração e à concentração da parte do próprio capital. No entanto, essa tendência exige, para sustentá-la, a inovação tecnológica. (HARVEY, 2005 p.52)

Grosso modo, as relações dos recursos com o espaço são:

Os recursos humanos: é o homem que atua sobre o espaço para alcançar e dispor dos produtos necessários a sua subsistência, no qual o incentivo inicial para o ato produtivo gira em torno do processo de reprodução da coletividade. Toda reprodução se fundamenta na produção dos meios de reprodução e posteriormente no seu consumo. A existência de recursos humanos é uma condição necessária, mas não suficiente. No circuito espacial da bovinocultura de corte destinado a Manaus, em campo, observou-se esse *recurso humano* dividido em três categorias: o grande, o médio, e o pequeno pecuarista. Os dois primeiros, respectivamente, são vistos como agentes intensivos na atuação espacial do produto, pois são eles que destinam o boi para o matadouro-frigorífico, sendo assim, o bovino visto como principal fonte de investimento. O que vai distinguir o grande do médio é o número de cabeças de gado, no entanto, os dois possuem poder econômico sobre a atividade.

Enquanto o pequeno pecuarista, até podendo ser denominado de agricultor- pois, o bovino não é sua principal fonte de renda e, sim, a agricultura- vê no mercado de trabalho uma valorização ao recurso humano, pois são as atividades que se executam para obter um valor de troca destinado a um circuito econômico. O bovino para estes é visto como uma poupança, em muitos casos até dispendiosa, pois é necessário comprar ração para o gado, medicamentos e entre outros quesitos, contudo, quando a agricultura não satisfaz as necessidades, o gado, no máximo, dois bois são vendidos aos matadouros-frigoríficos; ou estes acabam vendendo sua força de trabalho para os grandes e médios pecuaristas. A valorização deste recurso por este mercado é pelo fato de que o desenvolvimento da sociedade capitalista tende para um padrão de relações sociais de tipo contratual e igualitário, isso quer dizer que o trabalhador (recurso humano) passa a personificar a condição de vendedor de força de trabalho (MARTINS, 2002).

Neste sentido, a existência de recursos humanos em um território representa uma possibilidade do desenvolvimento de atividade produtiva. Sendo assim, no circuito espacial de produção de carne bovina é necessário identificar os recursos humanos, isto é, os agentes

que participam neste mercado, podendo ser social, econômico e/ou político. Acredita-se que estes elementos são distintos, contudo, atuam de forma conjunta, influenciando na ação de um e de outro.

Os *recursos técnicos* influenciam a capacidade produtiva e as possibilidades de produzir bens e serviços; a sociedade atual depende da capacidade técnica para atribuir a um recurso físico um valor de uso, neste sentido:

a influência da técnica sobre o espaço se exerce de duas maneiras e em duas escalas diferentes: a ocupação dos solos pelas infra-estruturas das técnicas modernas (fábricas, minas, “carrières”, espaços reservados a circulação) e, de outro lado, as transformações generalizadas impostas pelo uso da máquina e pela execução dos novos métodos de produção e de existência (GEORGE *apud* SANTOS, 1996 p.28)

No circuito espacial da carne bovina, os recursos técnicos, como em qualquer outro circuito, influenciam em todas as etapas da produção, pois, “é um elemento importante de explicação da sociedade e dos lugares, mas, sozinha, a técnica não explica nada” (SANTOS, 1996 p.38); os frigoríficos, matadouros e os equipamentos de vacinação são as técnicas modernas apontadas por Pierre George, os que executam e modificam os processos de produção, tornando-se um essencial instrumento de trabalho.

Neste contexto, as noções de técnicas e de meio²⁷ são inseparáveis (SANTOS, 1996), pois o que determina o grau de exploração de um país em cada etapa histórica, de um lado, é o jogo entre as forças produtivas e o desenvolvimento técnico, e de outro, as relações sociais de produção características da sociedade considerada; neste sentido inicia-se uma reflexão sobre os *recursos físicos* (SANCHEZ, 1991).

Este estudo se posiciona em relação com aos homens e as coletividades que ocupam o seu espaço e como põem o meio geográfico a seu serviço. Acredita-se na existência de sistemas sociais e de sistemas naturais, sendo distintos, contudo, relacionados, pois havendo esta fragmentação é “como se o sistema natural não incorporasse o social ou a formação social não abrangesse a natureza.” (MAMIGONIAM, BASTOS, 2008 p. 13). Neste contexto, os recursos físicos e o espaço como valor social ocorrem:

²⁷ O termo *meio* é visto neste estudo como espaço físico, como configuração territorial nos dizeres de Santos (1995).

En la medida en que los hombres son los agentes activos de transformación de la naturaleza y creadores de valor través de su trabajo, será necesario relacionarlos y ligarlos a ella, haciéndolos espacio, en un proceso social de producción que cree el valor adecuado para la reproducción social de la comunidad (...) y el plusvalor apto para la reproducción de las relaciones de poder. El espacio sin los hombres no tiene significación social. Pero los hombres sin espacio estarían faltos del ámbito sobre el que proyectar su fuerza de trabajo y, por tanto, sin posibilidad para crear valor ni reproducirse. (SANCHEZ, 1991 p.200)

Neste estudo, os recursos físicos não serão vistos somente como matéria-prima, mas também como meio de produção, pois por meio da apropriação e exploração deles (recursos físicos) ocorre a apropriação de valor e excedente no território. Colocando assim, as relações de poder e exploração de recursos físicos como um ponto de grande interesse, conforme o arrolamento dos recursos necessários e dos recursos disponíveis. Sendo este fato para que o Circuito Espacial de Produção torne-se intensivo, ou não, numa determinada área. De acordo com Venturi o:

Recurso natural²⁸ pode ser definido como qualquer outro elemento da natureza que esteja em demanda, seja passível de uso ou esteja sendo usado direta ou indiretamente pelo Homem como forma de satisfação de suas necessidades físicas e culturais, em determinado tempo e espaço. Os recursos naturais são componentes da paisagem geográfica, materiais ou não, que ainda não sofreram importantes transformações pelo trabalho humano e cuja própria gênese independe do Homem, mas aos quais foram atribuídos, historicamente, valores econômicos, sociais e culturais. Portanto, só podem ser compreendidos a partir da relação Homem-Natureza. Se por, um lado, os recursos naturais ocorrem e distribuem-se no estrato geográfico segundo uma combinação de processos naturais, por outro, sua apropriação ocorre segundo valores sociais. Dessa interação sociedade-natureza decorrem determinadas formas de organização social sobre o território, influenciadas, tanto pelos processos naturais que determinam a ocorrência (ou a não ocorrência) e a distribuição territorial dos recursos, como pelos valores sociais vigentes no contexto da apropriação, sendo que quanto mais valorizado é um recurso, maior sua mobilidade sobre o território. (...) Se, por um lado, as dinâmicas naturais explicam a riqueza de recursos naturais que algumas nações apresentam, as dinâmicas sociais podem explicar a não correspondência direta entre disponibilidade de recursos naturais e bem estar e desenvolvimento humano (2006 p.15-16)

Os *recursos de capital* são essenciais para a dinâmica do processo produtivo, pois os seus detentores são os que assumem o poder de decisão que afetam o restante dos recursos, sendo o que situa a posição dominante nas relações sociais de produção (SANCHEZ, 1991). No caso do circuito espacial bovino, os agentes econômicos dominantes são os grandes e os médios pecuaristas; e os matadouros frigoríficos que possuem em suas propriedades o Serviço de Inspeção Federal (SIF), pois os destinos das diferentes origens para diferentes mercados

²⁸ Neste trabalho como sinônimo de recurso físico.

são regidas pela normatização deste serviço. Atualmente, a empresa JBS²⁹ é a maior do mundo em processamento de proteína animal, atuando nas áreas de alimentos e couro, possuindo 100% de acesso aos mercados consumidores. No espaço bovino amazonense, o FRIZAM, sendo a única empresa com SIF, é considerada “grande” na produção de carne bovina.

Os *recursos técnicos* e os *recursos de capital* são invólucros, pois os recursos técnicos são incorporados nas decisões dos detentores de capital, pois são estes que adotam as características do processo produtivo que se deseja implantar e os investimentos que se está disposto a realizar, ou a política de pesquisa e desenvolvimento de produtos que se adote (SANCHEZ, 1991). Neste caso os maiores detentores de capital são os grandes e médios pecuaristas com o matadouro-frigorífico FRIZAM.

Como as técnicas são um fenômeno histórico e vivencia-se um “tempo” no qual:

A ciência e a tecnologia tornaram-se forças produtivas. Deixaram de ser um mero suporte do capital para se converter em agentes de sua acumulação. Consequentemente, mudou o modo de inserção dos cientistas e dos técnicos na sociedade; agora eles tornaram-se agentes econômicos diretos. A força do capital na atualidade encontra-se no monopólio do conhecimento e da informação (OLIVEIRA, 2007 p.64)

Esses fatores influenciam no poder de decisão, que é dos detentores de capital, refletindo-se: na hierarquia da mobilidade, interferindo no processo produtivo, decidindo quais devem deslocar-se, para onde e em que volume; sendo assim, um ponto de relação dos recursos de capital com o espaço, onde a:

...localización y articulación del espacio serán las formas que asume la concreción territorial de los recursos de capital al manipular y dar movilidad, tanto a los distintos factores socioeconômicos, como al trabajo, en el marco de unas relaciones de poder concretadas en la formación social. (SANCHEZ, 1991 p.205)

Isso significa que :

O capital- Marx nunca cansa de enfatizar – não é uma coisa ou um conjunto de instituições; o capital é um processo de circulação entre produção e realização. Esse processo deve se expandir, acumular, reformar constantemente o processo de trabalho e os relacionamentos sociais na produção, assim como mudar constantemente as dimensões e as formas da circulação (HARVEY, 2005 p.73)

Conforme o exposto, os circuitos produtivos se dão de forma desagregada, mas não desarticulada, pois cada um dos processos de produção, a cada momento histórico e para cada

²⁹ <http://www.jbs.com.br/QuemSomos.aspx>

caso específico ajuda a compreender a organização do espaço (SANTOS, 1985). Sendo assim, a compreensão espacial preside do entendimento do movimento dialético do social que é estruturado pela economia, no entanto, é a conjuntura política que comanda os seus movimentos (MOREIRA, 1982). Com isso, o Circuito Espacial Produtivo da carne bovina, não passa somente pelo entendimento de oferta e demanda, origem e destino, mas por estrutura econômica e comando político, pois, essas variáveis contribuem na análise dos elementos espaciais³⁰.

Amazonas: Muito espaço para pouco boi

É fato que o capitalismo é seletivo no ponto de atuação espacial, onde sua principal lógica é o lucro, isto é, a sua atuação é maior em espaços que proporcionem maior lucro. Mas, quais são os aspectos, a lógica, que este escolhe determinado espaço para atuar? Esta seletividade tem relação direta com a difusão da modernização?

Santos (2008) afirma: “As forças da modernização são extremamente seletivas tanto quanto a forma como quanto aos efeitos” (p.125). E as heterogeneidades nas variáveis da modernidade criam uma instabilidade espacial, onde o ato de produzir e consumir são influenciados pela disparidade geográfica. A seletividade espacial pode ser interpretada de duas formas, considerando a produção ou o consumo:

A produção, especialmente aquela que requer um alto nível de tecnologia, tende a se concentrar em pontos específicos. O consumo responde as forças de dispersão, mas a seletividade social age como um freio sobre essa dispersão porque a capacidade de consumir varia qualitativa e quantitativamente através do espaço (*IBID*, p.126)

E como se analisa o Amazonas nesta seletividade espacial? A resposta pode ser fundamentada no seguinte argumento:

Atualmente as relações entre as sociedades e seu espaço-suporte não mais têm caráter privilegiado, mas dependem de uma determinação externa que tem o domínio deste espaço, da orientação de sua produção e do destino de seus habitantes (*IBID*, p.138).

Sendo assim, o estado do Amazonas não está preocupado com o aumento de produção agropecuária, no caso de bovinos, ele é na sua maioria um espaço de consumo bovino e de seus derivados. Isto pode ser observado que na região norte o estado se apresenta entre os que possuem menor efetivo de rebanho (TABELA 1). E a distribuição espacial (FIGURA 13) segue aspectos: históricos- onde o sul do estado apresenta maior efetividade na atividade, devido consequências da

³⁰ De acordo com Santos (1985) os elementos do espaço seriam: os homens, as firmas, as instituições, o chamado meio ecológico e as infra-estruturas.

expansão da fronteira agropecuária- e questões higiênico-sanitárias, principalmente, em relação à situação da febre aftosa (FIGURA 14).

REGIÃO NORTE-REBANHO BOVINO-2011	
AMAZONAS	1.439.597 cabeças
ACRE	2.549.497 cabeças
AMAPÁ	127.489 cabeças
RONDONIA	12.182.259 cabeças
RORAIMA	651.511 cabeças
PARÁ	12.262.547 cabeças
TOCANTINS	8.025.400 cabeças

TABELA 1: Região Norte- Rebanho Bovino.

FONTE: <http://www.ibge.gov.br/estadosat/>

Org: Máximo Alfonso Rodrigues Billacrês

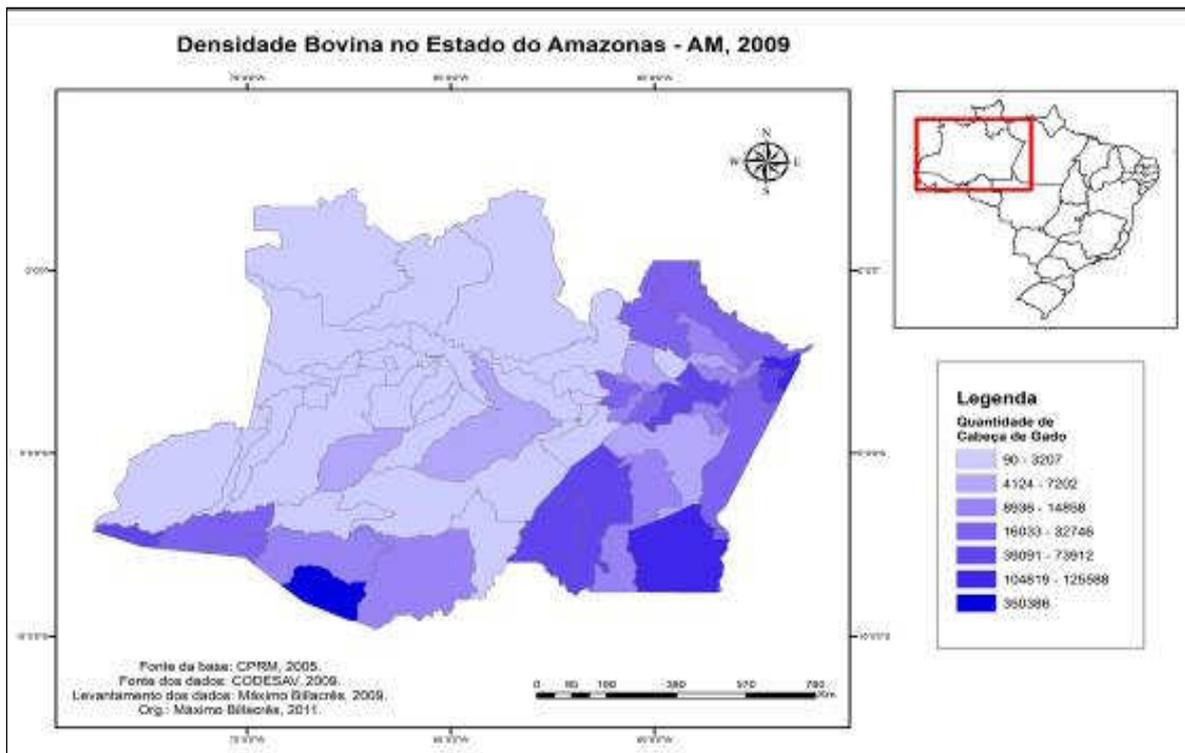


FIGURA 13: Densidade Bovina no Estado do Amazonas-AM, 2009

Org: Máximo Alfonso Rodrigues Billacrês



FIGURA 14: Situação Atual da Febre Aftosa no Estado do Amazonas- Somente os municípios de Boca do Acre e Guajará são considerados livre de aftosa. O resto do estado por ser de risco desconhecido é considerado de Alto-risco.

FONTE: IDAM

O rebanho do estado do Amazonas é considerado pequeno em âmbito nacional e regional, principalmente, porque tem o estado do Pará como 4º rebanho nacional e o estado de Rondônia que já exporta carne bovina. Desta forma, esta atividade possui influência somente no PIB estadual, não influenciando no PIB nacional.

O Amazonas adotou uma política diferenciada dos estados da Amazônia brasileira, o setor agropecuário nunca foi prioridade. O avanço no setor ocorre, devido a ação individual de iniciativa dos próprios produtores. Uma questão se desenvolve: Por que o Amazonas não priorizou o setor agropecuário? Surgem duas alternativas como resposta. A primeira é que o Amazonas é dependente da Zona Franca de Manaus; e a segunda é o papel do estado do Amazonas na questão ambiental. Acredita-se que as duas alternativas ratificam que as sociedades ao se relacionar com o espaço-suporte dependem de determinações externas.

Isto é tão certo, que para gerar densidade normativa na região norte convergiu ações federais, estaduais e municipais, no qual, a Zona Franca de Manaus foi preponderantemente favorecida. Dentre as ações, houve a isenção de impostos incidentes sobre importação,

exportação e produtos industrializados, a redução da base do cálculo do ICMS, o crédito fiscal para mercadorias de origem nacional, a restituição integral no caso das empresas, que produzem bens de interesse do Estado e incentivos para a aquisição de grandes áreas de terra no Distrito industrial. Onde “Nessa mancha no Norte do país articulam-se dois suportes conflitantes da globalização da economia e do território: a abertura comercial e os protecionismos de diversas espécies” (SANTOS, SILVEIRA p.117 2008). Sendo assim, os resultados sobre a prioridade no setor industrial em relação ao setor agropecuário são vistos na comparação de valores, onde a soma dos valores adicionado bruto da agropecuária dos oito maiores rebanhos³¹ do estado em 2010 acusa 931.518 mil reais, muito abaixo do valor adicionado bruto da indústria em Manaus que é de 20.094.044 milhões de reais³². A “preferência” induzida pelo setor industrial se deu pela consequência de incentivos governamentais para a criação de pólos fabricação, por meio desta forma atendendo uma pressão de ordem global.

Na segunda alternativa a pecuária bovina é, atualmente, o principal fator de desmatamento e de desenvolvimento da Amazônia brasileira, onde o seu investimento não depende mais da renda da madeira, como tinha ocorrido nas primeiras fases da colonização. (CHAPUIS *et all* , 2006). Isso ocorre devido ao circuito espacial de produção se desenvolver em locais que faltam infraestrutura. Onde, o gado que se conserva se desloca sozinho e com baixo custo, além do mais, a eficiência das redes de agentes capazes de escoar todos os fluxos da mercadoria (no nosso caso a carne) em qualquer época e, em qualquer lugar do território é a garantia financeira e moral que esse circuito confere a seus agentes proporcionando uma perfeita capacidade de adequação a condições pioneiras. Sendo assim, a pecuária bovina torna-se um empecilho a questão do discurso ambiental.

Este discurso exige novos significados da política dos princípios estruturantes dos modelos de desenvolvimento econômico e humano. Onde conforme Bernardes e Ferreira (2007) devemos “... rever a forma como agimos sobre o meio natural e as próprias relações sociais, obrigando-nos a questionar os hábitos de consumo e as formas de produção material” (p.28). O estado do Amazonas parece aderir a este discurso, pois, a coincidência de ser um

³¹ Os oito maiores rebanhos bovinos são os dos municípios de Boca do Acre, Apuí, Parintins, Manicoré, Careiro da Várzea, Itacoatiara, Autazes e Barreirinha. O critério adotado foram os que possuem mais de 50.000 cabeças de gado.

³² Estes valores foram baseados no Produto Interno Bruto dos municípios, do ano de 2010, no site do IBGE. <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/comparamun/compara.php?codmun=130260&coduf=13&tema=pibmunic&codv=v01&lang=>

dos estados da Amazônia brasileira com a menor taxa de desmatamento (FIGURA 15) e com um efetivo rebanho bovino baixo ratifica esta afirmação.

Um exemplo da ação deste discurso ocorreu na Transamazônica Amazonense, onde houve a intensificação de medidas para conter a pecuária; pois, existe uma política maior, de que o Estado do Amazonas utiliza práticas de sustentabilidade em suas atividades produtivas – onde é dito que é o estado que menos desmata pelos governantes locais - como principal promotor de uma imagem pública, sobretudo, para a manutenção do *slogan* do “*Estado que tem 98% da cobertura vegetal protegida*”. Assim, o poder ideológico, que tem utilizado a biodiversidade existente e sua conservação tem grande influência na constituição de políticas públicas, fazendo desta uma “indústria cultural” de preservação, conservação de recursos (ADORNO e HORKHEIMER, 1985) que vai contra a expansão do mercado que vem se desenvolvendo na região da Transamazônica amazonense. (BILLACRÊS, FERREIRA, COSTA, 2012).

No ano de 2012 começou a ser desenvolvido no município de Apuí o projeto “Semeando Sustentabilidade em Apuí” (FIGURA 16), desenvolvido pelo Instituto de Conservação e Desenvolvimento Sustentável no Amazonas (IDESAM) e com parceria da Secretaria Municipal de Meio Ambiente (SEMMA), que estimula a rotatividade dentro de uma área específica da propriedade, fazendo com que não seja necessária à abertura de novas áreas para o desenvolvimento da pecuária. Desta forma, por meio da ação do instituto (IDESAM) e da SEMMA identifica-se à interação entre os Territórios (do Estado, dos grupos e do Mercado). Foram implantadas em Apuí Unidades de Conservação como tentativa de uma maior preservação dos sistemas naturais do município, sendo assim, enfatiza-se novamente que o uso do território do município passa por instâncias econômicas, políticas, ambientais e espaciais; pois, conforme Santos (2008), assim como as demais estruturas sociais, o espaço é uma estrutura subordinada-subordinante. (IBID, 2012).

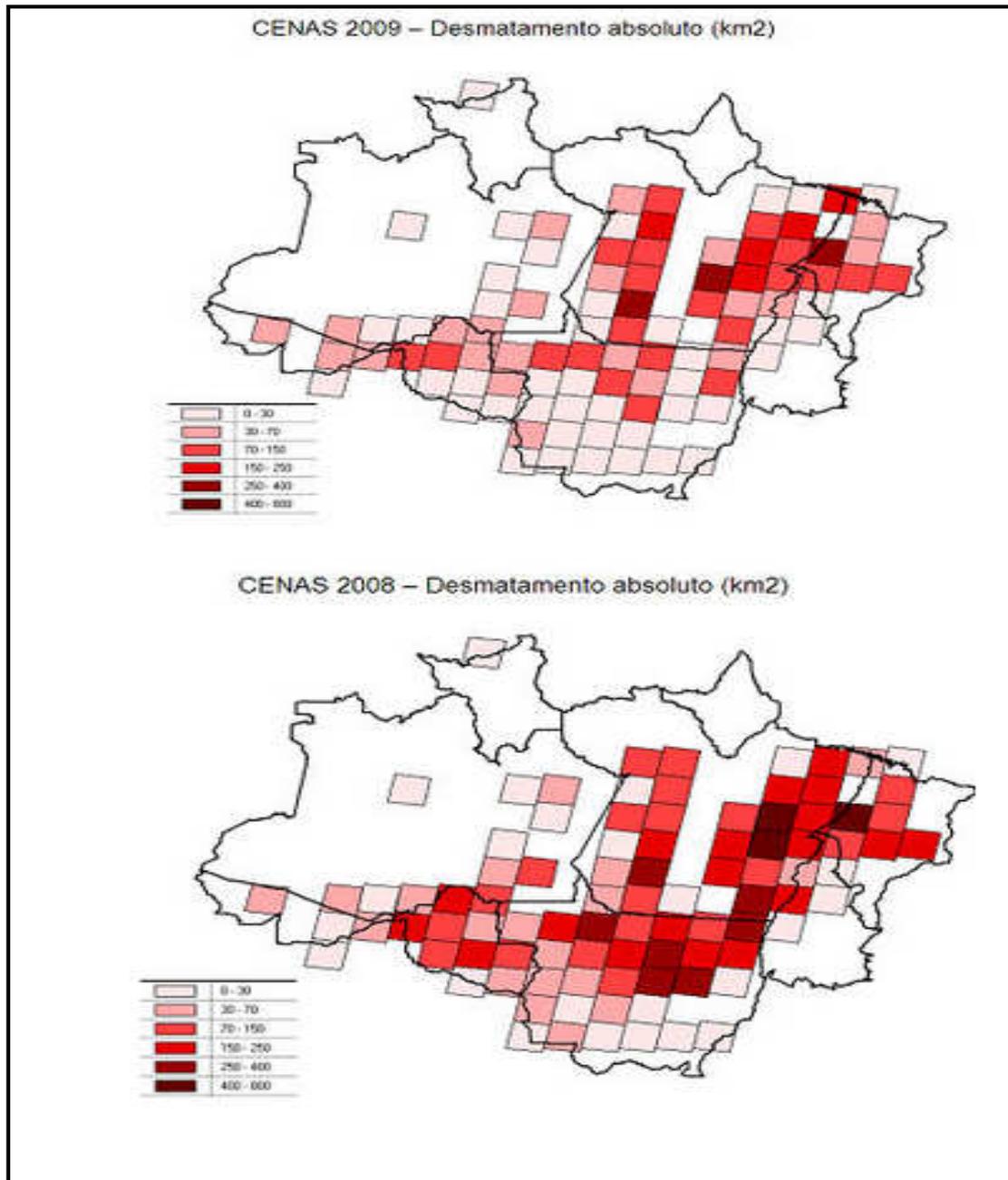


FIGURA 15: Desmatamento na Amazônia- Destacar que o Amazonas as maiores taxas de desmatamento se apresenta no sul do estado, região, onde apresenta o maior número de rebanho bovino.

FONTE: http://www.inpe.br/noticias/noticia.php?Cod_Noticia=2023

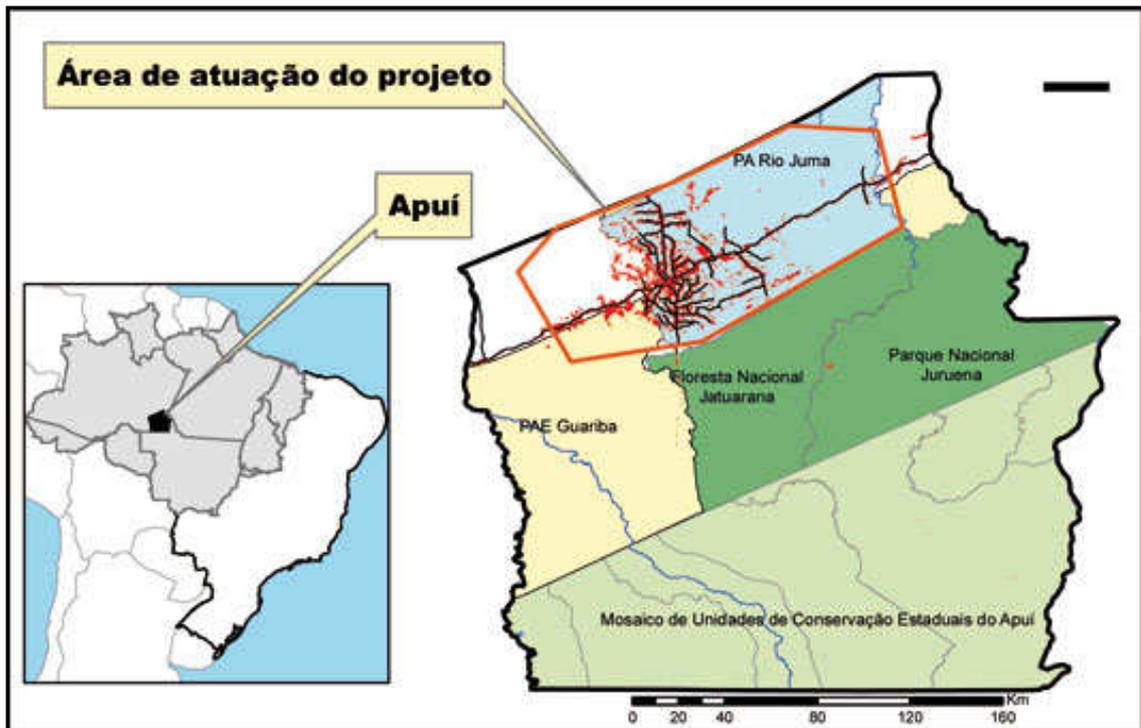


FIGURA 16 – Área de atuação do projeto *Semeando Sustentabilidade em Apuí*. A área concentra-se no Projeto de Assentamento Juma em Apuí – AM
FONTE; IDESAM (2012).

Acredita-se desta forma, que essas alternativas são as causas para uma prioridade baixa em relação à produção agropecuária. Contudo, uma ação do governo do estado em relação à pecuária bovina que toma destaque é o de subsídio da vacina contra a febre aftosa. O Governo do Amazonas é o único do país a subsidiar a vacina contra a aftosa³³. O valor comercial da dose é de R\$ 1,54; porém, com o subsídio do Governo o produtor paga apenas R\$ 0,60.³⁴

No ano de 2012 o governo investiu R\$1.600.000,00 e comprou 582.316 mil doses de vacina. Essa preocupação em proteger o gado contra aftosa é de elevar o status do estado para o médio risco de aftosa. Mas por que desta preocupação? Primeiramente, porque o Amazonas faz parte de uma totalidade, no qual, a realidade se encontra em diferenciações espaciais, isto em nível, de escala nacional. O Brasil como totalidade, é o único Estado-Nação que se apresenta em zonas em relação à febre aftosa (FIGURA 17). E há uma pressão comercial

³³ Uma indagação surge para este caso: Por que o Governo do Amazonas subsidia a vacina? É um incentivo? Por que o rebanho bovino no Estado é pouco?

³⁴ <http://www.sepror.am.gov.br/governo-do-amazonas-inicia-1a-etapa-da-vacinacao-contrafebre-aftosa-e-inaugura-mais-um-escritorio-da-adaf-neste-sabado/#.UWL0qxdJOos>

econômica e social própria a cada país se torna um dado ainda mais específico, através de suas próprias transformações operadas sob o impulso de um sem-número de fatores internos e externos” (SANTOS, 2008 p.235-6)

Com isso, diferentes ações no espaço, tanto como prática ou como no discurso, são elementos que influenciam na produção e acabam influenciando no consumo. Atualmente, para a produção de uma determinada mercadoria não se torna um elemento essencial o espaço físico, enfaticamente, o seu tamanho, dando força aquele ditado popular “de que tamanho não é documento”. Se tamanho importasse, o Amazonas estaria entre os maiores rebanhos nacionais, realidade na qual não se encaixa. Talvez, possa ser também, por motivos históricos essa não prioridade pelo setor, onde Santos (2008 p. 242) coloca que “Uma sociedade só pode ser analisada sem ambigüidade se definida em função de suas determinações históricas sucessivas. Somente assim poderemos alcançar o conhecimento de sua especificidade e distinguir suas *qualidades essenciais* das de outras sociedades”; desta forma, a população amazonense em comparação com a população da região sul, principalmente, do Rio Grande do Sul, foram (ou são) mais extratores do que produtores. Mas acredita-se, que não é somente o fator histórico, soma-se também, o interesse e um maior incentivo dos detentores do poder pelo setor, porque, de povos extratores, o Acre do mesmo modo usava desta atividade e possui um rebanho bovino maior que o do Amazonas. Não é objetivo, deste trabalho, discutir, nem comparar o rebanho bovino do Amazonas com as outras unidades da federação, mas tomou-se este debate pelo fato de reforçar o embate da baixa efetividade bovina no estado. Pois, somente alguns pontos do Amazonas são e possuem alto nível de tecnologia para a produção bovina e produção de carne bovina, como o município de Boca do Acre, reforçando a idéia do capital ser seletivo.

Boca do Acre: A boca que mastiga a carne para Manaus³⁶

Em Boca do Acre se encontra o maior efetivo de rebanho bovino do Estado do Amazonas com 360.277 cabeças de gado vacinadas, distribuídos entre 1314 criadores em 1375 propriedades (IDAM, 2012). Por este motivo, e por apresentar um dos mais importantes circuitos de carne para Manaus (FIGURA 18), realizou-se um trabalho de campo neste espaço para identificar e analisar a realidade que se encontra nesse processo espacial. Desta forma,

³⁶ Os resultados aqui obtidos foram conseguidos em trabalho de campo no município. Por meio de entrevistas abertas nos institutos responsáveis e com alguns produtores.

Lábrea, no qual, se espacializa o rebanho bovino do município. Uma das ações desta instituição é favorecer na logística³⁷, proporcionando ou elaborando políticas para o poder público. Uma delas foi realizada com a parceria do SENAR (Serviço Nacional de Aprendizagem Rural) desenvolvendo ações para pressionar o aumento de rebanho sem a necessidade do desmatamento. Contudo, de acordo com o sindicato é difícil de trabalhar com os produtores mais antigos esta atividade de não desmatamento, pois, estes eram impulsionados pelos bancos (principalmente o BASA) a desmatarem, onde o financiamento para atividades rurais era relacionado com a quantidade de hectare desmatado; desta forma, dificultou a mudança de hábito.

O Sindicato trabalha na concretização de dois projetos. O primeiro é o de logística, pois, atualmente o caixa forte do município (a carne bovina) é destinado para Manaus via FRIZAM, pelo seguinte trajeto: FRIZAM envia a carne para Rio Branco (AC) em caminhões frigoríficos daí para Porto Velho que de balsa é destinado a Manaus (FIGURA19). Contudo, o projeto seria a criação de um porto fluvial na calha do Rio Pauini, entretanto, a geomorfologia fluvial dificulta a criação do porto.

³⁷ Este termo entendemos como sendo um dos elementos fundamentais responsáveis pela circulação de mercadorias e se define como sendo um conjunto de técnicas e tecnologias utilizadas com a finalidade de proporcionar fluidez a partir da aceleração da circulação (na acepção de geográfica de movimento) obtida com a realização de operações mais velozes e racionais. (SILVA JUNIOR, 2007)

“Em ampla escala temporal, entendemos que a logística é hoje, a organização técnica do capital baseada em infraestrutura fixa de transporte (como rodovias, ferrovias, hidrovias), meios de transporte (como por exemplo, trens e caminhões e nas tecnologias da informação e comunicação, tendo como objetivo proporcionar a otimização dos processos produtivos. Na base desses processos está a redução dos custos com o aumento da fluidez (SILVA JUNIOR, p.125-6 2007).

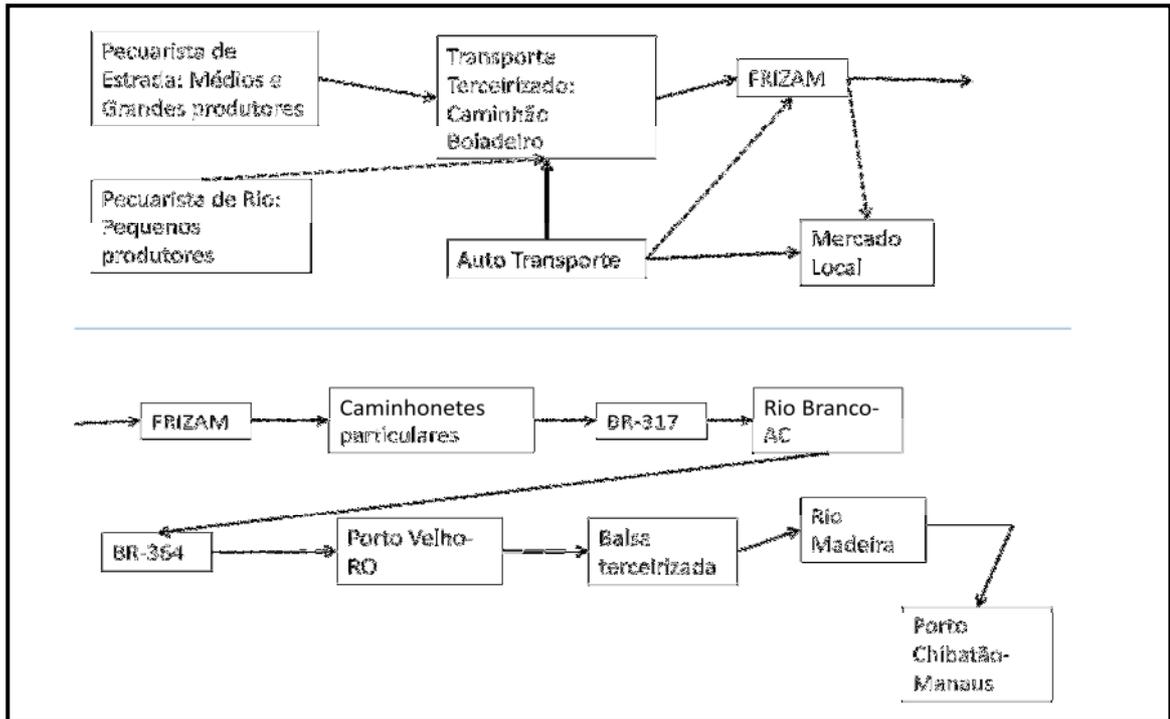


FIGURA 19: Demonstração do Circuito de Carne Bovina de Boca do Acre à Manaus.

ORG: Máximo Alfonso Rodrigues Billacrês

O segundo projeto é transformar o município numa bacia leiteira, com o objetivo de exportar bezerro nascido³⁸. Isto se deve ao fato de o INCRA disponibilizar 100 hectares para o pequeno produtor e este, por sua vez, não consegue renda, porque o gado demora para ser abatido. Sendo mais rentável para o pequeno produtor trabalhar com o leite.

A intercambialidade- emprestando o termo de Santos (1985)- do Sindicato com o Frizam é de parceria, mas do Frizam com os produtores é de comercialização, sendo uma relação direta, não havendo, desta forma, o marreteiro ou o marchante³⁹, este somente aparece na comercialização de bezerros. Sendo este comercializado para o Rio de Janeiro, São Paulo e Mato Grosso.

O sindicato como órgão representante dos produtores também tem se manifestado frente à nova política ambiental, via código florestal, pois este prejudicará os pequenos produtores. O novo código foi pensado nos produtores como um todo- ou como colocou Marx equivocadamente como um “saco de batatas”- sem distinções de renda, produção; desta forma, prejudicando a sobrevivência do pequeno. Mas uma das maiores críticas são a ausência

³⁸ Pois, a Vaca para a produção de leite precisa ser fertilizada. E o bezerro nascido seria vendido.

³⁹ Estes termos são sinônimos. Este agente social é um vendedor ambulante no qual compra e vende o boi sem possuir uma propriedade de terra, desta forma ele se responsabiliza pelo transporte do animal para o abate e o destino do produto.

de políticas públicas, que proporcionem o aumento da produção bovina; onde não há crédito do produtor, ou seja, incentivo político para que o produtor aumente seu rebanho sem desmatar. E para contornar esta situação o sindicato em 2012 promoveu um leilão de gado que movimentou R\$ 5.400.000,00 superando a expectativa que eram de 3 milhões de reais, no qual, investindo o dinheiro em infraestruturas para o produtor.

Outra instituição analisada foi o ICMBIO, que trabalha com Unidade de Conservação (UC). A relação desta com os produtores são com os que se encontram dentro da Unidade de Conservação e ao redor. Os pecuaristas da UC ainda se encontram lá, porque ainda não foram indenizados. Em Boca do Acre são sediadas quatro Unidades de Conservação: Flona do Iquiri, Flona Mapiá-Iauni e RESEX Arapaxi, todos de jurisdição federal (FIGURA20), sendo a maior, a flona Iquiri, localizada em Lábrea⁴⁰ com o tamanho de 1.476.000 hectares, as outras no rio Purus não chegam a 500 mil hectares. (FIGURA21).

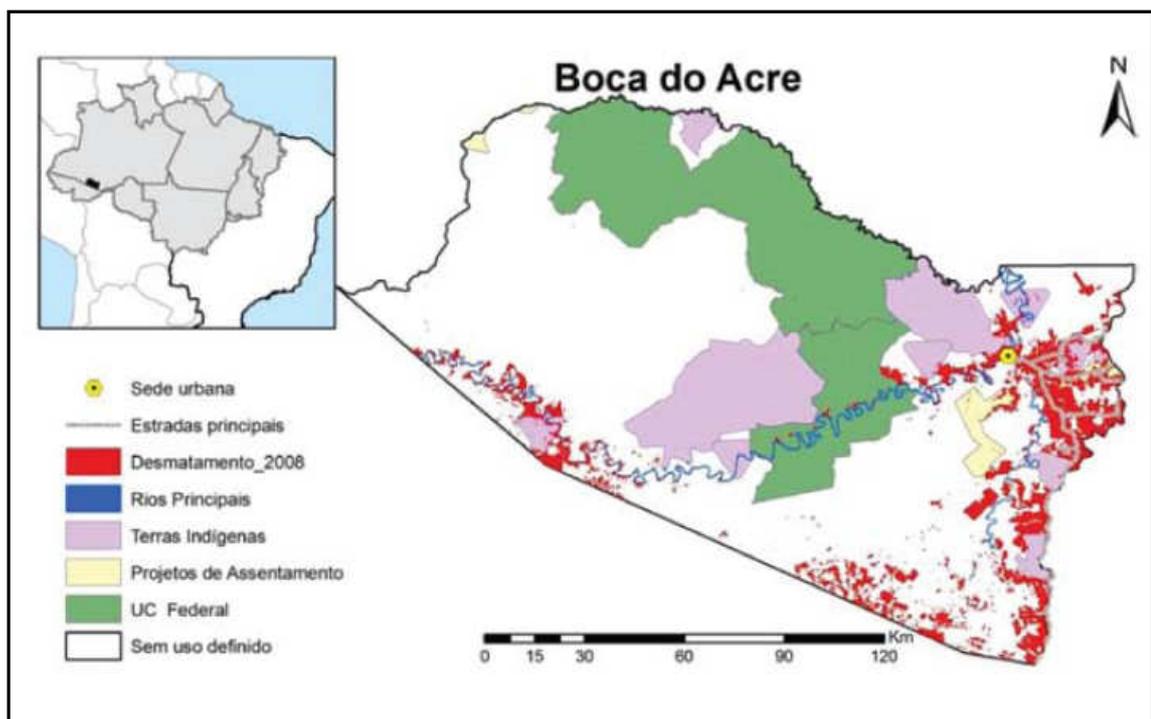


FIGURA 20 : Caracterização Territorial de Boca do Acre. O município de Boca do Acre possui uma área total de 22.349 km², dentre os quais cerca de 32% são áreas protegidas, distribuídas em Terras Indígenas e UC Federais. Os conflitos sobre a regularização de terras ocorrem por todo o município, sejam em áreas indígenas não demarcadas ou nos projetos de assentamento, onde a maioria dos proprietários não possui documentação que comprovem a titularidade da propriedade. Duas terras indígenas da etnia Apurinã são cortadas pela Rodovia BR -317 (TI Boca do Acre e TI km 124).
FONTE: IDESAM (2012).

⁴⁰ Esta relação de Boca do Acre com Lábrea é intensa, devido, Boca do Acre ter sido desmembrada em 1890 de Lábrea. Desta forma, o município originou-se na confluência do Rio Acre e Purus.

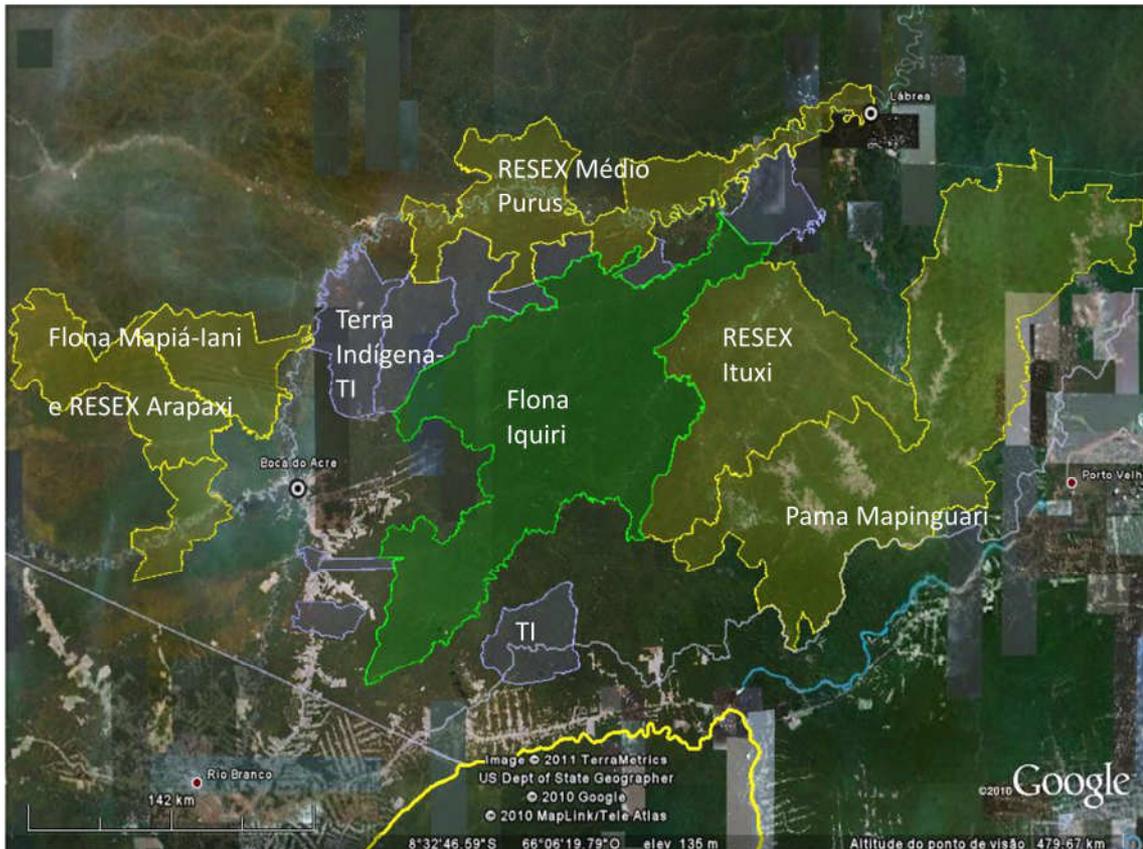


FIGURA 21: Flona Iquiri e o seu entorno. Demonstração da maior Unidade de Conservação encontrada na área, enfatizando, a sua ocupação em dois territórios municipais que são Boca do Acre e Lábrea.

Fonte: Entrevista com os analistas do ICMBIO de Boca do Acre.

A indenização está relacionada com o preço da terra e as benfeitorias do local. Cabe lembrar que em maio de 2008 houve a instalação da gestão da UC's em Boca do Acre. No Flona Iquiri estão concentrados os grandes fazendeiros. A intercambialidade do ICMBIO com as outras instituições é agradável, até com o próprio município de Boca do Acre, contudo, isto não ocorre principalmente em Lábrea, havendo conflitos políticos entre o instituto e a Secretaria Municipal de Meio Ambiente (SEMMA); pois, esta não autoriza a investigação no município.

Em Junho de 2010 houve a gestão da maior UC, podendo permanecer no local somente aqueles que já se encontravam lá antes da criação. E como as indenizações dependem do preço da terra e das benfeitorias do local, elas podem alcançar o preço de até 100 mil reais.

O IDAM é quem controla a produção de todo o município de Boca do Acre e dos que se estendem até o sul de Lábrea. Conforme este instituto, a questão do aumento da produção e a questão ambiental estão relacionadas com o uso de tecnologia que incentiva o aumento da

produção. O IDAM argumentou que o governo disponibiliza linhas de crédito ao produtor, desta forma, contrariando o sindicato dos produtores rurais.

O município de Boca do Acre não foge à preferência nacional pela raça nelore em gado de corte, devido a sua rusticidade, de fácil adaptação e altamente produtivo. O IDAM assevera que 85% do rebanho nacional são “anelorados”. O Instituto apresenta distinções de preço enquanto os gêneros dos animais, o boi e a vaca tem seus preços relacionados a arroba e o bezerro é por cabeça. Com isso a arroba do boi é de R\$85,00 já o da vaca é de R\$75,00; uma bezerra fêmea custa R\$380,00, enquanto o bezerro macho é de R\$550,00. Percebe-se assim, que o boi é o mais abatido porque possui a maior quantidade de carne, mas o abate de vacas está sendo intensificado, pois não se pode mais aumentar os pastos e, com isso, não é rentável ter a fêmea por longo tempo para amamentar os bezerros.

O município também destina seu gado vivo para o abate, e para outras finalidades ao estado do Acre principalmente, e Rondônia (principalmente a Porto Velho), (TABELA2), apesar de ser inexpressivo o número. Em relação a este assunto, de entrada e saída de gado, ganha destaque os impostos a carne e o boi vivo, pois circular pelo espaço tem um preço. O ICMS por “boi vivo” é feito por cabeça, desta forma, para a entrada de bovinos no Amazonas e principalmente em Boca do Acre o preço por cabeça é de R\$69,00 para a *cria* e *recria*. No ano de 2011, entraram em Boca do Acre 83 animais para a *cria* e 67 para *recria* e 438 para abate. E para ser abatido em Rio Branco saíram do município 3.566 cabeças, para a *cria* 33 e para engorda 3.506. Não se sabe o preço do ICMS para a entrada de animais no Acre, acredita-se que este número de saída, seja uma forma de procura para novos mercados, onde os acreanos possuem maior participação. Essa relação estreita com o estado do Acre é ocasionada pela abertura da BR 317.

Mês/2012	Destino	Finalidades			Total de Animais	Total de Gta's
		Abate	Engorda	Reprodução		
Abril	Rio Branco-AC	324			324	17
Maio	Acrelândia-AC	40			40	2
	Plácido de Castro-AC	113			113	6

Junho	Lábrea-AM		25		25	1
	Senador Guiomar- AC	72		1	73	7
	Rio Branco-AC		2	2	4	2
	Campinas- AC			5	5	2
	Capixaba- AC			1	1	1
	Porto Velho-RO			6	6	2
	Acrelândia- AC	20			20	1

Tabela 2: Destino do Boi Vivo de Boca do Acre. Demonstra nos meses do ano de 2012 as localidades e as finalidades do gado em pé de Boca do Acre. Esses dados foram fornecidos pela antiga Codesav bocacense. Só foi possível a obtenção destes meses, devido, a mudança de gestão na instituição, mas conforme, relatos dos servidores públicos, os números de saída de gado do município são inexpressivos.

Fonte: Codesav.

Org: Máximo Alfonso Rodrigues Billacrês

Com a exposição das instituições atuantes em Boca do Acre, percebe-se com exceção parcial do sindicato, que tanto o ICMBIO quanto o IDAM, são agentes estatais preocupados com ações que ocorrem no espaço, onde a atuação de políticas públicas são nada mais que “políticas espaciais” (STEINBERG, 2006), refletindo interesses espacialmente referidos de agentes sociais e econômicos. Já o Sindicato⁴¹ a “parcialidade” ocorre devido a relação deste com o Estado ser patronal. E além do mais, ele representa a concretude de uma entidade sociopolítica⁴², a dos pecuaristas (ou como eles preferem ser denominados de produtores

⁴¹ De acordo com Bottmore (2001) as análises de Marx e Engels sobre o sindicato resultaram em três argumentos. Primeiro, os sindicatos eram um produto natural das indústrias capitalistas; os trabalhadores eram obrigados a se unirem em defesa contra as reduções salariais e as máquinas que dispensavam o trabalho humano. Segundo, os sindicatos não eram economicamente pouco eficientes: podiam evitar que os empregadores reduzissem o preço da força do trabalho abaixo de seu valor. Terceiro, a eficácia limitada da ação econômica defensiva forçava os trabalhadores a irem se organizando progressivamente em bases cada vez mais abrangentes, ao nível de toda a classe, a levantarem reivindicações políticas e, em última análise, a se engajarem na luta de classes revolucionárias. As análises de Marx e Engels sobre o assunto estão envolvidos com realidades industriais. Afirma-se que o Sindicato de produtores rurais de Boca do Acre em sua essência possuem características de serem um produto natural do capitalismo, de eficientes economicamente, um exemplo foi o leilão realizado; e são organizados. Possuindo a base dos sindicatos analisados por Marx.

⁴² Alusão a Lefebvre (2008).

rurais), isto ocorreu, porque, eles tiveram consciência de classe (classe para si), atribuído a isto, de o sindicato ser um produto natural da produção capitalista, e de ser economicamente eficiente e organizado em reivindicações políticas. Considera-se a relação patronal do Sindicato com o Estado, por este (sindicato) ter caído no controle de uma “Aristocracia Pecuarista”, onde seus líderes são influenciados por políticos, e com isso os produtores rurais de alta influência (em maioria fazem parte desta aristocracia) são os mais favorecidos. E por serem trabalhadores do campo, a formação da consciência de classe se assemelha ao que Alavi (1976) colocou nas características da classe camponesa que:

son la absorción y penetración económicas y políticas por conjuntos sociales más amplios, la aparición de jerarquias políticas y económicas y la extracción de una ‘plusvalía económica’ al agricultor campesino... (p.52)

Analisaremos agora, outro elemento do espaço, os *homens*. Para ser mais específico, trataremos dos *homens* pecuaristas, os produtores rurais. A sua importância está ligada ao fato deles derivarem a relação social de produção, a atividade bovina. E como o laço deles com as técnicas e com o capital configuram a capacidade produtiva da bovinocultura. Pois “El hombre debe actuar en y sobre el espacio para alcanzar a disponer de los productos necesarios para su subsistencia” (SANCHEZ, p. 177 1991).

Foi realizado em Boca do Acre uma entrevista aberta com os pecuaristas (ANEXO1); se observou, primeiramente, como eles se denominam de *produtores rurais*, porque segundo eles o termo *pecuarista* dá a conotação de grande fazendeiro, classificação que eles mesmos não se colocam, devido a grande parte deles possuírem além da pecuária bovina, a agricultura como outra atividade.

Estes produtores- em sua maioria os médios e grandes produtores- são imigrantes de outras unidades da federação nacional, derivado da expansão da fronteira agropecuária e, enxergaram no município uma área distante que a ocupação demandava baixo custo. E a pecuária bovina sinalizava que a conversão de florestas em pastagens era rentável. Assim sendo, Boca do Acre tornou-se um lugar para que estes imigrantes pudessem encontrar trabalho; em paralelo, também, necessitou destes recursos humanos⁴³ para a expansão do seu sistema produtivo, pecuária bovina.

⁴³ O uso deste termo se deve ao fato de considerar os produtores rurais como membro da sociedade que podem desenvolver autonomamente uma atividade encaminhada a produção de um bem ou serviço, como propõe Sanchez (1991).

Assim vemos que os recursos humanos não exigidos por um sistema produtivo podem pressionar para que tenham lugar numa emigração para outras áreas em que se esperam encontrar trabalho, enquanto a existência de um expansivo sistema produtivo pode pedir a necessidade de importar recursos humanos mediante um processo de imigração. (SANCHEZ, p.177 1991).⁴⁴

A distribuição destes produtores em Boca do Acre, e a sua organização espacial possibilitou analisar dois tipos de pecuária bovina no município. Fazendo alusão a Porto-Gonçalves (2010) uma pecuária *rio-várzea-floresta* e uma pecuária *estrada-terra firme-subsolo*; os médios e os grandes produtores se encontram na segunda classificação. E podem ser considerados empresários rurais, possuindo grandes extensões de terra, um número expressivo de bovinos e de alta tecnologia, onde é possível observar o uso de fertilizações in vitro, o uso da genética sustentável para uma pecuária sustentável. Um exemplo do uso de alta tecnologia ocorre na família Gardingo, na Fazenda Simonik uma propriedade de 428hectares (TABELA 3); demonstrando que a pecuária é economicamente uma atividade racional em locais de estrada; estes por sua vez, são os que abastecem Manaus com a carne bovina, pois o frigorífico Matadouro, o FRIZAM, possui laços apertados com os pecuaristas de estrada.

A pecuária *rio-várzea-floresta*, por sua vez, é para o consumo local. Quando o pequeno produtor- este toma destaque neste tipo de pecuária- consegue transportar o animal para ser abatido no FRIZAM, que por sua vez, acaba abastecendo pontos comerciais locais e a feira municipal que consecutivamente acaba chegando ao consumidor final; FRIZAM propõe dois preços⁴⁵ na compra de um animal para ser abatido, um é quando o boi tem menos de 150 kg onde o quilo é comercializado no preço de R\$4,85 e o outro é quando o animal está acima de 150 kg e o quilo é comercializado por R\$5,25⁴⁶. O produtor que vende a carne no mercado municipal (FIGURA 22)- ele mesmo abateu o animal, em cima de flutuantes ou nas margens de igarapés- comercializa o produto da seguinte forma: o quilo da carne de 1º são R\$10,00 e da carne de 2º são R\$2,00 (a carne de segunda é do quarto dianteiro do boi).

⁴⁴ Así vemos que unos recursos humanos no demandados por el sistema productivo pueden presionar para que tenga lugar una emigración hacia otros lugares en los que se espera encontrar trabajo, mientras que la existencia de un expansivo sistema productivo puede requerir la necesidad de importar recursos humanos mediante un proceso de imigración. (tradução do autor).

⁴⁵ Isto no animal da pecuária *rio-várzea-floresta*

⁴⁶ Dados conseguidos em trabalho de campo

Genética Sustentável no Município de Boca do Acre – AM

Fazenda Simonik



Da direita para a esquerda Antonio Gardingo (Proprietário), Sebastião Gardingo (Proprietário), Ildo Lucio Gardingo (Presidente Sindicato Rural e Secretário de Produção), Dr. Wagner Campagnaro Verneck (Médico Veterinário Unidade Local do IDAM).

A Pecuária Sustentável já é uma realidade presente no município de Boca do Acre, dentre os itens que envolvem a sustentabilidade esta a Genética Sustentável. Neste quesito Boca do Acre esta em pleno desenvolvimento. Estamos na Fazenda Simonik, do proprietário Sebastião Gardingo, localizada na Br 317 km 22 no município de Boca do Acre. Esta propriedade utiliza a seleção genética através das técnicas reprodutivas, realizando anualmente 4000 Fertilizações IN VITRO (FIV), 5000 Inseminações Artificiais em Tempo Fixo (IATF), tendo um nascimento de 1800 produtos de FIV e 2500 nascimento advindo da técnica de IATF. A fazenda seleciona diversas raças Puras como Nelore, Tabapuã, Brhama, Gir Leiteiro, Guzera Leiteiro, Girolando. Vem utilizando as melhores linhagens nacionais. Na raça Nelore vem utilizando os melhores *raçadores com por exemplo 1646, Bitelo da SS, Fajardo, Ghandi, Rambo, Ludi entre outros*, touros com dose de sêmen ao um custo de R\$ 1.500,00 reais. No Guzerá leiteiro a Grande Campeã Nacional na exposição de Uberaba, com produção diária de 29 Kg de leite por dia, faz parte do plantel da Fazenda Simonik, conhecida como ORA TE TABOQUINHA Filha da NUVEM JF recordista mundial em produção de leite. Na raça GIR leiteira foram todas adquiridas no berço mundial do zebuino em Uberaba, sendo filhas dos melhores *raçadores como: Sanção, Modelo, Impessor, Meteoro, Vaidoso*. Com produtividade média de 25 kg de leite por dia, com produção anual média de 7.625 kg. O Gir Leiteiro é a base para a formação do plantel do Giralando, sendo realizado anualmente 3000 FIV para a produção do Girolando Leiteiro com nascimento de 1200 produtos leiteiro por ano, com a produtividade média de 30 a 35 kg de leite por dia. O Município de Boca do Acre esta inserida no circuito nacional de Genética Sustentável, exportando esta genética para diversos estados brasileiros como: Minas Gerais, São Paulo, Acre, Rondônia, Paraná entre outros estados. Com o advento do melhoramento genético a ciclo da pecuária esta diminuindo, índices produtivos estão em evolução, trazendo uma maior sustentabilidade, rentabilidade, diminuindo a pressão sobre as florestas contribuindo para a produção de carne e leite ecologicamente sustentável.

Matéria realizada por DR: Wagner Campagnaro Verneck (médico veterinário Unidade Local do IDAM), Ildo Lucio Gardingo (Presidente Sindicato Rural de Boca do Acre).

TABELA 3: Empresário rural de pecuária de estrada-terra firme-várzea. Isto ratifica o argumento de Sanchez (1991) exposto no início deste capítulo de que os *recursos técnicos* e os *recursos de capital* são invólucros, pois, os recursos técnicos são incorporados nas decisões dos detentores de capital.

FONTE: Entrevista cedida por Ildo Gardingo presidente do Sindicato dos produtores rurais



FIGURA 22: A carne bovina na feira municipal. Demonstração da venda do produto na feira municipal, onde, na maioria dos casos o próprio produtor rural é o vendedor, sendo ele próprio quem abate o animal na maioria dos casos.

FONTE: Billacrês, 2012

Arriscando-se numa análise destas formas de pecuária, em paralelo aos circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos de Santos (2008)⁴⁷ há uma afirmação deste, que se confirma nesta organização espacial da pecuária bocacrense, que é de que a cidade possui duas áreas de influência, onde cada circuito tem uma conexão com a área de influência da cidade. Internamente a população bocacrense argumenta que no município existem “duas cidades”: a cidade alta (ou platô do Piquiá) e a cidade baixa. Isso é resultado da história e da localização do município que é: em 1890, é desmembrado de Lábrea, o território que viria a formar o município de Boca do Acre. O município originou-se na confluência dos rios Acre e Purus e recebeu este nome por Decreto-Lei, em 1938. Como margeiam o rio, as áreas são constantemente inundadas, e o então governador do Estado Coronel Valter de Andrade optou por transferir a sede do município para o Platô do Piquiá, sete quilômetros distante da sede antiga (a estrada possui a denominação de estrada do Piquiá), onde se desenvolveu uma nova

⁴⁷ E como o próprio autor ditou: “Esse novo tema de estudo não é apenas útil para se compreender o funcionamento da cidade como uma máquina viva, mas também para explicar, sob uma nova luz, as relações externas da cidade, seja com sua região de influência, seja como as outras cidades” (p.38).

área urbana⁴⁸ e para onde migraram todas as sedes de instituições governamentais e novas residências do município⁴⁹. Sendo assim, a pecuária *rio-várzea-floresta* possui conexão com a cidade baixa (antiga sede do município), desta forma sendo um circuito inferior; e a pecuária *estrada-terra firme-subsolo* possui conexão com o Platô do Piquiá, identificando-se como circuito superior⁵⁰. Mas, esta conexão não está ligada somente a localização das “cidades” e sim, ao mesmo tempo, as características dos circuitos que se desenvolvem nas respectivas áreas.

O Circuito Superior (SANTOS2008) apresenta características de tecnologia importada, capital intensivo, crédito bancário, grandes volumes de mercadorias, os preços são geralmente fixos, a noção de lucro é a manipulação de capital para a continuidade das atividades e a sua renovação em função dos progressos técnicos. Estas peculiaridades são as quais definem o médio e principalmente o grande produtor- exemplo a família Gardingo citada acima-, este que se localiza na cidade alta; área que, também, se encontra o FRIZAM.

As características do Circuito Inferior são de dependência do Superior. A tecnologia é de trabalho intensivo, as atividades são baseadas em dinheiro líquido, trabalham com pequenas quantidades de mercadorias, a noção de lucro não tem preocupação de acumulação de capital, tratando-se antes de tudo de sobreviver e assegurar a vida cotidiana da família. Peculiaridades que se encontram no pequeno produtor rural, residentes da cidade baixa, possuidores da pecuária *rio-várzea-floresta*.

As distinções destes circuitos podem ao mesmo tempo ser verificadas nas características dos agentes envolvidos nesse tipo de sistema produtivo. A tabela 4 mostrará as características dos produtores rurais entrevistados, onde poderá identificar à origem do proprietário, a localização de sua propriedade, a dimensão, a forma de aquisição da propriedade, as fases da pecuária com que trabalha (cria, cria, engorda), a taxa de abate de animais obtida. Sendo assim, um critério de categoria para os circuitos.

⁴⁸ A diferença do urbano na cidade é visível pelas residências e pelas estruturas de ruas.

⁴⁹ IDESAM, 2012.

⁵⁰ Desta forma ratifica-se a seguinte afirmação de Santos (2008) em relação aos circuitos:

A procedência dos produtos é bem mais exterior à cidade e à região, enquanto no comércio alimentar do circuito inferior as fontes de abastecimento são principalmente locais (p.87)

ORIGEM	Localização da propriedade	Dimensão	Forma de aquisição da propriedade	Fases da pecuária	A taxa de abate de animais obtida	Índice de produtividade
Paraná	Lábrea-AM	500 hectares as duas	Não houve financiamento em Banco. Comprada por dinheiro próprio	Trabalha as três fases	400 por ano	Grande
Boca do Acre-AM	Metade Lábrea e metade Boca do Acre	1700 hectares	Sem financiamento. Comprada por dinheiro próprio	As três fases	250 por ano	Médio
Campo Grande-MT	Boca do Acre. BR 317 Km 26	3 mil hectares	Dinheiro Compra à vista.	Engorda	Mil por ano	Grande
Boca do Acre-AM	Sul de Lábrea-AM	970 hectares	Comprada a Vista	Recria	200 por ano	Médio
Boca do Acre-AM	Entre Boca do Acre e Lábrea	6 mil hectares	Comprada a vista	Engorda	600 por ano	Grande
Santa Catarina	Sul de Lábrea-AM	600 hectares	Comprada a vista	Cria	Não abate só cria	-
Paraná	Boca do Acre	183 hectares	Comprou a vista	Cria e Engorda	120 por ano	Médio
Boca do Acre-AM	Boca do Acre	700 hectares	Comprou a vista	Recria	100 cabeças por ano	Médio
Minas Gerais	Sul de Lábrea	100 hectares	Troca	recria	variado	pequeno
Rio Branco-AC	Boca do Acre e Sul de Lábrea	Mil hectares	Comprada a Vista	Cria	250 por ano	Médio
Rio Branco-AC	Sul de Lábrea	100 hectares	Comprada a Vista	Cria	100 por ano	Médio
Boca do Acre-AM	Boca do Acre	500x2000	Financiada pelo Bradesco	Cria e Recria	30 por ano	Pequeno
Boca do Acre-AM	Boca do Acre	6x15	Comprada	3 fases	20 por ano	Pequeno
Matipó-MG	Lábrea	428 hectares	Comprada com recurso próprio	Engorda de fêmea	120 por ano	Médio

TABELA 4: Produtores rurais e suas propriedades: Se percebe que a maioria dos entrevistados são considerados médios e grandes produtores, classificação proposta pelo tamanho da propriedade e pela taxa de abates. Desta forma, se adequando ao critério do Circuito Superior de que trabalham com grandes volumes de mercadoria. Outra característica é que as propriedades se localizam entre áreas de Lábrea e Boca do Acre, em maior parte, na Flona do Iquiri. O número de entrevistados foram baixos, devido, a outros não contribuírem para a pesquisa; mesmo os entrevistados, não permitiram fotos de suas propriedades.

FONTE: Resultados obtidos no trabalho de Campo.

Toma destaque ainda, que apesar das diferenças nos circuitos, os produtores rurais bocarense em relação às práticas espaciais por eles realizadas, que apresentam como *unidade* em alguns requisitos, pois há dependência monopolítica deles em relação ao frigorífico-matadouro FRIZAM, para exportar a carne bovina; todos os produtores destinam os seus animais para o frigorífico, sendo a única alternativa de comercialização. O FRIZAM por sua vez realizou uma ação de antecipação espacial⁵¹, possibilitando tal dependência.

A *tensão* entre os produtores rurais e o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBIO) é outro requisito de *unidade*. O instituto tem por missão proteger o patrimônio natural e promover o desenvolvimento sócioambiental, ou seja, não pode desmatar, e os produtores rurais alegam que eles impedem o desenvolvimento da atividade bovina, pois, para cada hectare desmatado a multa é de R\$5.000.⁵² O pequeno produtor rural é o que mais sofre, pois, este não consegue renda suficiente para pagar a multa, e caso aconteça a infração, este é destinado à prisão. E com isso, para a sua saída, ele se encontrará obrigado a vender partes, ou o integral de sua propriedade, pois esta, como a dos médios e grandes produtores, se encontra numa região onde o preço do hectare varia de dois a três mil reais.⁵³

E para cessar o elemento do espaço *homem*, o produtor rural e sua intercambialidade com o FRIZAM é de comercialização, mas ocorre ao mesmo tempo em que o frigorífico é dependente dos produtores, pois eles possuem somente relações comerciais de compra da matéria-prima⁵⁴ (boi), para a produção de carne bovina e seus derivados. Apesar de não existir contrato com os produtores a dependência deles nesse processo produtivo se torna essencial.

O FRIZAM se apresenta, na classificação de elemento do espaço, como *firma* que tem como função essencial a produção de bens, serviços e idéias. Uma descrição dos serviços e da

⁵¹ Constitui uma prática que pode ser definida pela localização de uma atividade em um dado local antes que as condições favoráveis tenham sido satisfeitas. Trata-se da antecipação à criação de uma oferta significativa de matérias-primas ou de um mercado consumidor de dimensão igual ou superior ao limiar considerado satisfatório para a implantação da atividade (CORREA, p.39 2008)

⁵² Art 51: Destruir, desmatar, danificar ou explorar florestas ou qualquer tipo de vegetação nativa, ou de espécies nativas plantadas, em área de reserva legal ou servidão florestal, de domínio público ou privado, sem autorização prévia do órgão ambiental competente ou em desacordo com a concedida: (Redação dada pelo Decreto nº6686, de 2008). Multa de R\$5.000 reais por hectare ou fração. (Legislação ICMBIO)

⁵³ Como colocou Oliveira (1990) "... a terra, embora não tenha valor, tem um preço." (p.76)

⁵⁴ A expressão matéria-prima significa o conjunto das substâncias brutas necessárias a elaboração, pelo trabalho industrial, dos objetos fabricados. Cada série industrial específica- indústria metalúrgica, têxtil, alimentar – tem suas matérias-primas próprias. O problema do acesso às matérias-primas, da sua aquisição e do seu transporte é fundamental para cada tipo de indústria. (GEORGE, p.110 1983)

estrutura desta *firma* foi realizada no início deste capítulo no tópico *Circuito Espacial de Produção*, adequando as características apontadas por Santos (1995).

Como já identificado, o FRIZAM exerce suas funções no Circuito Superior, havendo uma maior proximidade com a pecuária de *estrada-terra firme-subsolo*, pois, se enquadram na distância máxima de aquisições de animais que é no raio de 250 Km. Até esta distância a responsabilidade de transportar a matéria-prima da propriedade até a indústria é da *firma*. Por este motivo, animais da pecuária *rio-varzêa-floresta* têm dificuldade de ser na indústria.

O FRIZAM é a constatação empírica de que o capital *monopoliza o território* (PAULINO, 2006), primeiramente porque com o número de firmas reduzido é fácil para a indústria entrar num acordo e impor um preço aos produtores. Segundo, porque como afirmam Calabi e Indovina (1973) o uso capitalista total do território deve ser analisado em relação ao processo de concentração do capital, e como afirma Santos (2008) o Monopólio e a Concentração, as duas situações tem a mesma filiação. E por terceiro, não é o número de firmas que controlam uma parte do mercado que caracteriza o monopólio, e sim o próprio controle. (SANTOS, 2008).

Apesar deste controle, esta firma não apresenta ações de *integração* como expressão de *intervenção capitalista*, como aborda Paulino (2006) para a avicultura. Esta define a *integração* como uma relação por partes que se combinam e se completam harmonicamente, indicando que as empresas monitoram diretamente a produção de matérias-primas que alimentam a indústria. O FRIZAM não faz este monitoramento direto, ocorre sim uma relação de dependência do *produtor-firma* e de *firma-produtor*, pois o boi é a fonte de lucro da firma, contudo, a *firma* espera a ação do IDAM para a vacina do animal, e espera que o próprio produtor atue para obter as equações de lucro que são de *qualidade, quantidade e preço*.

A *firma* tem a preocupação somente do avanço tecnológico que ocorre de modo acelerado, onde os investimentos não são decididos pelo tamanho do mercado, pois conforme aponta Santos (2008) ele se torna autônomo, porque as previsões no terreno são possíveis devido ao domínio das dimensões do mercado local. E como a firma FRIZAM enxergou em Boca do Acre um ponto instrumental para a existência produtiva da carne bovina, as condições técnicas e sociais se tornaram os fatores de localização da empresa, determinando uma *especialização territorial*.

Esta especialização é decorrente da produção de carne bovina, na qual, a demanda é destinada a Manaus. Contudo, o FRIZAM é uma empresa de Serviço de Inspeção Federal – SIF o que possibilita a circulação de seus produtos por todo o espaço territorial brasileiro, e como se diz entre os produtores: “do boi se aproveita até o berro”, esta firma também trabalha com a produção de farinha de ossos, com a venda do couro bovinos e venda de gordura (FIGURA 23), onde o destino, como já foi citado, são os estados do Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais. Sendo assim, esses produtos derivados são os que determinaram que o FRIZAM fosse “sifado”, pois, a carne bovina somente possui projeção estadual. Mas estes circuitos demonstram que o território está unificado pelo mercado (SANTOS, SILVEIRA, 2008).

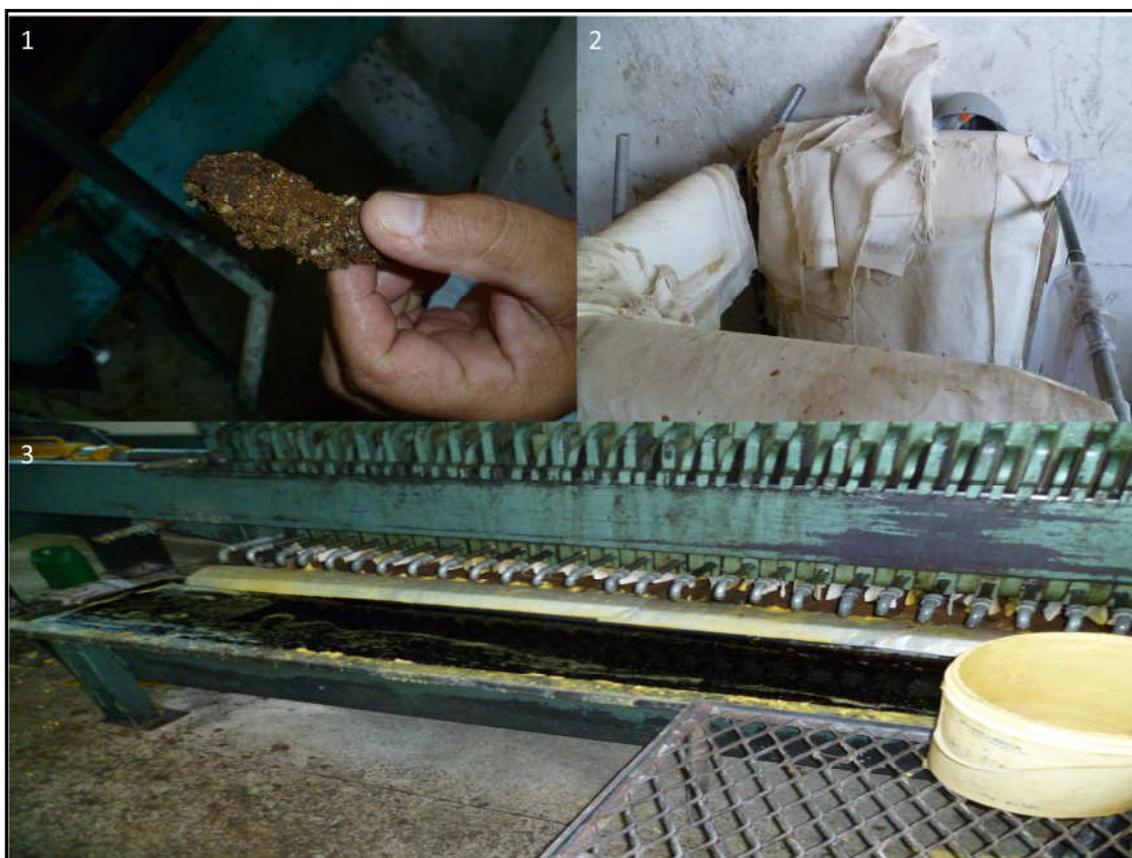


FIGURA 23: Produtos Bovinos derivados: 1) É a demonstração da produção da farinha de ossos, 2) a produção de sacos e panos dos couros bovinos e 3) é o armazenamento da gordura para sua venda.

FONTE: Máximo Alfonso Rodrigues Billacrês, 2012

A ocupação do FRIZAM em Boca do Acre obedece a uma lógica que não ultrapassa as fronteiras nacionais, mas incluem algumas áreas do espaço territorial brasileiro; por meio disto, a *firma* enfatiza a sua existência na produção e na circulação de seus produtos numa base territorial.

Esta base é constituída de complexos territoriais que constituem a base física do trabalho humano, denominado por Santos (1985) de *meio ecológico*. Este elemento do Espaço de Boca do Acre possui características de um espaço regional denominado de sub-região do Purus, as particularidades físicas locais bocacrense são: a Geomorfologia é caracterizada por uma depressão, denominada Depressão do Purus; a Pedologia é de Cambissolos; a Vegetação caracterizada por Floresta Ombrófila aberta aluvial, com áreas densas de dossel emergente. (Relatório do ZEE da Sub-Região do Purus, 2011)

Nesse espaço físico é que são materializados e geografizado o trabalho humano, as *infra-estruturas*, que posteriormente, Santos (1997) denominou de *Sistemas de Engenharia*. Assim sendo, estes dois termos serão considerados como sinônimos. Conforme o pensamento marxista (BOTTOMORE, 2001) as infraestruturas são as estruturas econômicas de uma sociedade, no qual, condiciona a existência e as formas do Estado e da consciência social (superestruturas). Esses elementos são formados pela sociedade a partir das bases materiais e das relações sociais que elas correspondem. Em Boca do Acre as relações sociais de produção estão ligadas estreitamente a pecuária bovina, isto pode ser observado pelo o uso da terra na sub-região do Purus, no qual o município se encontra (FIGURA 24). Boca do Acre, talvez, com exceção da capital Manaus, deve ser o município do estado do Amazonas que mais se integra ao restante da Amazônia e ao Centro-Sul do país, principalmente, pela BR-317.

Esta estrada se tornou um elemento do Sistema de Engenharia brasileiro no qual o FRIZAM com os seus recursos de capital se aproveita para escoar sua mercadoria para Manaus. Desta forma, indiretamente, o Estado financiou a implantação da indústria no local, pois a estrada surgiu primeiro, com o objetivo de modernização do espaço territorial brasileiro, e deliberadamente atraiu investimentos, que resultou no uso do FRIZAM.

A integração do município com o restante do país ocorre fortemente com os estados do Acre e Rondônia, estes acabam sendo uma extensão do processo produtivo da carne bovina, pois os fluxos de escoamento da produção e para o mercado em Manaus transcorrem por seus respectivos espaços estaduais, devido, a estrada federal BR317.

A *infraestrutura* como elemento do espaço, torna-se relevante no processo produtivo; porque dela ocorre à *circulação* da mercadoria – tanto a circulação da matéria-prima para a indústria, quanto da indústria para os mercados consumidores-, é por meio disto, que o capitalismo se expande. Então para circular no espaço é preciso produzir o espaço necessário para tal circulação, objetos fixos, que contribuam para os fluxos, “... pois, os fixos provocam

fluxos em função de seus dados técnicos, que são geralmente locacionais, mas também, em função dos dados políticos” (SANTOS, p.78 1997).

Após a definição dos elementos do espaço, é importante considerá-lo em três modos pelos quais ele é conceitualizado: como *espaço absoluto*, *espaço relativo* e *espaço relacional*. Como *absoluto* o espaço de Boca do Acre possui a área territorial de 21.951, 264 Km² e a sua distância em relação a Manaus por via fluvial são de 2.322 Km e por via rodoviária são de 1.653 Km; a carne que é transportada do município chega à capital entre oito a dez dias de viagem, por Rodovia até Porto-Velho e por via fluvial pelo Rio Madeira. Como *relativo*, afirma-se que Boca do Acre está mais próxima de Manaus do que de Rio Branco-AC e Porto Velho-RO que são grandes centros consumidores de carne, pois, em termos relativos espaciais a relação de Boca do Acre com Manaus existe enfaticamente, pelo fato de produção de carne bovina e abastecimento; isso ocorre, porque apesar de geometricamente está perto do Acre e Rondônia, a carne bovina bocacrense é toda destinada a Manaus. Isso lembra Dardel (2011) quando este expõe:

Que o espaço geográfico aparece essencialmente qualificado por uma situação concreta que afeta o homem, isso é o que prova a espacialização cotidiana que o espacializa como afastamento e direção. A distância geográfica não provém de uma medida objetiva, auxiliada por unidades de comprimento previamente determinadas. Ao contrário, o êxito de medir exatamente resulta dessa preocupação primordial que leva o homem a se colocar ao alcance das coisas que o cercam. A distância é experimentada não como uma quantidade, mas como uma qualidade expressa em termos de *perto e longe*. O que se está perto é o que se pode dispor sem esforço, o que está longe exige um esforço e implicitamente um desejo de se aproximar (p.9-10)

Como espaço relacional Boca do Acre se apresenta no centro do movimento como um todo do Circuito Espacial de Produção no qual está envolvido, onde seu conteúdo é representado pela carne bovina produzida, no qual se relaciona com diversos agentes sociais e com outros objetos envolvidos nos circuitos, como os recursos técnicos, recursos de capital, recursos físicos. Assim sendo é possível identificar e alocar os agentes envolvidos no Circuito Espacial de Produção de Carne Bovina de Boca do Acre à Manaus como será visto na figura 25; tornado empírico as inter-relações dos *recursos* do espaço apontados por Sanches (1991) e os itens do circuito apontados por Santos (1997), conforme fora demonstrado na figura 12.

O transporte um dos itens desta inter-relação será abordado no próximo tema, onde será identificado como essa carne bovina chega a Manaus e os impactos socioeconômicos desta ação.

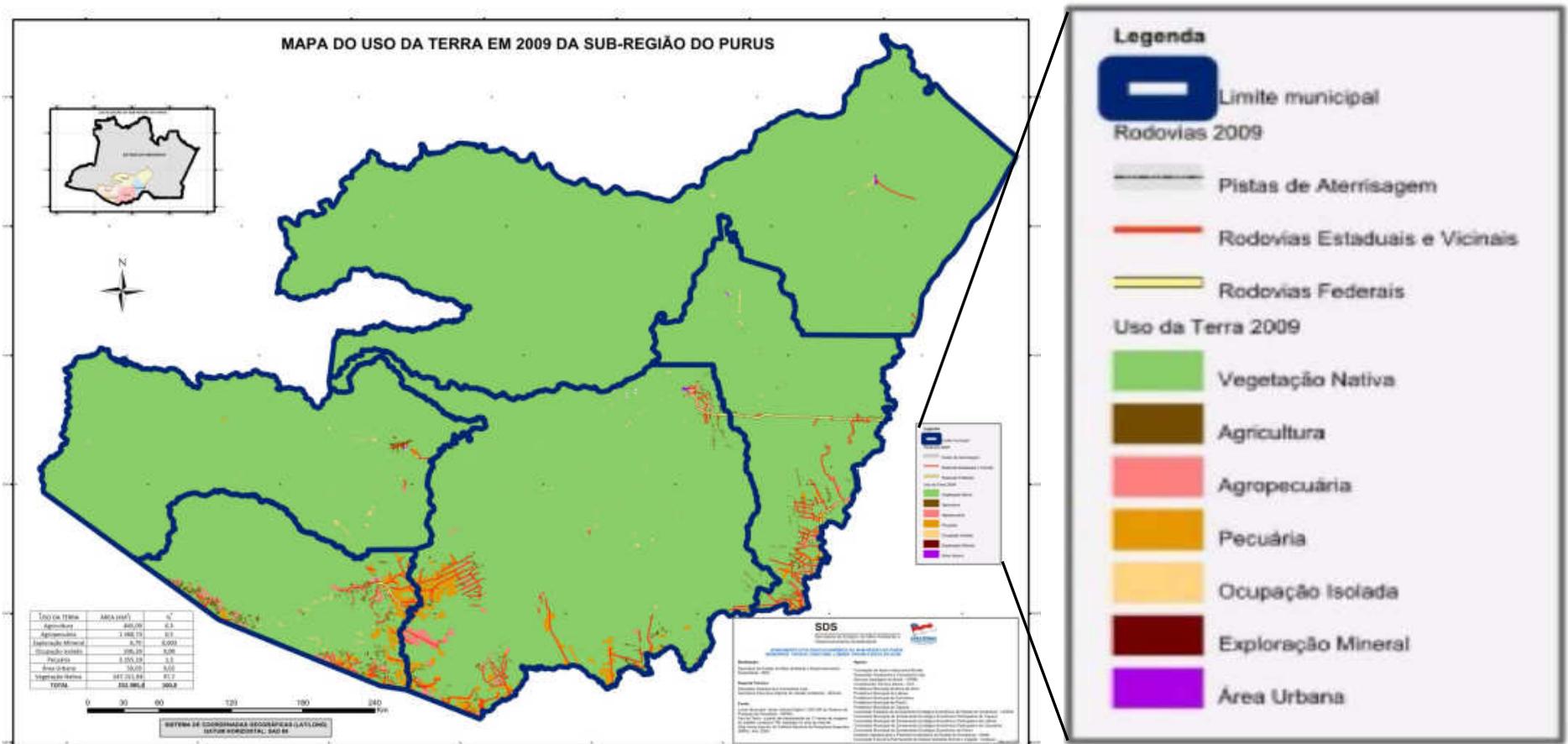


FIGURA 24: Mapa do uso da terra em 2009 da sub-região do Purus. Com destaque para o uso da terra em Boca do Acre, enfatiza-se, a relação social de produção estreita com a pecuária. O início do Arco do desmatamento tem início em Boca do Acre e Lábrea se estendendo até o Sul do estado do Maranhão. Por isso, a região do Purus precisa de uma definição de ordenamento territorial, pois é, uma fronteira de expansão, mas que ainda possui grandes extensões florestais.

FONTE: Relatório do Zoneamento Ecológico Econômico da Sub-Região do Purus.

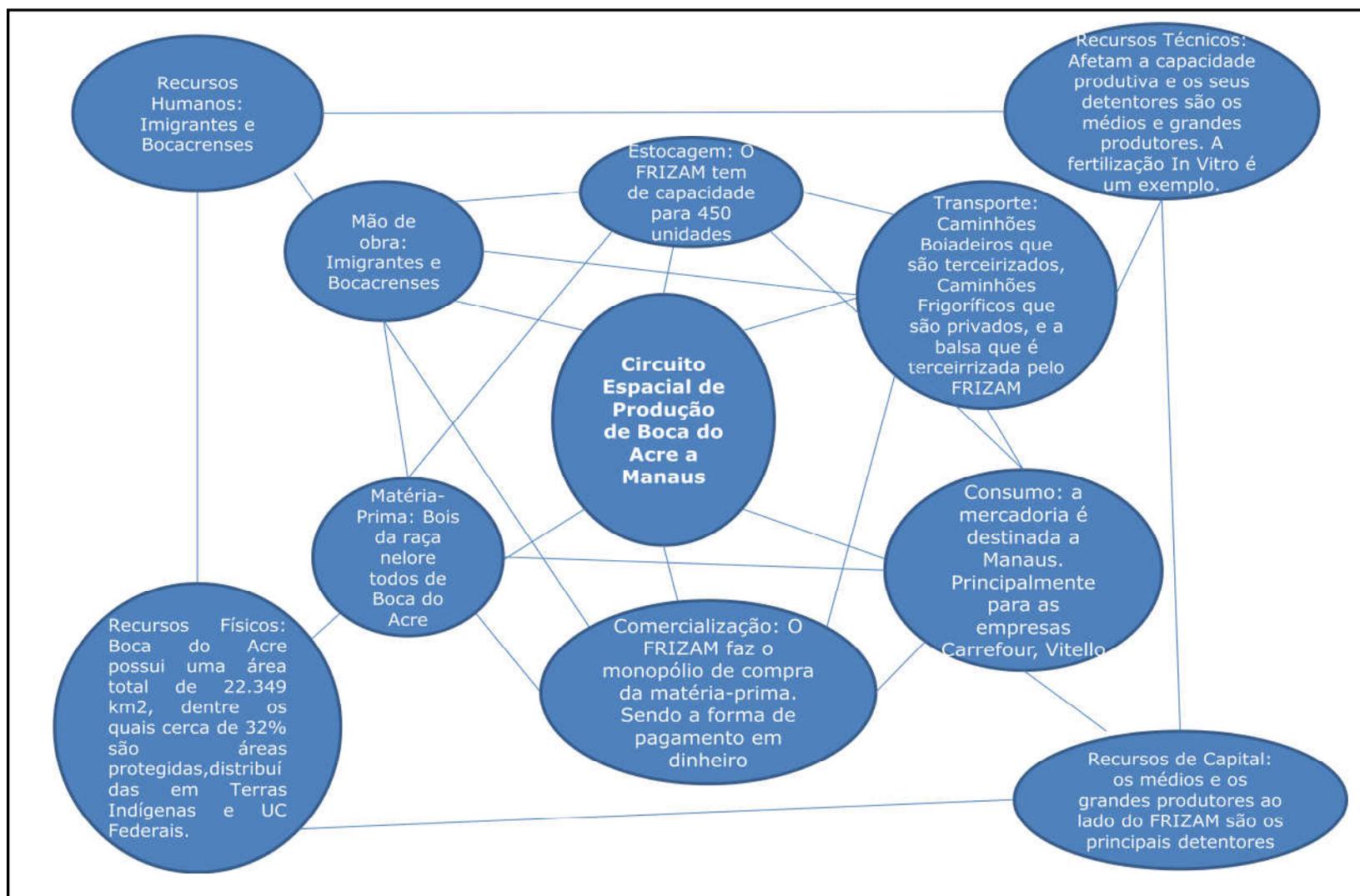


FIGURA 25: Circuito Espacial de Produção de Boca do Acre à Manaus: Como os circuitos produtivos ocorrem no espaço de forma desagregada, mas não desarticulada (Santos, 1985) esta figura demonstra este processo; a forma geográfica do processo produtivo de carne bovina destinada a Manaus, e como as formas geográficas possuem frações sociais se observa também seu *conteúdo*, nos quais, as *formas-conteúdos* de Boca do Acre são apresentadas acima. Demonstrando, ao mesmo tempo, a inter-relação dos *recursos* de Sanchez (1991) com os itens do *Circuito de Produção* de Santos (1997).

Org: Máximo Alfonso Rodrigues Billacrês, 2012

“A mão que leva a Carne à boca”: Um breve comentário sobre o transporte⁵⁵ de Boca do Acre à Manaus

A circulação é a dinâmica que irriga o espaço. Isto é, o processo de distribuição espacial ocorre em diferentes formas de circulação, no e pelos territórios e paisagens, além de ser o processo em que diferentes classes e grupos sociais se entrecruzam, ou onde as mercadorias concretizam relações (sociais, políticas, econômicas e culturais) mais amplas da espacialidade. A questão dos transportes não se limita aos termos da logística ou das técnicas/tecnologias utilizadas. A questão é política, ou melhor, no contexto da economia política dos territórios, isto é, a circulação como processo geográfico, pois envolve questões sociais e naturais; envolve apropriação, consumo, monopólio de infraestruturas, força de trabalho. Visto que é na circulação que se cria valor, pelo consumo de valor de uso transformado em valor de troca, o processo em que chega ao consumidor, ou um prolongamento do processo de produção, um aumento na escala da produção.

E o transporte sendo uma face da moeda da circulação se apresenta como um fator essencial do desenvolvimento e ordenamento do território, seja em nível local ou regional, pois é responsável pela circulação de pessoas e cargas desempenhando papel estratégico, para que as relações sócioespaciais e econômicas se desenvolvam com maior ou menor intensidade (BASTOS, 2006). Alguns autores como: Lacoste (2005); Brunet, Ferraz e Théry (2005); Clark (2003); Brand e Durousset (2007) apresentam em seus dicionários geográficos semelhanças em relação à definição de *transportes*. Onde se colocam primeiramente como o ato de *fazer mudar de lugar*, em segundo são definidos pela *natureza* do que é transportado, terceiro se caracteriza pelo *modo* de transporte utilizado e pelos *trajetos* seguidos pelos fluxos de transporte, quarto exigem infraestruturas para o deslocamento, pois, como colocou Harvey (2005) para superar as barreiras espaciais e “anular o espaço pelo tempo” criam-se estruturas espaciais, ou seja, para superar as barreiras espaciais se produz e organiza o espaço.

Estas características são os pilares para o objetivo desta atividade econômica que é de reduzir as distâncias (NOGUEIRA, 1999; BASTOS, 2006; BAVOUX 2005).⁵⁶ Em face disto,

⁵⁵ Devido aos nuances que envolvem as definições de “Geografia da Circulação”, “Geografia do transporte”, autores como SILVEIRA (2011) apresentam a “Geografia da Circulação, Transportes e Logística” como uma alternativa de deixar claro que o ramo do conhecimento geográfico tem como possibilidade estudar todas as ações relacionadas ao transporte, circulação do capital e a logística. Por questões metodológicas este trabalho, trata da *circulação* como movimento de mercadorias, o *transporte*, como *meio* (caminhões, barcos..) e a *logística* como uma capacidade de aceleração da circulação do capital. Lembrando que estes termos atualmente, devam ser analisados em conjunto.

a circulação aparece como uma necessidade extrema, substrato para a manutenção do modo de produção da forma como ele se estrutura e funciona na atualidade. (PEREIRA, 2009).

Esta atividade no circuito espacial de produção de Boca do Acre a Manaus, possui as seguintes características: existem dois modos de transporte, ou seja, um que leva a matéria-prima à indústria e outra que desloca a mercadoria ao consumo final (Manaus) (FIGURA 26). O primeiro especifica-se pelo fato de ser uma forma menos capitalizada de trabalho, sendo muito dependente de técnicas às vezes consideradas obsoletas, como o transporte de gado a pé, ou pelo caminhão Boiadeiro. O segundo, devido à crescente modernização, é voltada em particular às atividades muito específicas da produção, realizado pelo FRIZAM grande detentor de recursos técnicos e recursos de capital, sendo assim, o próprio transporte possui alta tecnologia, o caminhão frigorífico.

O primeiro modo de transporte (o caminhão boiadeiro) dá o contexto empírico para a seguinte citação de Santos (2008):

O transportador é chamado a desempenhar dois papéis distintos, ainda que o mesmo veículo possa servir sucessivamente a esses dois papéis. Por um lado, transportando mercadorias, o motorista do caminhão pode estabelecer a ligação entre as atividades dos dois circuitos e isso nos dois sentidos (...). Mas por outro lado, ele próprio pode tornar-se comerciante. Nesse caso, exerce diretamente uma atividade que pode inscrever-se num circuito econômico ou noutro. (p.41)

Isso porque o caminhão boiadeiro é uma atividade autônoma, sendo o transportador, o comerciante; é ele quem negocia o preço de seu trabalho que oscila dependendo da distância da mercadoria (matéria-prima), e se relaciona com o FRIZAM, com os pequenos, médios e grandes produtores rurais do local, desta forma se inscrevendo nos dois circuitos existentes em Boca do Acre. O segundo modo de transporte, não se encaixa nesse processo, pois ele já transporta a carne bovina, independente da origem da matéria prima, ele só transporta uma forma de mercadoria, se relacionado somente com o FRIZAM, pois é, o serviço da própria empresa.

E o trajeto deste é o seguinte: 1) Seguir na BR 317 (176 Km), 2) Uma curva acentuada à esquerda na BR 364 passando a primeira rotatória (473 Km) , 3) na rotatória pegar a 2º saída para a Avenida Gov. Jorge Texeira, isto já no Estado do Acre (3,7Km), 4) Na rotatória pegar a terceira saída para a Avenida dos Imigrantes passar por uma rotatória (2,9 Km), isto em

⁵⁶ É interessante como aborda essa questão Massey (2009): “Conquistar” a distância não aniquila, de forma alguma, o espaço, mas levanta novas questões sobre a configuração da multiplicidade e diferença (p.143)

Rondônia, 5) Na rotatória pegar a primeira saída para a rampa de acesso a estrada da balsa (89 m), 6) pegar a estrada da balsa passar por uma rotatória (800 m), 7) pegar a balsa Porto Velho-Manaus. (FIGURA 27).



FIGURA 26: Os modos de transporte: as figuras 1 e 2 é o caminhão boiadeiro. Ele possui a capacidade de 19 bois. E as figuras 3 e 4 é o caminhão frigorífico, este é privado pelo FRIZAM. Estes caminhões chegam a Manaus por meio de uma Balsa que encontram em Porto Velho e o valor médio pelo frete da Balsa é de R\$500/tonelada.

FONTE: Máximo Alfonso Rodrigues Billacrês, 2012

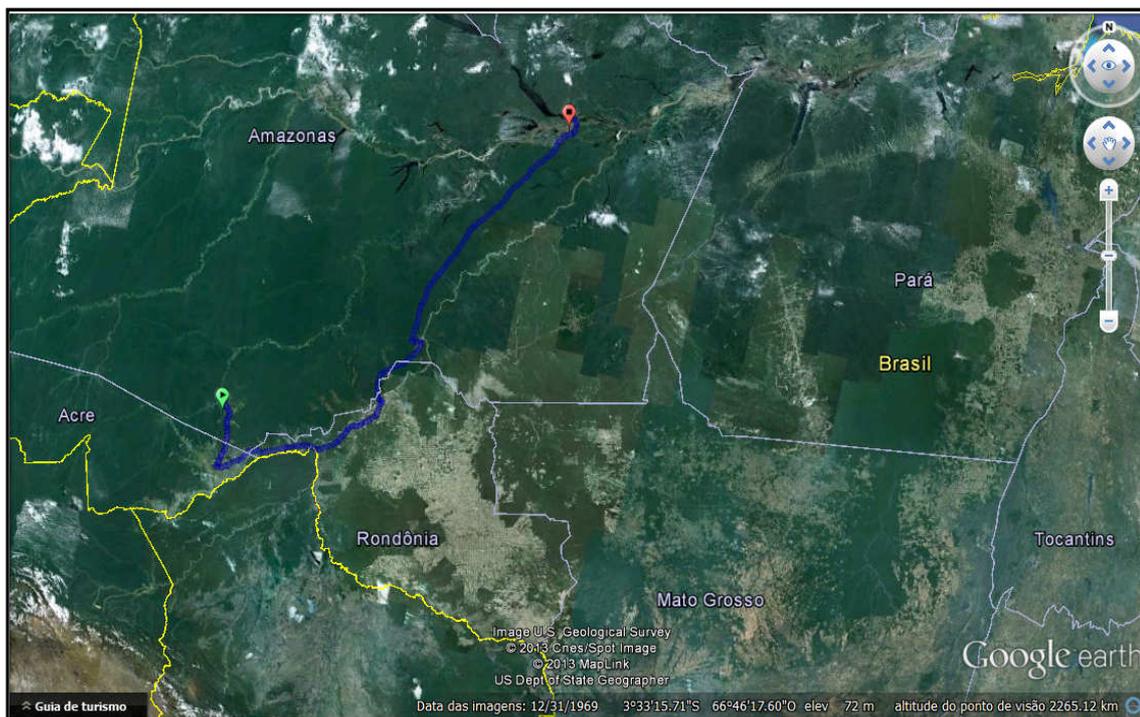


FIGURA 27: Trajeto de Boca do Acre a Manaus: Esta é a rota que a carne bovina percorre até chegar a Manaus. A duração do trajeto é de oito a dez dias.

FONTE: Google Earth

Em relação a BR 317 no trecho amazonense, 36 km não estão pavimentados. Sendo responsabilidade do Estado à manutenção da infraestrutura financiando indiretamente a implantação/sustentação das indústrias (SANTOS, 2008), o Governo Federal, por meio do Dnit, disponibilizará R\$ 74 milhões, enquanto o Governo do estado irá dispor R\$ 4 milhões, para a manutenção da rodovia.⁵⁷ Pois, existe uma maior consciência de que a precária infraestrutura dificulta cada vez mais o escoamento da produção. Consciência que talvez, os gestores antecedentes não tiveram, pois a construção da rodovia teve início em 1956 e a primeira obra de pavimentação ocorreu em 2002, porém, foi paralisada por falta de recursos financeiros; as obras foram reiniciadas no ano de 2008 e posteriormente no ano de 2011, incluído no Plano de Aceleração do Desenvolvimento. . Deste modo, ratifica-se a idéia de “arrefecimento” no setor de transporte, como propõe Silva Junior (2007), pois, a sociedade opera no espaço geográfico por meio dos sistemas de comunicação e transporte, mas este último, no que diz respeito à velocidade- no nosso caso de estudo- não possui grandes agregações. Neste sentido, a metáfora de “compressão do tempo-espaço”- no sentido que Harvey propôs- não se adéqua a realidade do circuito espacial de produção de carne bovina no

⁵⁷ http://acritica.uol.com.br/noticias/Amazonas-Manaus-amazonia-boca-povos-tradicionais-indigenas-do-acre-rio-branco-Audiencia-Publica-AM-indigenas-autoridades-BR-317-boca-acre-interior-amazonas_0_908309218.html

estado do Amazonas, pois, a metáfora dá a idéia de que com a superação das barreiras espaciais e a aceleração do ritmo da vida, todas as relações sociais se enquadram num determinado tempo, ou seja, um tempo instantâneo, contudo, as relações sociais e os tempos sociais oscilam conforme o espaço, com isso, não se pode dizer que o circuito produtivo da carne bovina de Mato Grosso é o mesmo do circuito produtivo do Amazonas.

Voltando a discussão dos modos de transporte, em relação aos Caminhões Friogoríficos do FRIZAM, acredita-se que a empresa privatiza este setor, por ela possuir projetos logísticos objetivando a otimização do setor produtivo, na circulação da mercadoria. Pois, como coloca Silva Junior (2007) os fluxos não são apenas produzidos ou “criados” como colocou Santos (1996), mas, também, são controlados, pois:

A circulação também assegura a produção, pois, a produção circula antes mesmo de ser produzida. A necessidade de consumo, as demandas, a formação de preços, a especulação, a financeirização, o mercado de capitais, entre outros fatores, tudo isso junto, são dados da norma que nos autoriza afirmar que a circulação assegura a produção no atual período histórico (SILVA JUNIOR, p.138 2007).

E o FRIZAM se enquadra num momento histórico que o aumento da competitividade altera os motores dos circuitos produtivos, onde o processo de *produção-circulação-consumo* é compreendido cada vez mais pela logística, pois, esta serve para o aumento da velocidade e eficácia, mas também, para a redução de custos⁵⁸. Como argumenta Silveira (2011):

Por que a diminuição do tempo e dos custos, um dos atributos planejados pela logística, é fundamental para a concorrência intercapitalista? A empresa que utilizar melhor a logística acelerará a circulação do capital e terá maior lucratividade a ponto de ganhar a concorrência intercapitalista (...) Desse modo, a diminuição do tempo de percurso e a eficiência no transporte aumentam os lucros e diminuem os custos de produção (redução do ciclo do pedido até a entrega) (p.56)

Nesse sentido, o transporte existe para cumprir uma exigência de mobilidade (RODRIGUE, 2009); que permitir a criação de fluxos materiais e imateriais muito mais do que no sentido de estruturas sociais, econômicas e políticas. O transporte de carne bovina de Boca do Acre à Manaus nos informa que a capital ainda é o principal mercado consumidor do produto no estado do Amazonas, devido a maior intensidade de comércio no local, concentração das maiores empresas do setor alimentício; fatores este que colocam Manaus

⁵⁸ Para analisar de forma mais profunda ler os dois artigos de SILVA JUNIOR: 1) Logística: em busca de uma conceituação para a Geografia. Caderno Prudentino de Geografia, v. 29, p. 33-53, 2007. 2) A circulação como um dos fundamentos do Espaço: Elementos para a busca de um conceito. Revista Geografia e Pesquisa, Ourinhos, v.1, n.1, p.125-140, 2007.

como força centrípeta (emprestando o termo de Krugman, 2002) para a carne bovina. Sendo assim, ocorrendo à integração dos diferentes espaços de ocupação humana (FREITAS, 2011), o *espaço de produção* (Boca do Acre) e o *espaço de consumo* (Manaus).

A integração dos espaços de Boca do Acre e Manaus demonstra o alargamento do mercado que deixa de ser com áreas próximas, para ser também com áreas consideradas distantes, sendo resultado da expansão da economia capitalista que se efetivou devido aos avanços no meio de transporte. Contudo, o transporte, que integra estes espaços no Amazonas, apresenta uma singularidade, onde o fluxo fluvial é quase que exclusivamente a única modalidade de transporte para o Estado (NOGUEIRA, 1999). O transporte de carne bovina apresenta a peculiaridade de ser intermodal, ou seja, é rodoviário até Porto Velho e de lá é por hidrovia, por meio de balsas, onde são alocados os caminhões frigoríficos do Frizam até Manaus.

O que se propõe, por meio de análises empíricas, em nosso estudo é que a relação do Estado ou do governo estadual, com o transporte no Amazonas deva ser na montagem de infraestrutura para a circulação das mercadorias (no nosso caso a carne bovina). Pois, o espaço é socialmente produzido com estruturas próprias de suas funcionalidades que correspondem ao modo de produção, mas isso acontece com a presença de sujeitos (sociais, econômicos, políticos) com os seus interesses de classe. Nesse caso, de forma ampla e até mesmo genérica, as estruturas para além de tempo ou logística são as condições de existência e de reprodução do setor produtivo. Com isso, o transporte é um componente indispensável da economia e desempenha um papel importante nas relações espaciais entre as localidades. (RODRIGUE, 2009).⁵⁹

No Amazonas o transporte fluvial, tanto de cargas como de pessoas, ainda que de modo rarefeito, é que articula o estado com o mercado nacional e internacional, neste sentido, a criação de estruturas, no nosso caso portuárias, favoreceriam as condições no sistema produtivo. Pois, o transporte de carne bovina, de nosso estudo (Boca do Acre à Manaus) aparece como viscosidade, integrante do espaço de lentidão, isto devido à duração do trajeto da mercadoria até o consumo em Manaus, corolário da precária infra- estrutura.

Assim sendo, o transporte de carne bovina, identifica-se como um transporte intermunicipal, pois há relações entre Boca do Acre e Manaus; transporte rodo-fluvial (por ser

⁵⁹ It is an indispensable component of the economy and plays a major role in spatial relations between locations (RODRIGUE, 2009).

Rodoviário e Fluvial), em caminhões-frigoríficos e em Balsa – tercerizado pelo FRIZAM, as infraestruturas (ou sistemas de engenharia) são as rodovias BR 317, BR 364 e as hidrovias: Rio Madeira e Rio Amazonas.

Desta forma, confirma-se a importância dos transportes: “ First, transport infrastructures, terminals, equipment and networks occupy an **important place in space** and constitute the basis of a **complex spatial system**. Second, since geography seeks to explain spatial relationships, transport networks are of specific interest because they are the **main support of these interactions**”¹⁸ (RODRIGUE, 2009)⁶⁰.

O próximo capítulo apresentará a discussão das redes geográfica (relacionados a bovinocultura) que Manaus está inserida, apresentando os motivos que levam a sua inserção em tais relações. Com isso, tendo uma visão mais ampla dos transportes que envolvem tal ação na circulação da mercadoria.

⁶⁰ Em primeiro lugar, as infraestruturas de transportes, terminais, equipamentos e as redes ocupam um **importante lugar no espaço** e constituem a base de um **sistema complexo espacial**. Em segundo lugar, uma porque eles são o **suporte principal dessas interações**. (Tradução do autor).

CAPÍTULO 3

MANAUS E SUAS REDES

Os movimentos no espaço, de qualquer natureza, constroem, remodelam, recriam, formas e conteúdos que interligam os lugares e demonstram as conectividades espaciais. Lamalière e Staszak (2000) responsabilizam diretamente a *heterogeneidade* do espaço pelos movimentos de pessoas, de serviços e de produtos, em que colocam a economia dos serviços, pessoas e produtos em forma de circuito, onde dois sujeitos (produtor e consumidor) não conseguem/não podem se encontrar no mesmo lugar, ou no mesmo momento. Entretanto, as ações destes agentes se reduzem a *eixos* e *cruzamentos* que constituem uma rede, que deslocam bens, pessoas e informações. A espessura dos movimentos contemporâneos que são bastante acelerados acarretam a produção de fixos espaciais para uma maior intensidade dos fluxos, que se tornam dependentes da infraestrutura de transportes e da atuação das redes; que por sua vez, não são somente elementos de um *mundo-como-exposição*, mas que apresentam em seus conteúdos uma realidade geográfica (emprestando o termo de Cholley 1964) que pode ser definida e delimitada. Dessa forma, a rede pode ser analisada de forma genética e/ou atual, como aponta Santos (1996, 2012). Onde a primeira é um processo e, a segunda é um dado da realidade atual.

Em busca de uma definição de *redes* em dicionários geográficos, as semelhanças que encontramos na definição são: de um sistema de rotas de interconexão, que permite a transferência de um centro para outro são feitas de *nós*, e as ligações são as rotas ou os serviços que as conectam (MAYHEW 2009; CLARK, 2002). Por sua vez, Lacoste (2005) dá ênfase à construção de fixos (infraestruturas) que correspondem e abarcam a totalidade do território; neste sentido, possibilita um paralelo com a definição de Santos (2012) que enquadra as *redes* em dois grupos: 1) de qualidade material e 2) de um dado social. A primeira é toda infraestrutura, permitindo o transporte de uma matéria, de energia ou de informação, e que se inscreve sobre um território, onde se caracteriza pela topologia dos seus pontos de acesso ou pontos terminais. A segunda é social e política pelas pessoas, mensagens e valores que a frequentam. Dias (2008) por sua vez, de modo simplificado, coloca a rede como um instrumento que permite duas estratégias: Circular e Comunicar.

Já Corrêa (2005) coloca a compreensão da rede como um conjunto de localizações geográficas interconectadas “entre si” por certo número de ligações; este conjunto pode ser constituído por uma sede cooperativa de produtores rurais, como ligações materiais e imateriais que conectam a sede de uma grande empresa. Há, em realidade, inúmeras e

variadas redes que recobrem de modo visível ou não a superfície terrestre. E propõe que se analisem as redes na dimensão organizacional, temporal e espacial que não estão dissociadas. A organizacional refere-se à configuração interna da entidade estruturada, abrangendo agentes sociais, origem, a natureza dos fluxos, função e finalidade da rede, a sua existência e construção e sua formalização e organicidade. A dimensão temporal envolve a duração da rede, a velocidade com que os fluxos nela se realizam. A escala, a forma espacial e a conexão são as características que constituem a dimensão espacial da análise das redes geográficas.

Com todo este arcabouço teórico, torna-se imprescindível uma definição de rede da carne bovina, na qual Manaus está inserida. Esta rede se define, primeiramente, pelo deslocamento da carne bovina ou de sua matéria-prima, e por um conjunto de fixos naturais e construídos, sendo o transporte intermodal o principal veículo de deslocamento, no qual, é constituído por produtores rurais, grandes empresas (FRIZAM, Amazon Boi, ManausFrigo) possuindo ligações materiais (Boi Vivo, Carne bovina) e imateriais (econômicas, políticas e sociais) que interconectam Manaus a localizações geográficas das mais diversas, pois há inserção de Manaus a variadas redes.

Em nossa análise classificamos três redes de carne bovina com que a capital amazonense está inserida: a rede *mais que direta*, a rede *direta* e a rede *indireta*. Cada uma possuindo suas especificidades e poder, pois “Toda rede é uma imagem do poder ou, mais exatamente, do poder do ou dos atores dominantes” (RAFFESTIN, 1993). A rede *mais que direta* é a que corresponde ao deslocamento da matéria-prima, para o lugar central, onde vai ser transformada em produto para ser consumida, neste mesmo local. Isto é, a matéria-prima é exportada do local A para o local B, e no local B ela é transformada no produto para ser consumida no próprio local B. No nosso estudo o empírico é demonstrado nas figuras 7 e 8 no capítulo 2, onde apresentamos locais de origem e densidade de bois vivos para serem abatidos em Manaus, pelo Matadouro-frigorífico Amazon-Boi. Como toda rede é carregada de informação, esta informa que o agente detentor de poder é o que está envolvido na circulação, o *marchante* ou o *marreteiro*. Como o Amazon-Boi é um matadouro-frigorífico que “empresta serviço”, este não possui responsabilidade do transporte que chega para ser abatido, nem da carne que foi abatida e vendida, ou seja, o Amazon-Boi só possui a encargo de abater o boi. O marchante se apresenta como o comerciante de circulação atuando como comprador do bovino do produtor rural e pagando o frigorífico para abater os animais⁶¹, e do

⁶¹ No plural, pois, eles possuem um número mínimo de animais que são de 15 a 20.

boi abatido ele comercializa a carne para comércios de atacado e varejo (Carrefour, DB, Vitello e restaurantes) sendo o transporte de total responsabilidade do Marchante. Outra forma de atuação do marreteiro é que ele compra o animal no frigorífico, ele escolhe o boi no curral, paga o animal ao frigorífico ou ao produtor que lá se encontra, paga pelo abate e comercializa. E por fim, ele atua também, somente na comercialização do produto final (a carne), sendo esta com preço mais elevado, devido os gastos no abate e de armazenamento até a comercialização do produto ser concluída.

A rede *direta* é a que corresponde ao deslocamento do produto final, ou seja, o local “A” transforma a matéria-prima no produto final e desloca este ao local “B” para ser consumido. Em nosso estudo, isto é exemplificado pelo o que ocorre em Boca do Acre, que é detentor do maior rebanho de bovinos do estado, que são abatidos no próprio município pelo Matadouro-Frigorífico Frizam, e que exporta o produto final (carne bovina) para Manaus. As informações que esta rede possui foram apresentadas no capítulo 2, mas de forma sintética são apresentadas na figura 28 no qual demonstrará um paralelo da Formação Sócio-Espacial com as combinações Sócio-espaciais no mercado de Carne Bovina de Boca do Acre à Manaus; o paralelo com as Combinações ocorre, pois, as redes assim como elas (Combinações) nascem, evoluem e morrem⁶². O agente detentor de poder nesta rede são as empresas que se localizam onde estão às matérias-primas, em nosso caso o FRIZAM, pois, além de monopolizar territorialmente Boca do Acre, ela é possuidora dos meios de circulação do produto, e mais, é a que comercializa o produto final com terceiros, localizados em Manaus. Possuindo a característica de detentora de recursos de capital e recursos técnicos e tecnológicos. Com isso, torna-se explicável a ausência do marchante nesta rede.

⁶² As combinações mostram que em todos os casos ocorre a concentração de vários fatores e que são interdependentes uns aos outros, dando ênfase que o objeto da Geografia não é uma parte da superfície terrestre separadamente, mas uma combinação de todos. Elas também respondem assim as medidas bem determinadas, com relação aos espaço e ao tempo: é este duplo caráter que garante a sua originalidade (CHOLLEY, 1964). As relações com o Espaço e o Tempo tornam aceitáveis as relações com as redes. Desta forma, sendo concreto a classificação e análises das redes em genética e atual.

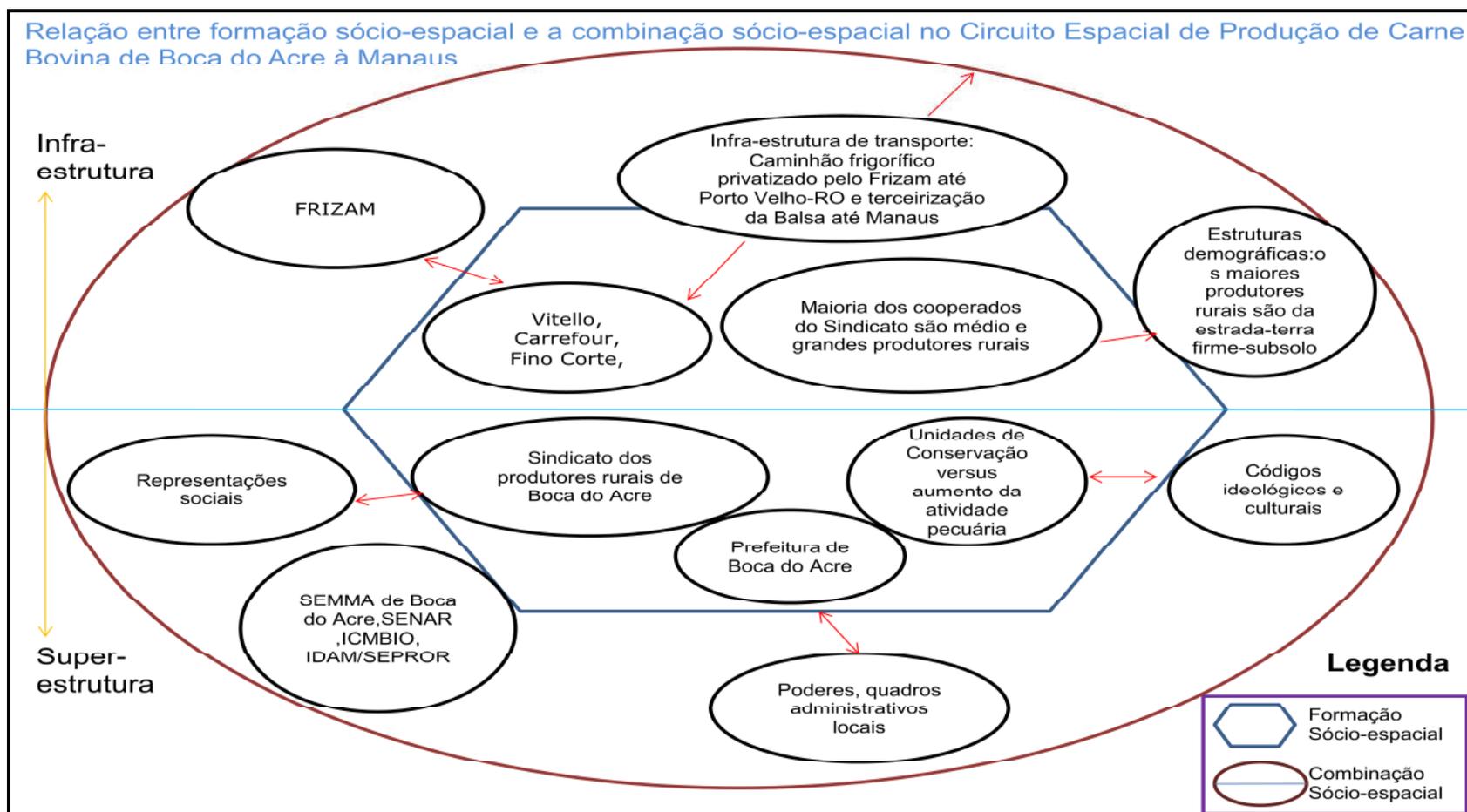


FIGURA 28: Relação entre Formação Sócio-espacial e combinação sócio-espacial do Circuito Espacial de Produção da Carne Bovina de Boca do Acre à Manaus. Adaptado de Guy Di Meo (1998), demonstra de forma resumida a dinâmica de Boca do Acre à Manaus com relação ao mercado de carne bovina, analisado no capítulo 2.

ORG: Máximo Alfonso

E por fim, a rede *indireta*, esta também desloca o produto final, entretanto, precisa de um terceiro local que transforme a matéria-prima no produto e exporte esse para o consumidor final. A matéria-prima do local “A” vai para o local “C” que transforma o produto final e exporta para o local “B”. No nosso caso, este é exemplificado na circulação de diversos animais destinados a Iranduba, que pelo Manausfrigo produz a carne bovina e destina a Manaus (FIGURA 29 e 30). Não se obteve muitas informações sobre os detentores de poder nesta rede⁶³, acredita-se que os frigoríficos e os marchantes são “os poderosos” neste caso; o Manausfrigo, como o Amazon Boi, localizado em Manaus, possuem o certificado de Serviço de Inspeção Estadual (SIE), podendo ser também, um “presta serviço”⁶⁴, tornando-se possível a presença do marreteiro. Nesta classificação das redes de carne bovina que Manaus está inserida, observa-se como o fator *Circulação* é essencial nas relações espaciais, onde os detentores de poder são os que agem neste fator. Ratificando que “É indispensável pôr a produção em movimento. Em realidade, não é mais a produção que reside à circulação, mas é esta que conforma a produção” (SANTOS, p.257 2012).

Toda rede em sua essência está ligada ao sentido de *Poder*, que de uma forma ou de outra, “se cristaliza num lugar” (RAFFESTIN, 1993). Este lugar, por sua vez, se apresenta como centralidade, não como uma noção geométrica, mas como uma coletividade de ações criadoras de relações. Observa-se que na nossa classificação de rede, Manaus se apresenta como este lugar central. Podendo, talvez, classificá-las como rede dentríticas, como aponta Lobato (2005), devido: a origem colonial, valorização dos territórios conquistados pela capital europeu, por ser talvez uma “Hinterlândia”, por ser uma cidade de localização, cujo ponto inicial de penetração do território é sua porta de entrada e saída. Mas, por questão de método à consideração em rede dentritica, em nosso caso apresenta-se como equivocada, vaga, devido ao movimento histórico, com a presença da evolução de tecnologias e, por nós encontrarmos no período meio-tecnico-científico-informacional, desta forma, qualquer espaço detentor de recursos de capital, técnicos, tecnológicos, se apresentam como lugar central, um lugar com poder cristalizado; neste sentido, qualquer espaço detentor destes recursos podem ser a entrada e a saída de um território. Cabe ressaltar, que não estamos repudiando a história, não sendo a-históricos, mas enxergamos a historia em movimento, não como algo já consolidado.

⁶³ Devido, o matadouro-frigorifico não disponibilizar um horário para as entrevistas.

⁶⁴ Usa-se este termo para designar frigoríficos-matadouros que não possuem responsabilidade com o transporte da matéria-prima e nem do produto final, sendo contatados somente para abater os bovinos.

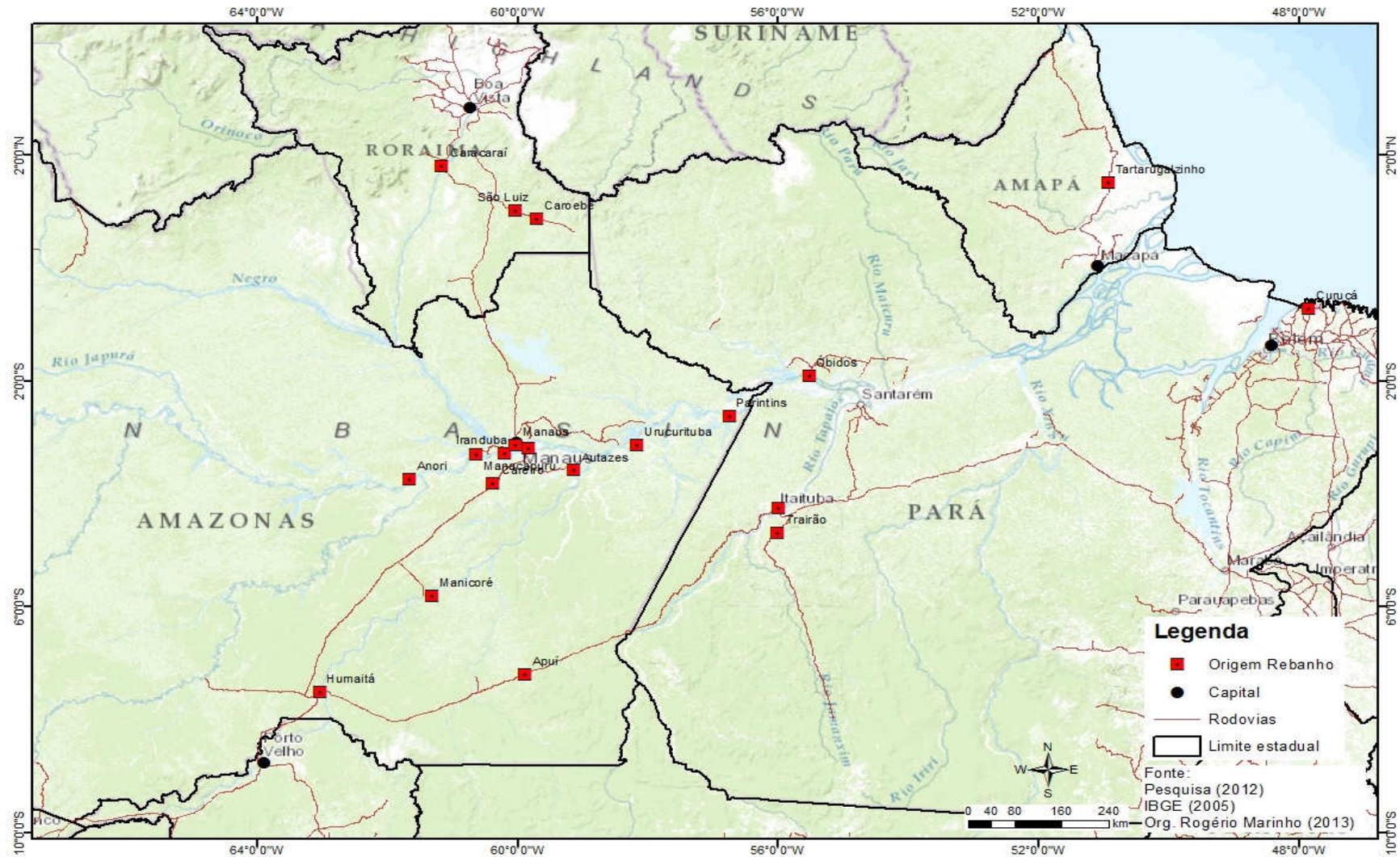


FIGURA 29: Origem dos bovinos abatidos em Iranduba, 2011.

Fonte: Dados obtidos em trabalho de campo.

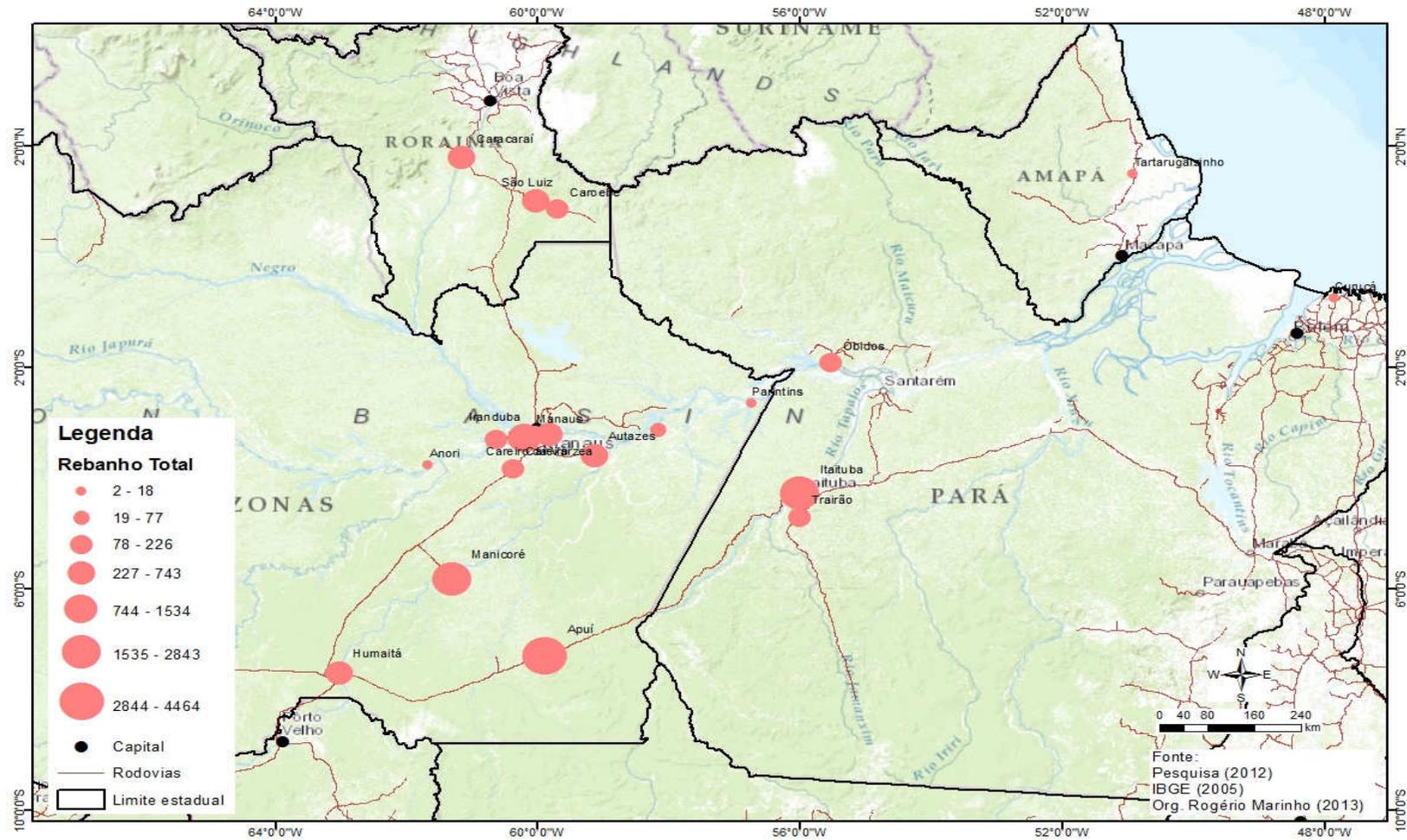


FIGURA 30: Quantidade de bovinos destinados a Iranduba,2011

Fonte: Dados obtidos em trabalho de Campo

Desta forma, no nosso caso, Manaus se coloca como centralidade e com poder por ser uma capital numa estrutura federalista, baseando-se em Raffestin (1993) a capital ao simbolizar a centralidade de uma configuração política, estabelece ao mesmo tempo uma marginalidade, completa ou de parte daquilo que a contorna. E Manaus por possuir tal característica, concretiza materialmente as tendências políticas, econômicas e sociais, ou seja, é quem possui os maiores recursos de capitais, técnicos e tecnológicos, com isso, impondo as suas decisões.

Cabe lembrar que as lógicas de localização são tendências para dois tipos de força espacial: Centrífugas e Centrípetas. E as redes são ao mesmo tempo concentradoras, dispersoras e condutoras destas forças (SANTOS, 2012). A preocupação com as lógicas de localização não é nova, Perroux (*apud* ANDRADE, 1987) é um exemplo, e mais recente Krugman (*et all*, 2002).

Fazendo um paralelo de ambos, Perroux (*apud* ANDRADE, 1987) parte do conceito de espaço econômico para concluir que o desenvolvimento não se propaga de forma difusa pelo espaço, mas que se concentra em certos pontos criando um desequilíbrio em relação as áreas vizinhas, propagando-se, posteriormente, a partir desses núcleos pelas diversas áreas.

Krugman (2002) parte do entendimento da geografia econômica, enxergando o espaço geográfico- o estudo de onde a atividade econômica ocorre e por que- para enfatizar a interação de três níveis: retornos crescentes, custos de transporte e os movimentos de fatores produtivos aplicados a assuntos relativos a economia regional, urbana e internacional; para formular uma nova teoria de geografia econômica, que se define pela necessidade de explicar as concentrações populacionais e da atividade econômica: a distinção entre regiões industriais e agrícolas, a existência de cidades e o papel das aglomerações. De maneira que todas essas concentrações se formam e sobrevivem, devido, a algum tipo de economia de aglomeração, onde a concentração espacial em si cria o ambiente economicamente favorável que sustenta uma concentração ainda maior ou continuada.

A semelhança de Perroux e Krugman está na relevância que ambos dão na visualização econômica das atividades no/pelo espaço (de forma implícita no economista francês e explícita no economista estadunidense).

Entretanto, Perroux se preocupa com a concentração espacial, a idéia de região polarizada, o poder de atração que uma cidade exerce em torno da área que cerca. Sendo o

pólo de crescimento que surge, o aparecimento de uma indústria motriz; a grosso modo, para o economista francês, o pólo é sempre o ponto que exerce uma influência sobre uma região, admitindo que este tem que ser canalizado por estradas, por caminhos que liguem a área polarizada e pólo.

Krugman (2002), por sua vez, tenta responder duas questões: 1) Quando a concentração espacial da atividade econômica é sustentável? Sob que condições as vantagens criadas por tal concentração, se elas de algum modo existirem são suficientes para mantê-la?; 2) Quando um equilíbrio simétrico, sem concentração espacial, é instável? Sob que condições as pequenas diferenças entre os locais se desenvolvem em diferenças maiores ao longo do tempo, fazendo com que a simetria entre locais idênticos se quebre espontaneamente? Ele aponta que as respostas destas perguntas dependem do equilíbrio entre forças centrípetas-forças que tendem a promover a concentração espacial da atividade econômica-, e forças centrífugas que se opõem a tal concentração.

Assim sendo, enxergamos que a diferença essencial de Perroux e Krugman é que o primeiro aborda e se preocupa somente com as questões de concentração, por meio da indústria motriz (força centrípeta no pensamento de Krugman), causadora do desequilíbrio de desenvolvimento. Já Krugman é uma abordagem mais ampla que a de Perroux, pois além de analisar a concentração (forças centrípetas), ao mesmo tempo se preocupa com os fatores que se opõem a concentração (forças centrífugas), analisando como a economia capitalista se desenrola dependendo do equilíbrio destas forças.

E qual a aplicabilidade disto em nosso estudo? Primeiro, a noção de pólo como área de atração, que é o caso de Manaus, nas redes de carne bovina, onde as forças centrípetas, como: município com a maior população do Amazonas com 1.802.014 de habitante, número elevado de pontos de comércio de atacado e varejo; número alto de restaurantes, com serviços de rodízio. se tornam as condições para tal concentração.

Além do que, como cada rede é concentradora, dispersora e condutora destas forças, acredita-se que os três modelos das dinâmicas de regiões de Krugman (2002) se entrelaçam com a nossa classificação das redes de carne bovina que Manaus está inserida, obviamente cada uma com sua particularidade (FIGURA 31).

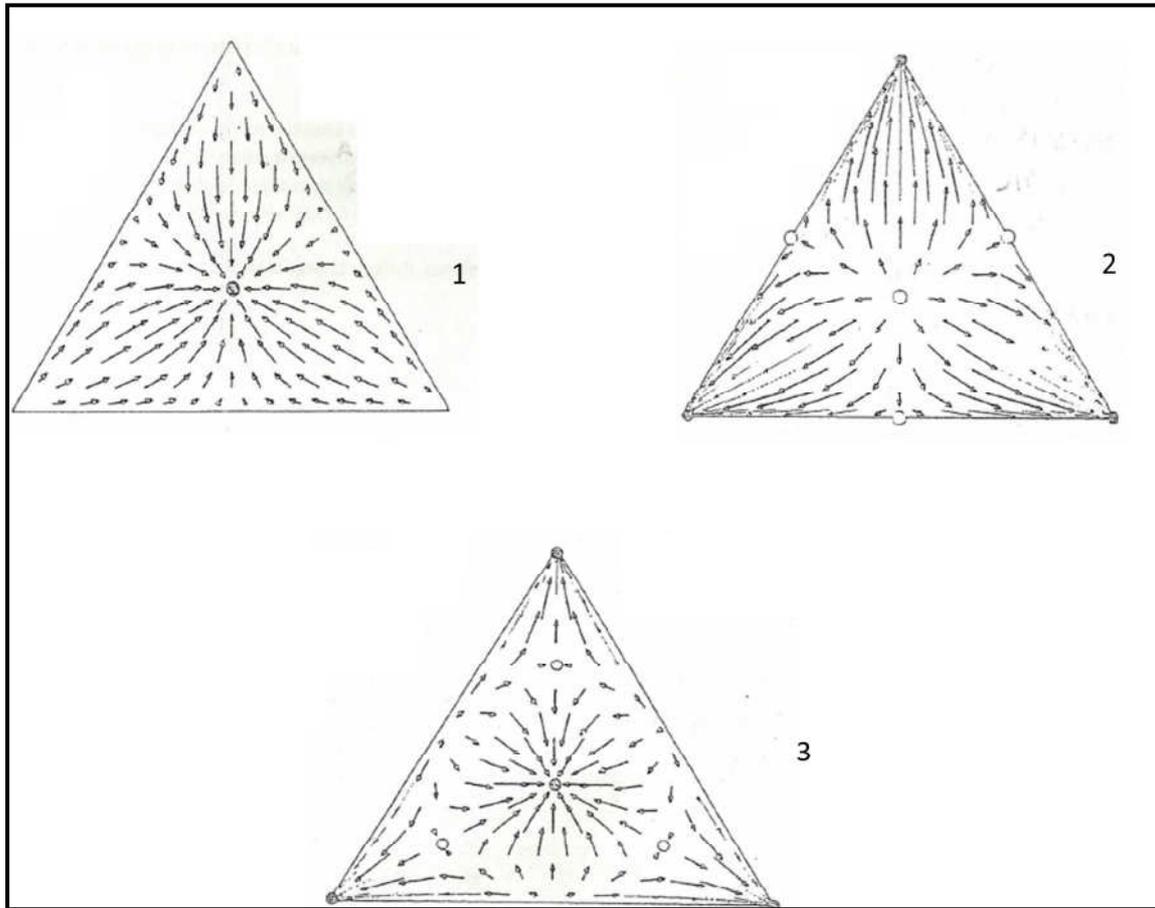


FIGURA 31: A dinâmica das regiões de Krugman (2002)
FONTE: FUJITA, KRUGMAN, VENABLES (2002)

Analisando-as pela atividade de transporte, pois, a essência destas forças se explica por este requisito, temos a seguinte exposição: No modelo 1 Krugman o utiliza para explicar os altos custos do transporte, expondo um equilíbrio estável; no nosso estudo esta ilustração se adéqua para ilustrar o movimento da *rede direta*. Devido a privatização do transporte que o FRIZAM exerce (com os caminhões frigoríficos), apresentando um projeto de logística para a otimização dos custos, sendo assim, possibilitando que o destino da carne bovina seja destinado a Manaus, sendo a capital amazonense neste modelo o pólo de atração. Outro fator para estabilidade desta rede é o fato da ausência do Marchante. Com isso o Frizam não possui concorrência no transporte da mercadoria

No modelo 2 Krugman o utiliza para explicar os baixos custos do transporte, onde a divisão é instável. Em nosso estudo, esta ilustração serve para exposição da *rede mais que direta*. Esta instabilidade se deve aos seguintes fatores: a) presença do marreteiro, b) o frigorífico-matadouro não possui a responsabilidade com o transporte; o Amazon Boi se apresenta somente como um “empresta serviço”. Desta forma, o destino dos animais para serem abatidos depende da decisão do comerciante da circulação, ou seja, do marchante. E

Manaus por possuir um frigorífico-matadouro com o serviço de inspeção estadual (SIE) se apresenta como um possível destino.

O modelo 3 o economista norte-americano expõe o intermédio dos custos de transporte. Em nosso caso serve para apresentar a dinâmica da *rede indireta*. Manaus se apresenta como o pólo central- isto é, o destino da carne bovina- contudo, os animais para o abate se destinam a outros pólos, que posteriormente, destinam seu produto a Manaus. Acredita-se que esta complexidade no movimento desta rede ocorra devido a presença de marchantes dividindo a responsabilidade do transporte da matéria-prima e o produto final com o frigorífico-matadouro, no nosso caso como o Manausfrigo de Iranduba.

Não resta dúvida que Manaus polarize as redes de carne bovina, devido ao triunfo das forças centrípetas em relação às centrífugas- isto em nosso estudo- essa polarização para o consumo do produto se devem ao motivo de rendimentos crescentes. Ou seja, Manaus por meio das empresas que compram o produto e daí chega ao consumidor final, proporciona que todos os fatores da produção da carne bovina cresçam proporcionalmente, e a produção cresce numa proporção maior. Onde os matadouros-frigoríficos como Frizam, Amazon boi e Manausfrigo possuam uma maior especialização de tarefas e a unidade de produção possa ser operada a partir de um nível mínimo de produção, pois, como e quanto produzir dependem da base nas repostas do mercado consumidor.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por meio do *Circuito Espacial de Produção* de carne bovina no estado do Amazonas, conseguimos analisar a atuação da pecuária bovina e da carne bovina em alguns âmbitos, no histórico, no ambiental, no econômico, no político. Desta forma, colocando o espaço como *instância* que se arrola com instancias políticas, econômicas.

A pecuária bovina na formação sócio-espacial brasileira se apresentou com importante papel na ocupação de regiões novas visando substituir atividades anteriormente existentes, especialmente às voltadas para o mercado interno. Isto, porque a pecuária bovina no primeiro momento não apareceu com ênfase para o comércio exterior, tendo somente importância interna para a produção de alimentos e transporte de cargas, sendo assim, sem importância na valorização do espaço para o exterior, mas com importância na valorização do espaço interior, onde acompanhou o processo de povoamento no Brasil Colônia.

Com isso afirma-se que a pecuária se deve a ocupação de boa parte do território da colônia, se expandindo sempre por contigüidade, apresentando uma horizontalidade; centros que apresentam alguma erradicação a tal atividade correspondiam algum núcleo agrícola, ou minerador. A formação dos núcleos, de erradicação, ligava-se a eles, imediatamente, uma zona de criação destinada a abastecê-los com gado e carne.

Na região amazônica a atividade pecuária foi vista como um elemento de expansão territorial, os primeiros registros remontam ao século XVII. Na Amazônia ocidental remonta ao século XVIII densamente ligada as atividades que estavam em alta no país, sobretudo a mineração.

A pecuária bovina atuou em diversos pontos do espaço territorial brasileiro, com diferentes relações, mas com a mesma meta que é de abastecer os centros de mercados próximos.

A atividade pecuária na região amazônica tomou destaque a partir do segundo quartel do século XX, mais precisamente, no final da década de 1960, consequência da política federal, que tinha a finalidade de colonizar a região. Esta região foi vista como fronteira econômica, desta forma, a atividade foi fortemente incentivada.

A distribuição da atividade bovina no estado do Amazonas é consequência de tal política, onde os maiores efetivos bovinos se encontram no sul do Estado, onde, também se localiza o maior produtor de carne bovina amazonense, o município de Boca do Acre.

O Amazonas adotou uma política diferenciada dos estados da Amazônia brasileira, o setor agropecuário nunca foi prioridade. O avanço no setor ocorre, devido a ação individual de iniciativa dos próprios produtores, no entanto, o governo do Amazonas é o único do país a subsidiar a vacina contra a aftosa.

O município de Boca do Acre se apresenta como o maior efetivo de bovino do Estado, e por possuir o FRIZAM como frigorífico matadouro sifado é, também, o maior produtor de carne bovina do Amazonas. Este produto, por sua peculiaridade não se apresenta como qualquer mercadoria. A importância do lugar de produção se torna um fator essencial para a sua comercialização, desta forma, a rastreabilidade é uma condição de base material para o comércio de carne bovina.

Isso ocorre, porque a identificação dos lugares torna-se uma qualidade a mais no momento da compra. Tornando possível detectar os padrões higiênico-sanitárias em que foram produzidas, influenciando na produção, circulação e consumo.

A identificação de lugares é uma qualidade a mais na análise do Circuito Espacial de Produção, pois por meio dele podemos entender o funcionamento do território captando o movimento na circulação de bens e produtos, oferecendo uma visão dinâmica da maneira como os fluxos perpassam o território.

Desta forma, vimos que o circuito espacial de produção da carne bovina, não passa somente pelo entendimento de oferta e demanda, origem e destino, mas por estrutura econômica e comando político, pois estas variáveis contribuem para a análise dos elementos espaciais.

A capital Manaus nesse processo se apresenta como o destino preferencial desse produto, que em suas redes o aloca como polarizador. Um lugar central detentor de recursos de capital, técnico e tecnológico, com isso um espaço de poder que concretiza as tendências políticas, econômicas e sociais, impondo suas decisões.

A polarização de Manaus nas redes bovinas com o triunfo das forças centrípetas em relação às centrífugas se deve ao motivo dos rendimentos crescentes. Proporcionando que

todos os fatores da produção da carne bovina cresçam proporcionalmente e a produção cresça numa proporção maior. Onde o Frizam, Amazon Boi, e Manausfrigo possuam uma maior especialização de tarefas e a unidade de produção possa ser operada a partir de um nível mínimo.

Sendo assim, o Circuito espacial de produção de carne bovina contribuiu para compreender a dinâmica do território amazonense como o abastecimento de produtos, a origem da carne, a oferta de serviços e a criação de normas necessárias à produção.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AB'SABER, Aziz Nacib. **Os domínios de natureza no Brasil: potencialidades paisagísticas**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003

ADORNO, Theodor W.; HORKHEIMER, Max. **Dialética do esclarecimento. Fragmentos Filosóficos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1985.

ALAVI, Hamza. **Las clases campesinas y las lealtades primordiales**. Editorial Anagrama, 1976

ANDRADE, Manuel Correia de. **Espaço, Polarização e Desenvolvimento: uma introdução a economia regional**. 5ª Ed. São Paulo: Atlas, 1987.

ANDRADE, Manuel Correia de. **A questão do território no Brasil**. Editora HUCITEC. IPESPE, São Paulo – Recife, 1995.

ARIMA, Eugênio; BARRETO, Paulo; BRITO, Marky. **Pecuária na Amazônia: tendências e implicações para a conservação ambiental**. Belém: Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia, 2005

ARROYO, M.M. **Território, mercado e estado: uma convergência histórica**. GEOgraphia (UFF), Rio de Janeiro, v. 12, p. 49-66, 2004

BASTOS, Maria Martins da Rocha Diniz. **Geografia dos Transportes: Trajetos e Conflitos nos Percursos Fluviais da Amazônia paraense: Um Estudo sobre acidentes em embarcações**. UFU, 2006

BAVOUX, Jean- Jacques (org). **Introduction à l'analyse spatiale**. Armand Colin, Paris, 2005.

BECKER, Bertha K. *et all*. **Fronteira Amazônica : questões sobre a gestão do território**. – Brasília : Editora UnB, Rio de Janeiro, 1990

_____. **Amazônia. Ática**. 1990.

BERNARDES, Julia Adão ; FERREIRA, Francisco Pontes de Miranda. In : CUNHA, Sandra Batista ; GUERRA, Antonio José Teixeira (ORGS). **A questão ambiental : diferentes abordagens**. Rio de Janeiro : Bertrand Brasil, 2007

BILLACRÊS, Máximo Alfonso Rodrigues ; FERREIRA, Barbara Evelyn ; COSTA, Reinaldo Correa. Assentamento Juma(APUÍ/AM) e o uso do território. In :**XVII Encontro Nacional de Geógrafos**, Belo Horizonte, MG. Entre escalas, poderes, ações, geografias, 2012.

BOTTOMORE, Tom (ed.). **Dicionário do pensamento marxista**. 2001

BRANDÃO, Carlos. Desenvolvimento, Territórios e escalas espaciais: levar na devida conta as contribuições da economia política e da geografia crítica para construir a abordagem interdisciplinar. In: RIBEIRO, Maria Teresa Franco e MILANI, Carlos R.S. (Orgs). **Compreendendo a complexidade sócio-espacial contemporânea: o território como categoria de diálogo interdisciplinar**. Salvador, Editora da UFBA, 2008

BRAND, Denis; DUROUSSET, Maurice. **Dictionnaire thématique histoire géographie**. Sirey. 8ªed.2007

BRUNET, R. ; FERRAS, R. ; Théry, H. . **Les mots de la géographie, dictionnaire critique**.2005

CALABI, Donatella; INDOVINA, Francesco. **Sobre o uso capitalista do território**.Archiviodi studi urbani e regionali, anno IV, nº 2, Junho 1973, pp.320.

CASTRO, Josué de. **Geografia da Fome**. Civilização Brasileira, 2007.

CHAPUIS, René Pocard-; *et all*. A cadeia produtiva da carne: Uma ferramenta par monitorar as dinâmicas nas frentes pioneiras na Amazônia Brasileira?. **Cadernos de Ciência & Tecnologia, Brasília**, v. 22, n. 1, p. 125-138, jan./abr. 2005

CLARK, Audrey N. **The Penguin Dictionary of Geography**. 2002

COSTA, Edmilson. **A Globalização e o Capitalismo Contemporâneo**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

CORRÊA, Roberto Lobato. Espaço: um conceito-chave da Geografia. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo Cesar da Costa (Orgs). **Geografia: Conceitos e Temas**.- Rio de Janeiro; Bertrand Brasil, 2008.

_____. **Trajetórias Geográficas**. 3ªed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

DIAS, Leila Christina. Redes: emergência e organização. In: CASTRO, Iná Elias; GOMES, Paulo César da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato (org.). **Geografia: Conceitos e temas**. 11^a. ed., Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

FELÍCIO, Pedro E. de. Avaliação da qualidade da carne bovina. In: **Simpósio sobre a Produção Intensiva de Gado de Corte**, 1998, Campinas. Anais. São Paulo: Colégio Brasileiro de Nutrição Animal (CBNA), 1998, p92-99.

FREITAS, Aimberê. Transporte e desenvolvimento regional na Amazônia Ocidental: Amazonas e Roraima. In: SIMOES, Raul de Bonis Almeida; FERNANDES, Elton e MACHADO, Waltair Vieira (Orgs). **Reflexões sobre desenvolvimento, Transporte e logística na Amazônia Brasileira**- Manaus: Edua, 2011.

FUJITA, M; KRUGMAN, P; VENABLES, A.J. **Economia Espacial: Urbanização, prosperidade econômica e desenvolvimento humano no mundo**. São Paulo: Futura, 2002.

FURTADO, Celso. **Formação Econômica do Brasil**. São Paulo. Nacional, 2004.

GALERA, Mauricio Martorelli. **A inserção dos frigoríficos exportadores de Mato Grosso do Sul no mercado global**. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados. 2011

GEORGE, Pierre. **Geografia Econômica**. Difel, 1983.

GOMES, Cilene. Formação socioespacial e o enfoque de regiões. In: CARLOS, Ana Fani A (Org). **Ensaio da Geografia Contemporânea: Milton Santos obra revisada**. Hucitec, São Paulo, 1996.

GOMES. Fábio Alves. **O arranjo da pecuária na Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Uatumã, AM**. 2011. Dissertação (Mestrado em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia) - Universidade Federal do Amazonas.

GONÇALVES, Carlos Walter Porto. **Amazônia, Amazônias**. 3ed-São Paulo: Contexto, 2010.

GREGORY, Derek. Teoria social e geografia humana. In: Gregory, D; MARTIN, R; SMITH, G. (Orgs). **Geografia Humana: sociedade, espaço e ciência social**. Rio de Janeiro. Zahar, 1996.

HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2005

_____. **Condição Pós-Moderna**. Edições Loyola, 2004.

HESPANHOL, Antônio Nivaldo. **O desenvolvimento do Campo no Brasil**. In: FERNANDES, Bernardo Mançano; MARQUES, Marta Inez Medeiros; SUZUKI, Júlio César (ORGS). **Geografia Agrária: Teoria e poder**. São Paulo: Expressão Popular, 2007

INSTITUTO DE CONSERVAÇÃO E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO AMAZONAS (IDESAM). **Semeando Sustentabilidade em Apuí**. Disponível em: <http://www.idesam.org.br/sustentabilidade/oprojeto.php>. Acesso em: 10/06/2012

INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE. **Série: Legislação ICMBIO. Volume 2: Proteção em Unidades de Conservação**. Maio, 2010

INSTITUT DE L'ELEVAGE. Le Dossier Économie de l'élevage. **Brésil: Le Zébu Conquérant.**, 2004

JUNIOR. Caio Prado. **Formação do Brasil Contemporâneo**. Editora brasiliense, 1979

_____. **História Econômica do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 2004

LACOSTE, Yves. **Dicionário de Geografia. Da Geopolítica às paisagens**. Teorema. 2005

LAMALIEIRE, Isabelle; Staszak, Jean-François. **Principes de Géographie Économique**. Breal, 2000.

LEFEBVRE, Henri. **A vida cotidiana no mundo moderno**. São Paulo: Ática, 1991

_____. **Espaço e política**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008

MAMIGONIAN, Armen. A Geografia e "A formação social como teoria e como método". In: SOUZA, Maria Adélia Aparecida (org). **O mundo do cidadão, um cidadão do mundo**. Hucitec, 1996.

MARTINS, José de Souza. **A sociedade vista do Abismo: Novos estudos sobre exclusão, pobreza e classes sociais**. Petrópolis; RJ: Vozes, 2002.

_____. **Militarização da questão agrária no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1985.

MASSEY, Doreen B. **Pelo Espaço: Uma nova política da espacialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009.

MAYHEW, Susan. **Dictionary of Geography**. Oxford. 2009

MENDES, Luis. **O contributo de Neil Smith para uma geografia crítica da gentrificação. e-metropolis**. nº 01 ▪ ano 1 | maio de 2010.

MEO, Guy Di. **Géographie sociale et territoires**, Paris, Nathan, 1998.

MICHELS, Ido Luiz Michels. **A bovinocultura de corte brasileira e o mercado externo: regiões sanitárias e a cadeia produtiva de carne bovina de Mato Grosso do Sul**. Tese de Doutorado (em Geografia). Universidade de São Paulo. São Paulo, 2000.

MORAES, Antonio Carlos Robert. **Ideologia Geográficas**. São Paulo: Annablume, 2005.

_____. **Geografia histórica do Brasil: capitalismo, território e periferia**. São Paulo: Annablume, 2011.

MORAES, Antonio Carlos Robert ; COSTA, W. M.. **Geografia Crítica: a Valorização do Espaço**. 4ª. ed. São Paulo: Hucitec, 1999

MOREIRA, Ruy. **Pensar e Ser em Geografia**. São Paulo: Contexto, 2008

_____. **O que é Geografia**. São Paulo: Brasiliense, 2009.

_____. **Sociedade e Espaço Geográfico no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2011.

_____. **Formação Espacial brasileira: Uma contribuição crítica à geografia do Brasil**. Rio de Janeiro: Consequência, 2012.

NOGUEIRA, Ricardo José Batista. **Amazonas um estado ribeirinho**. Manaus: Editora da Universidade do Amazonas, 1999.

_____. **Amazonas: A divisão da monstruosidade geográfica**.- Manaus: Editora na Universidade Federal do Amazonas, 2007

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **Modo capitalista de produção e agricultura**. 3º Ed. Ática. São Paulo, 1990.

_____. **Integrar para não entregar**. 2ed. Campinas, SP: Papirus, 1991.

_____. **Amazônia: Monopólio, expropriação e conflitos. 5ed.**
Campinas, SP: Papirus, 1995.

_____. A geografia agrária e as transformações territoriais recentes no campo brasileiro. In: CARLOS, Ana Fani A. (ORG). **Novos Caminhos da Geografia.** São Paulo: Contexto, 2002.

PAULINO, Eliane Tomiasi. **Por uma geografia dos Camponeses.** São Paulo: Editora da UNESP, 2006.

PEREIRA, Mirlei Fachini Vicente Pereira. Redes, sistemas de transportes e as novas dinâmicas do território no período atual: notas sobre o caso brasileiro. **Sociedade & Natureza**, Uberlândia, **21** (1): 121-129, ABR. 2009

PIRES, julio Manuel. **Economia regional e urbana.** VASCONCELOS, Marco Antônio S.; PINHO, Dina Benides (Orgs). 5ed. São Paulo: Saraiva; p.542-552, 2004.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do poder.** Editora Ática. São Paulo, 1993

RODRIGUE, J-P *et all* **The Geography of Transport Systems**, Second Edition, New York: Routledge. 2009

ROLLO, Marco Aurélio Pereira. **As novas dinâmicas do território brasileiro no período técnico-científico-informacional: o circuito espacial de produção do café e o respectivo círculo de cooperação no Sul de Minas.** Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista, Instituto de Geociências e Ciências Exatas- Rio Claro/SP, 2009

SÁNCHEZ, Joan-Eugeni. **Espacio, Economia y Sociedad.** Madrid. Siglo Veintiuno Editores, 1991

SANTOS, Milton. **Espaço e Método.** São Paulo: Nobel, 1985

_____. **Economia Espacial.** 2 ed. São Paulo: Edusp, 2003

_____. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção.** Editora: Hucitec. São Paulo, 1996.

_____. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção.** Editora: Edusp, 2012

_____. **Metamorfoses do Espaço Habitado: Fundamentos teóricos e metodológicos da Geografia.** Editora Hucitec. São Paulo, 1997

_____. **O espaço dividido: Os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos.** Edusp, 2008

_____. **Da totalidade ao lugar.** São Paulo: Edusp, 2008

_____. **Por uma Geografia Nova.** São Paulo: Edusp, 2008

SILVEIRA, Márcio Rogério. Geografia da Circulação, Transportes e Logística: construção epistemológica e perspectivas. In: SILVEIRA, Márcio Rogério. (ORG). **Circulação, Transportes e Logística: diferentes perspectivas.** São Paulo: outras expressões, 2011.

SILVA JUNIOR, R. F. . A circulação como um dos fundamentos do espaço: elementos para a busca de um conceito. **Geografia. Ensino & Pesquisa**, v. 1, p. 14-34, 2007.

_____. Logística: em busca de uma conceituação para a Geografia. **Caderno Prudentino de Geografia**, v. 29, p. 33-53, 2007

SMITH, Neil. **Desenvolvimento desigual.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.

SOARES, Lúcio Castro. **Amazônia.** Conselho Nacional de Geografia. 1963

STEINBERGER, Marília. Território, Ambiente e políticas públicas. In: STEINBERGER, Marília (ORG). **Território, ambiente e políticas públicas.** Brasília; Paralelo 15 e LGE Editora, 2006.

VASCONCELLOS, Marco Antonio S.; GARCIA, Manuel E. **Fundamentos de Economia.** - 2ed: Saraiva, 2004.

VENTURI, Luis Antonio Bittar. Recurso Natural: A construção de um conceito. **Geosp – Espaço e Tempo**; São Paulo, N°20, pp.09 – 17, 2006

ZONEAMENTO ECOLÓGICO ECONÔMICO DA SUB-REGIÃO DO PURUS. Relatório. Amazonas, 2011.

ANEXO

Entrevistas aos pecuaristas

- 1) Qual a sua origem?
- 2) Em qual município está localizada sua propriedade? Possui outra propriedade em outro município?
- 3) Qual a dimensão de sua propriedade?
- 4) Qual o preço médio do ha. na região em que está situada a sua propriedade?
- 5) Qual foi a forma de aquisição da propriedade?
- 6) Além da propriedade na qual exerce a atividade principal, possui outra(s) também, destinadas à pecuária?
- 7) Qual a prática de criação adotada?
- 8) Qual tipo de manejo você faz uso?
- 9) Qual fases (cria, recria, engorda) da pecuária está direcionada a propriedade?
- 10) Qual a taxa de abate de animais obtida?
- 11) Qual a forma de aquisição dos animais? Quando importado você possui transporte próprio? Qual
- 12) Ministra nos animais todos os tipos de vacinas indicado para a região da propriedade?
- 13) Para a viabilização da atividade pecuária exercida recorre algum tipo de financiamento? Qual?
- 14) Qual a forma de gestão da propriedade (direta ou indireta)?
- 15) Qual cidade reside o proprietário da fazenda?
- 16) A pecuária é a principal atividade econômica do proprietário?
- 17) Qual a raça bovina predominante em sua propriedade?
- 18) Qual o peso médio dos animais vendidos para o abate?
- 19) Qual o fator que determina o momento para comercializar o gado?
- 20) A propriedade está situada em região que possui alto nível de comercialização de gado?
- 21) Como classificaria o índice de produtividade atingido na atividade exercida?
- 22) Qual é a cidade que o senhor destina seus produtos?

Relação dos pecuaristas com o fornecedor de insumos

- 23) A compra de insumos é assistida por algum profissional das áreas de veterinária ou agronomia?
- 24) Adquiri os insumos de quantos fornecedores? Mas o transporte é próprio ou dos fornecedores? Qual o transporte?

Relação do pecuarista com o frigorífico

- 25) O gado é sempre vendido para a mesma empresa? Mas o transporte de que é? E Qual é o transporte?
- 26) Qual o fator determinante para venda a tal empresa?

- 27) Qual a forma de venda do gado (vivo, morto)?
- 28) Qual o local de pesagem do gado remetido para a venda?
- 29) Como classificaria sua relação com os frigoríficos?

Relação dos pecuaristas com os Órgãos de assistência e de Estado

- 30) Existe no município no qual está sediada a propriedade algum órgão que preste assistência à atividade exercida? Qual?
- 31) Como classificaria sua relação com os órgãos do estado?